



Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

***AGROECOLOGIA NO PLANALTO CATARINENSE. A EXPERIÊNCIA DO
CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR***

Carlos María Pérez

ORIENTADORA: Profa. Dra. Julia S. Guivant

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DESTERRO- SC

JUNHO, 1997

Agradecimentos

À CAPES pela bolsa concedida e, por extensão, ao povo brasileiro, que com os seus impostos sustentou tal bolsa.

Aos professores do Programa de Sociologia Política, pela sua dedicação à minha pessoa.

À minha orientadora Julia Guivant.

Agradeço também a Albertina e a Fátima, pelo trato paciente com que me brindaram estes anos.

Agradeço a Otto Volkmann por sua ajuda com os mapas.

A Oscar Rover e ao pessoal do Vianeí por sua gentileza para esclarecer as minhas dúvidas e colocar-se à minha disposição.

Agradeço a Claudia Danani pela sua ajuda.

Aos meus amigos: Alejandro Olivieri, Glória, Juan Caruso, Luciano, Luís, Marcela, Mariza, Neide, Vander e Vilênia.

Aos meus amigos de toda a vida: Ivan e José María.

Não posso deixar de agradecer a meus pais por seus sacrifícios para que eu pudesse estudar.

A meus filhos por sua paciência e carinho nestes anos de distância.

E, por último, à pessoa que amo: Alessandra. Por seu carinho e compreensão nas horas difíceis.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo pesquisar o trabalho desenvolvido pelo Centro Vianei de Educação Popular relacionado com a implementação de programas agroecológicos e com a recepção de tais programas pelos agricultores.

O contexto do estudo de caso possui dois parâmetros referenciais, os quais estabelecem a base para a análise da implementação dos programas agroecológicos levados a cabo pelo Centro Vianei de Educação Popular no Planalto Catarinense. Em primeiro lugar, consideramos o modelo de desenvolvimento da agricultura moderna brasileira, e as conseqüências que tal modelo trouxe concomitantemente para as ordens social e ambiental. Em seguida, foram analisadas distintas propostas de desenvolvimento rural, dando-se maior ênfase à agroecologia, como proposta de modelo agrícola alternativo, assumida pelo Centro Vianei de Educação Popular. Em segundo lugar, caracterizou-se o papel das ONGs no meio rural e identificaram-se as suas limitações para encarar os problemas que afetam o desenvolvimento rural.

Por último, a partir da experiência e da avaliação dos agricultores na implementação da proposta agroecológica, bem como da perspectiva dos técnicos, se avalia o caráter da intervenção e dos resultados obtidos pelo Centro Vianei de Educação Popular no campo da agroecologia.

Palavras-chave: Revolução Verde, sustentabilidade, agroecologia, ONGs.

Abstract

The aim of this study is to research the work developed by the Centro Vianeí de Educação Popular (*Vianeí Center of Popular Education*) in relation to the implementation of agro-ecological programs, and the reception these programs have had among farmers.

The case study is contextualized along the relationship of two referential parameters which establish the basis for the implementation analysis of the agro-ecological programs carried out by the Centro Vianeí de Educação Popular in the Planalto Catarinense. Firstly, we took into consideration the development model of modern Brazilian agriculture, and the consequences it brought about both in the social and environmental orders. Here, different proposals of rural development were analyzed, highlighting agro-ecology, as a proposal of alternative agricultural model carried out by the Centro Vianeí de Educação Popular. Secondly, the role of the NGOs in the rural environment was characterized, and their limitations to deal with the problems affecting rural development were identified.

Finally, taking into account the experience and evaluation of the farmers in the implementation of the agro-ecological proposal, as well as the perspective of the technicians involved, an evaluation is offered regarding the nature of the intervention and the results obtained by the Centro Vianeí de Educação Popular in the agro-ecological field.

Key words: Green Revolution, maintainability, agroecology, NGOs.

Índice

Apresentação	I
Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	IV
Índice	V
Introdução	01
Capítulo I: a agricultura moderna no Brasil	04
1. A agricultura moderna e as suas transformações	04
2. Características e conseqüências da agricultura moderna no Brasil	07
3. As marcas da modernidade na agricultura	12
4. Em busca de um modelo alternativo de agricultura	16
4.1. A agroecologia como modelo alternativo	20
4.2. Problemas de implementação de um modelo alternativo	24
a) Caráter social	24
b) Caráter econômico	25
c) Caráter político	25
d) Caráter institucional	26
Capítulo II: As ONGs e o desenvolvimento rural brasileiro	28
1. Conceitualização das ONGs	28

1.1. As ONGs no contexto brasileiro: um conceito conflitivo	31
2. As ONGs e o setor rural brasileiro.....	39
2.1. O trabalho das ONGs que atuam no meio rural brasileiro: limitações e críticas	46
Capítulo III: O Centro Vianei de Educação Popular..	52
1. Contexto regional: história e economia.....	53
1.1. Aspectos formais.....	57
1.2. As origens.....	58
1.3. Crise e transição.....	65
1.4. A atualidade.....	70
Capítulo IV: O Vianei e a agroecologia: aceitação e conflitos.....	78
1. Aspectos metodológicos.....	78
2. Análise dos dados.....	82
2.1. Caracterização das comunidades.....	83
a) Santo Antônio dos Pinhos (São José do Cerrito).....	83
b) Rio dos Cavalos (Otacílio Costa).....	85
c) Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento “30 de Outubro” (Campos Novos).....	87
2.2. A relação dos agricultores com os programas agroecológicos do Vianei	89
a) Práticas e insumos agrícolas.....	89
b) Avaliação e relação com o Vianei.....	93
2.3. A relação entre os técnicos: discurso e prática.	97

Conclusão.....	104
Bibliografia.....	108

*Ana María e Oscar Pérez
In Memoriam*

Introdução

Este trabalho tem por objetivo explorar e descrever as atividades agroecológicas desenvolvidas pela Organização não Governamental (ONG) Centro Vianei de Educação Popular, bem como analisar a percepção destas atividades por parte de agricultores localizados em algumas áreas nas quais este Centro realiza parte do seu trabalho.

A escolha do Centro Vianei de Educação Popular como objeto de estudo se deve, principalmente, a que esta organização desde 1983, quando foi fundada, tem acumulado uma vasta experiência de trabalho nas áreas rurais do Planalto Catarinense e, ademais, seu trabalho goza de prestígio e reconhecimento entre os setores ligados à agricultura e aos movimentos sociais. A escolha do tema deve-se ainda, em grande medida, a que a relação entre os programas de agricultura não convencionais, neste caso a agroecologia, levados a cabo pelas ONGs, e a recepção destes programas, por parte dos agricultores, ainda não tem sido devidamente estudada.

A idéia do presente trabalho começou a gestar-se em nosso país de origem, a Argentina, devido à transcendência recente que foram adquirindo os movimentos sociais, abrindo novas formas de canalização de demandas por parte da sociedade civil. Neste contexto, começou-nos a chamar a atenção um fenômeno que, ainda que não fosse totalmente novo na Argentina, por diferentes razões era pouco ou nada mencionado. Este fenômeno era o papel crescente das ONGs como atores políticos importantes. As análises, provenientes de alguns países da América Latina, e especialmente do Brasil, descrevendo a atuação das ONGs, fizeram-nos refletir sobre o papel destas organizações, principalmente daquelas que trabalhavam no âmbito rural com pequenos agricultores, promovendo a aplicação de técnicas não convencionais na produção agrícola. Além disto, nas mencionadas leituras, se reconhecia na atuação das ONGs eficiência, honestidade e desburocratização. Por tudo isto, pareceu-nos de suma importância investigar *in situ* a atuação destas organizações.

Este tipo de atuação nos levou à formulação de uma série de perguntas que se converteram na base da presente investigação: será que o trabalho realizado por estas organizações é tão eficiente como se proclama, e será que o funcionamento das ONGs não está isento de conflitos e contradições? O Centro Vianei de Educação Popular apresentou-se como um caso relevante para investigar estas questões, às quais

somamos a indagação sobre se estas contradições e conflitos existem, e como estes problemas influem na sua relação com os agricultores. Por último, investigaremos qual é a percepção que têm os agricultores sobre os programas agroecológicos.

Responder a estas perguntas e delimitar os objetivos não foi uma tarefa fácil, devido, principalmente, à escassa bibliografia existente sobre o trabalho das ONGs na área rural com técnicas agroecológicas. Na investigação bibliográfica foram encontradas análises que descreviam e elogiavam este tipo de projetos com muito pouco sentido crítico, com certo idealismo, e com escassa ênfase em problemas, conflitos ou dificuldades na sua implementação. Por outro lado, observou-se uma falta de interesse pelos problemas ambientais dentro da sociologia rural, tanto a produzida no meio acadêmico argentino como no brasileiro. A sociologia rural brasileira é particularmente pobre neste sentido, já que tem permanecido significativamente vinculada a uma ótica marxista, a qual preconiza a importância de um modelo de acumulação capitalista no âmbito rural e considera secundários os problemas ambientais.

Os parâmetros desta investigação, para cumprir com os objetivos fixados, se remeteram a um espaço de produção teórico-acadêmico definido pela intersecção das temáticas da agricultura moderna, da agricultura não convencional e da atuação das ONGs no campo do desenvolvimento rural.

No capítulo 1, descrevem-se as características da agricultura moderna, a partir das quais se apresenta uma visão crítica sobre o desenvolvimento rural brasileiro. O capítulo apresenta referências conceituais sobre a agricultura não convencional, pondo maior ênfase na agroecologia, devido a ser esta a proposta assumida pelo Centro Vianei de Educação Popular.

Para o tema das ONGs, no capítulo 2, o enfoque considerado é amplo devido à heterogeneidade das posições teóricas que caracterizam o debate acadêmico. Deste modo, registra-se um conjunto de reflexões teórico-conceituais que problematizam novas formas de desenvolvimento econômico-social, especialmente as que se empenham no desenvolvimento rural. Pode-se falar de certa supremacia de posições favoráveis com respeito a estas organizações, entendendo por tal o reconhecimento de que estaríamos em presença de uma nova maneira de fazer política que se caracterizaria por práticas democráticas e não vanguardistas. Não obstante esta última observação, procurou-se ter uma postura crítica quanto ao funcionamento e às limitações das ONGs.

O capítulo 3 refere-se à trajetória do Centro Vianei de Educação Popular desde os seus começos até ao momento da investigação. O caminho percorrido pela organização marca posturas ideológicas que, às vezes, se adaptam à conjuntura política para poder continuar com os projetos empreendidos. Este último se remete à alternância, segundo a conjuntura, de duas áreas principais com que trabalha a entidade: a educação popular e a agroecologia.

Por último, o capítulo 4 expõem a investigação realizada no campo das comunidades do Planalto Catarinense, municípios de São José do Cerrito e Otacílio Costa e no assentamento “30 de Outubro” do município de Campos Novos. Os tópicos analisados são: as características das comunidades investigadas, a relação dos agricultores com as práticas agroecológicas que o Centro Vianei de Educação Popular está implantando e os testemunhos dos técnicos da entidade sobre a sua relação com os agricultores quanto às práticas mencionadas. Na última seção do capítulo se registram algumas passagens de entrevistas de ex-integrantes da organização, técnicos principalmente, que dão o seu parecer sobre a visão que têm da atuação da ONG.

Nas conclusões, demonstra-se que há uma série de contradições na implementação das técnicas agroecológicas, não tanto pelas práticas em si, senão por limitações na formulação dos objetivos agroecológicos, e por problemas na sua implementação. Também o Vianei está a braços com problemas de financiamento e com os desafios representados pelo paulatino distanciamento da Igreja Católica, pilar de suma importância para as suas atividades até ao presente.

O Vianei oferece a possibilidade de se avaliar o alcance de uma ONG atuante na área rural, que levanta explicitamente entre seus objetivos o de estimular um modo de produção agroecológico. Trata-se de uma categoria bastante difundida, não só entre ONGs, mas também dentro do meio acadêmico. Neste trabalho se procura analisar criticamente o significado desta proposta agroecológica, com o que se pretende contribuir e enriquecer o debate sobre as oportunidades e limites nos processos de construção de uma agricultura sustentável.

Capítulo I

A agricultura moderna no Brasil

O presente capítulo versa sobre a formação e as transformações da agricultura moderna, tendo como principais objetivos descrever e analisar as causas e conseqüências que este processo acarretou no Brasil. Seguidamente, apresentamos a tarefa de caracterizar e analisar as propostas alternativas ao mencionado processo, colocando ênfases na produção baseada nos princípios da agroecologia. Para concluir o capítulo, assinalamos as dificuldades sociais, políticas, econômicas e institucionais que enfrentam estes princípios alternativos para a sua implementação.

1. A agricultura moderna e as suas transformações

Nos séculos XVIII e XIX, teve lugar o que se denominou de "primeira revolução industrial", marcada pela intensificação de sistemas de rotação, com o uso de forrageiras, e a combinação da atividade agrícola com a criação de gado bovino. Isto possibilitou uma melhor fertilidade dos solos e pôs fim a um grande período de escassez de alimentos (Ehlers: 1995, 12). No século XIX, começou-se a aplicar elementos químicos na fertilização dos solos, substituindo-se a rotação de culturas e a aplicação de adubos orgânicos. Isto trouxe, paralelamente, um aumento da produtividade e uma simplificação do processo produtivo.

Nos começos do século XX, acentuou-se esta tendência do século anterior, com o setor industrial começando a ter um papel preponderante na produção de insumos químicos com o intuito de aumentar a produtividade agrícola. No entanto, o grande salto e a intensificação deste processo descrito se produz depois da Segunda Guerra Mundial. O amplo processo de expansão econômica, que se reflete, à escala mundial, no alto índice das taxas de crescimento, criou um clima de euforia pelos resultados obtidos no campo da agricultura. Os avanços tecnológicos produzidos durante a guerra foram aproveitados e adaptados à agricultura, especialmente na área da química, com o fim de aumentar a produção e combater pragas e enfermidades que afetavam os cultivos. Também houve um forte avanço da indústria mecânica sobre o campo no que

se refere, por exemplo, ao uso de tratores e colheitadeiras, devido ao grande aumento da produção.

Este novo padrão de produção, nunca antes visto na história da agricultura, produziu uma acelerada transformação não só da produção em si, mas também no que se refere à estrutura e à organização fundiária da terra.

A expansão deste processo em escala internacional, especialmente para os países atrasados ou de baixa produtividade agrícola do Terceiro Mundo¹ – da Ásia, América Latina e África – foi identificado com o nome de “Revolução Verde” e revelou-se uma estratégia de difusão de inovações tecnológicas². Os programas para aumentar a produtividade agrícola, criados pela Fundação Rockefeller e financiados pelo Banco Mundial e pela Fundação Ford, se implementarão a partir da difusão de um pacote tecnológico que consistirá fundamentalmente na utilização de mecanização sofisticada, insumos químicos, como fertilizantes e pesticidas, grãos melhorados e sistemas de irrigação (fator indispensável para o bom rendimento das sementes híbridas). Este pacote tecnológico tinha como intenção alcançar a auto-suficiência alimentícia enquanto o excedente agrícola é negociado no mercado externo. Desta maneira, se criaria uma espiral econômica ascendente que repercutiria de maneira positiva nos demais setores da economia (Martine: 1987, 10; Guivant: 1992, 19).

Outros autores, como Weid (1994: 8), preferem chamar este tipo de produção de “modelo agroquímico”, o qual, ao contrário de outros modelos desenvolvidos por civilizações passadas que conviviam de maneira harmônica com o meio ambiente

¹ Nós preferimos usar a expressão “*países do terceiro mundo*” em virtude de que a concepção de “*países em desenvolvimento*” não nos parece adequada, já que a idéia de desenvolvimento é quase utópica em alguns países da África, Ásia e América Latina. Para dar um exemplo concreto disto podemos citar o Haiti, Ruanda e Zaire. Apesar da idéia de Terceiro Mundo poder parecer hoje difusa e até anacrônica, especialmente para os teóricos da globalização depois da queda do Muro de Berlim, cremos que existem problemas comuns que os unem, tais como: pobreza, escasso ou nulo crescimento econômico, violência e marginalização.

² A expressão “Revolução Verde” foi empregada pela primeira vez, segundo Sasson (1993: 203), por William S. Gaud, administrador da U.S. Agency for International Development (USAID). A agricultura moderna, segundo diferentes autores, tem recebido vários nomes tais como: modelo agroquímico, modelo da Revolução Verde, modelo convencional, etc. Nós os usaremos indistintamente para designar o processo de transformação agrícola que começa, aproximadamente, a partir de 1940. É importante marcar que o informe da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988: 132, 133 y 134), mais conhecido como o “Relatório Brundtland”, situa que nas últimas décadas surgiram três grandes tipos de sistemas de produção de alimentos: a agricultura industrializada, própria da América do Norte, Europa, Austrália e Nova Zelândia; a agricultura da Revolução Verde, encontrada na Ásia, em certas regiões da América Latina e no norte da África; e a agricultura pobre em recursos que é comum na maior parte da África e em algumas regiões da Ásia e América Latina.

apoiando-se no manejo de recursos renováveis, pretende avançar sobre a natureza, tentando, por meios artificiais, controlar – em um sentido ideal – os fatores naturais que incidem na produção. Esta transformação da agricultura caracterizou-se ainda pela forte entrada de capitais de origem não-agrícola, e pelo crescente avanço da indústria sobre o campo, como assinala Chonchol (1994: 202):

... La agricultura propiamente tal ha perdido crecientemente su autonomía y se ha ido integrando de un modo progresivo a una cadena compleja de producción, de transformación y de comercio de productos agrarios, en el que verdaderos centros de poder y de decisión están en gran parte fuera y por encima de la agricultura.

Não obstante, a industrialização da agricultura, longe de aperfeiçoar e fortalecer os cultivos, não conseguiu controlar plenamente os processos naturais (Goodman *et alii*: 1990, 3). Pelo contrário, impulsionou uma série de fatores que influíram negativamente tanto no meio ambiente quanto na situação da população rural. O impacto da agricultura moderna, segundo Pretty (1995: 3 e 4), foi a causa da contaminação das fontes de água pelo uso de pesticidas e nitratos, de alimentos por resíduos de antibióticos e pesticidas, e da atmosfera por amoníaco e óxido de nitrogênio – e, por conseguinte, da capa de ozônio. Ademais, continua o autor, este processo modernizador acarretou um acelerado processo de erosão genética, produto da introdução de variedades de alto rendimento e híbridos de grande fragilidade genética e altamente dependentes de insumos químicos. A isto temos que somar o fato de que o elevado uso de agrotóxicos se converteu em um perigo também para os próprios agricultores. Segundo Altieri e Yurjevic (1994: 3), os envenenamentos de seres humanos produzidos pelo uso de pesticidas chegou a níveis inaceitáveis. Citam, por exemplo, que na América Central se produziram, entre 1971 e 1976, 19.000 envenenamentos.

Como veremos de imediato, o modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro, adotado desde os anos '60 aproximadamente, não escapa à generalidade das características apontadas.

2. Características e conseqüências da agricultura moderna no Brasil

A modernização da agricultura brasileira se deu graças à grande influência estatal, que incentivou a viabilização do novo modelo de produção agrícola. Este tipo de modernização, adotado depois de '64, se conhece com o nome de "conservadora"³ porque produziu um acelerado desenvolvimento capitalista, o qual privilegiou o cultivo de algumas espécies mais rentáveis em detrimento de outras; a isto temos que somar a concentração e a valorização da terra, devido ao crédito subsidiado, e o investimento público em infra-estrutura. Este desenvolvimento favoreceu os setores dominantes antigos e modernos ligados à agricultura, revogou a produção de alguns alimentos e provocou a exclusão das maiorias camponesas (Graziano Neto: 1985, 49 e 50; Martine e García: 1987, 83; Chonchol: 1994, 340).

Martine (1991: 9) descreve este processo como

...uma transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agro-industrial. Foi alterada a base técnica, desenvolvida a indústria fornecedora de meios de produção para a agricultura e ampliada, em linhas modernas, a indústria processadora de alimentos e matérias-primas. Deste modo, a base tecnológica da produção agrícola foi alterada profundamente, assim como a composição das culturas e os processos de produção.

O Brasil, como outros países da América Latina, se converteu desta forma em um grande exportador de produtos agrícolas entre os anos '60 e '80. A agricultura modificou sua estrutura de maneira substancial, que se adaptou a um novo padrão de produção de alimentos e ao processamento de matérias-primas. A expansão agrícola afetou também o mercado interno, devido ao crescimento populacional e à rápida urbanização.

³ Wilkinson (1996: 104) rebate a idéia de homogeneidade da modernização conservadora quando sustenta que, "...esta visão é fundamentalmente 'paulista' e diz respeito à reciclagem da burguesia agrária fora do café, muito embora neste processo uma grande parte da agricultura do Nordeste (açúcar, algodão) e até do Norte (borracha) fosse apropriada e relocada no Centro-Sul. Analisada porém sob a ótica da agroindústria alimentar, a produção familiar sob várias modalidades (via empresa privada ou Cooperativa) transformou-se num elo fundamental da modernização agrícola". Com este tipo de conceitualização, Wilkinson atribui à colonização, com base na agricultura familiar, um papel fundamental no processo de modernização agrícola. Devemos afirmar ainda que este processo de produção agrícola

Não obstante este *boom* produtivo da agricultura, com a crescente apropriação do setor industrial sobre as áreas de produção rural, este não foi um processo homogêneo já que a produção capitalista, devido a limitações de natureza orgânica – da terra e do espaço –, se restringiu a apropriações parciais:

Em contraste com a transformação primária dos produtos alimentares e de fibras, a industrialização seguiu um padrão mais gradativo, temporalmente irregular, dependendo dos avanços da ciência e da tecnologia para revelar novas oportunidades para a produção capitalista (...) O desenvolvimento capitalista da agricultura é assim caracterizado pela apropriação industrial de atividades discretas, em marcante contraste com a transformação artesanal doméstica rural (Goodman et alii: 1990, 6).

A ações do Estado se viram ampliadas, especialmente nas últimas décadas, pela intervenção de empresas privadas, que apostaram forte, não só na produção agroindustrial propriamente dita -fertilizantes, agrotóxicos, sementes melhoradas e maquinário⁴-, mas também na alocação de grandes somas de dinheiro para a pesquisa, seja a levada a cabo pelas próprias empresas, ou subvencionando empresas estatais, fundações ou universidades. As grandes empresas multinacionais têm desempenhado e desempenham um papel muito importante nas mudanças do setor agrícola, não só no Brasil como também no resto da América Latina. No caso do Brasil, a comercialização da soja está dominada por grandes empresas multinacionais de grãos tais como Cargill, Bunge y Born, Anderson Clayton e André (Chonchol: 1994, 345).

Contudo, dentro deste contexto, as empresas privadas, como as grandes e médias propriedades agrícolas, não teriam alcançado o nível de produtividade a que chegaram se não fosse pelo fomento da ação do Estado. Este, através do crédito subsidiado, cimentou todo este processo de modernização e, devido ao caráter especulativo destes créditos, foi o responsável, entre outras coisas, pela intensificação do êxodo em massa de trabalhadores e pequenos proprietários, devido à desestruturação do emprego estável no campo (Martine: 1987, 65).

familiar foi muito acentuado nos Estados do Sul, e mais recentemente nos Cerrados, parte do Nordeste e Amazonas.

A este respeito, Hervé Théry, citado por Chonchol (1994: 359), sustenta que

Entre 1969 y 1975, el 75% del crédito agrícola brasileño se destinó a sólo cinco productos (soya, arroz, trigo, café y caña de azúcar) y solamente 20% de los agricultores se beneficiaron con los créditos. Como la tasa de interés era del 15 a 20% anual en los años 1970 con una inflación que fluctuaba entre el 40 y el 100%, los que lo recibían se vieron extraordinariamente beneficiados, lo cual hizo aumentar la demanda de crédito del sector agrícola, que pasó de un 38% del ingreso total agrícola en 1969 a cerca de un 85% en 1975.

As características aqui apontadas são claras quanto à exclusão do modelo. A partir da sua implementação, desde fins dos '50 e princípio dos anos '60, as políticas privilegiaram em grande parte os investimentos na indústria; as políticas de desenvolvimento rural voltadas para os grandes e, em alguns casos, os médios produtores produziram um excessivo e desordenado crescimento das cidades. Isto conduziu à degradação das condições de vida urbana, o que se reflete na multiplicação de favelas, nas altas taxas de desemprego e na violência cotidiana. Moradia, saneamento, energia, saúde, educação e lazer nunca foram oferecidos em quantidade e qualidade suficientes (Weid, 1994: 4).

A transformação significativa das tecnologias industriais e a falta de trabalho e de incentivos no setor rural por parte do Estado, no que toca a pequena produção, produziram mais concentração de terras e de renda, marginalizando dois terços da população que vive nas zonas rurais (EMBRAPA: 1987, 3).

As políticas agrícolas, como a ação dos órgãos oficiais, seja de extensão e investigação ou de ensino público, continuaram orientadas a favorecer os setores que possuíam mais terras e as grandes empresas rurais. Isto resultou não apenas em que a população rural não atendida pelas políticas citadas – os pequenos produtores – ficasse marginalizada do processo produtivo, mas em que o seu destino passasse a ser o de engrossar as fileiras dos pobres nas grandes cidades brasileiras.

Segundo o censo agropecuário do IBGE de 1985, as propriedades rurais inferiores a 10 ha teriam somente 2,6% das terras. Isto representaria 52,8% do total das propriedades agrícolas. Entretanto, e em contrapartida - o que nos dá uma imagem

⁴ De acordo com Graziano Neto (1985: 40), este setor industrial se encontra totalmente dominado por empresas multinacionais tais como: Ford, Massey-Ferguson, Bayer, Shell, Dow-Chemical, Ciba-Geygi, Agrocere e outras.

da injustiça da situação - as propriedades de mais de 1.000 ha correspondendo a 1,0% do total, ocupavam 43,8% da área total.

Este quadro se reforça com os dados oferecidos pelo Seminário Nacional sobre Políticas Públicas e Agricultura Sustentável realizado em setembro de 1994 no Rio de Janeiro, no qual se advertiu que cerca de trinta milhões de pessoas abandonaram o campo, nos últimos trinta anos, por não dispor das condições mínimas para sobreviver, transferindo miséria para os setores urbanos e agravando o quadro caótico das grandes cidades. Estima-se que quatro milhões e oitocentas mil famílias formam hoje o contingente dos *sem-terra*, castigados pela fome e pela completa ausência de alternativas para sobreviver. Os próprios dados oficiais apontam que a metade da camada da população considerada em extrema pobreza está no campo, ainda que a participação da população rural seja só de 25% da população brasileira.

No entanto, tendo em conta as dificuldades que as pequenas propriedades têm para sobreviver, é bom recordar que os produtos como mandioca, feijão, milho e outros itens da cesta básica alimentar brasileira, como é o caso das hortaliças, são justamente levados ao mercado por estes produtores.

Este quadro se agrava no que diz respeito à degradação ambiental, ocasionada pelo modelo agroquímico da Revolução Verde, o qual, com seu intento de artificializar a natureza, não conseguiu exterminar as pragas e as doenças dos cultivos. Pelo contrário, estes, em muitos casos, desenvolveram imunidade genética aos insumos e venenos aplicados, criando uma grande resistência, devido a que são também eliminados os agentes naturais que exerciam um controle sobre as pragas (Paschoal: 1991, 9; Graziano Neto: 1985, 43).

Como resultado da exploração indiscriminada, devido à grande quantidade de terras ociosas que existe no Brasil, a questão ambiental sempre esteve atrelada à relação custo-benefício imediato. Os impactos ecológicos desta cultura extrativista e intensiva se traduziram em altos índices de erosão dos solos, contaminação dos recursos hídricos e devastação florestal, tornando ainda perigosos os produtos, alimentícios devido à grande proporção de insumos químicos que estes contêm, e que não se controla.

Os insumos químicos implementados para o melhoramento da produção, juntamente com a utilização de sementes melhoradas geneticamente, foram substituindo as variedades nativas, mais resistentes e mais adaptadas regionalmente que as produzidas de forma artificial.

Outro dado revelador dos problemas ambientais é a contínua devastação da flora nativa, seja por queimadas ou por corte, para dar lugar à criação de gado ou ao cultivo de monoculturas de exportação; no Brasil, a soja é o caso típico deste exemplo a que nos estamos referindo. Este produto, inclusive, teve um forte subsídio estatal.

Em outras palavras, o modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro se transformou em uma solução para poucos, beneficiando apenas aqueles produtores de maiores recursos, os quais tiveram o suporte econômico suficiente para custear o tipo de mudanças que pedia este tipo de desenvolvimento. Como aponta Weid (1994: 9) referindo-se ao modelo agroquímico:

...[Este] foi dirigido desde o começo para os grandes proprietários de terras. O Estado investiu fortunas em crédito subsidiado e assistência técnica gratuita, para induzir os latifundiários a se transformarem em empresários agrícolas modernos. O processo acelerou ainda mais a histórica tendência à concentração de terras nas mãos de grandes proprietários.

Por outro lado, recordemos que a Revolução Verde, como coloca Giarraca e Aparicio (1991: 15), forma parte da dinâmica capitalista cujo efeito mais significativo foi a instabilidade dos setores rurais com menos recursos. Os elementos básicos do desenvolvimento agrícola: expansão de mercados, concentrações agroindustriais, difusão de insumos, etc., resultam ser mecanismos significativos de diferenciação social interna dentro do setor social rural.

Mas este modelo não só prejudicou as classes mais fracas: também está em jogo o alimento e a qualidade de vida das gerações futuras. Estas afirmações estão ratificadas pelos dados que avança Almeida (1990: 4), quando afirma:

...o Mapa da Fome estabelecido pelo IPEA revela a existência de 16 milhões de indigentes no campo brasileiro, ou seja, 44% da população rural total. Simultaneamente, o mesmo processo que converteu a modernização em fonte de pobreza engendrou danos ambientais que já colocam em risco a própria prática da agricultura para as gerações atuais e futuras.

Em nosso entender, este modo de produção, já seriamente questionado – e quando dizemos questionado não sugerimos que já não se implementa, mas referimo-nos à sua viabilidade para que se continue reproduzindo – leva o estigma do progresso

indefinido, e ainda está ligado a doutrinas positivistas do século XIX. Prova disto é a desvalorização do trabalho rural e a consideração do meio urbano como símbolo do progresso e da modernidade.

3. As marcas da modernidade na agricultura

As doutrinas positivistas mencionadas no item anterior, enfatizadas em parte por Marx e Durkheim, anteviam que, apesar de todos os conflitos a que conduzia o progresso e mais precisamente a era moderna, estes seriam superados; *ergo*, o porvir seria mais promissório que as etapas pré-modernas. Mas o que não previram estes clássicos, incluindo Max Weber, que tinha uma postura mais crítica sobre a modernidade, foi que esse desenvolvimento intensivo das forças produtivas seria nefasto para a humanidade devido à exploração irracional do meio ambiente. As preocupações quanto ao meio ambiente e à sua preservação não foram tidas em conta pelos clássicos e, para dizer a verdade, esta questão é relativamente recente na área da sociologia (Giddens: 1991, 16 e 17). Menos ainda pela sociologia rural, apesar de a questão ambiental ter uma centralidade fundamental, sobretudo pela importância que assume nos recursos naturais no desenvolvimento agrícola. Guivant (1995: 99 e 100) assinala esta deficiência, apontando especialmente a sociologia rural brasileira, quando sustenta:

No Brasil a maior parte das denúncias sobre os riscos ao meio ambiente e à saúde da população, decorrentes do processo de modernização agrícola, tem sido feita pelos profissionais vinculados às ciências agrárias e biológicas, ou ligados ao movimento ecológico. Em contrapartida, a sociologia rural brasileira ainda não assumiu inteiramente esta questão, tendendo a considerá-la secundária entre os efeitos sócio-econômicos do modelo de desenvolvimento aqui implantado que afeta as diversas classes sociais do meio rural, assim como as unidades produtivas familiares.

Entre a década de '60 e '70, tanto para esquerda - influenciada pelas análises leninistas - quanto para a teoria da modernização da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), a questão rural ficou relegada ao desenvolvimento do capitalismo. O ponto de vista da CEPAL, que insiste na oposição entre o tradicional e o moderno, situa a franja da pequena produção rural com escassos recursos como

agentes passivos, presos a uma estrutura cujo fim é o “modernizar-se”; de um lado estariam aqueles com maiores recursos para o acesso à mecanização, ao crédito e aos “pacotes” da Revolução Verde, e de outro aqueles sem recursos, os agricultores tradicionais e “com pouca mentalidade” para a mudança, que terminarão engrossando as filas dos trabalhadores urbanos. A visão cepalina sobre a questão do desenvolvimento foi limitada porque subscreveu, no nosso entender, o ditado de normas para os países mais pobres de “como se modernizar e sair da pobreza”. Esta idéia, implementada por alguns governos da América Latina em fins dos ‘50 e durante a década de ‘60, foi identificada como de “política desenvolvimentista”. Este tipo de política não teve em conta nem os recursos, nem o tipo de desenvolvimento e muito menos a degradação do meio ambiente, já que, para alcançar certo grau de competência econômica a nível internacional, muitos países considerados em desenvolvimento tiveram, e têm, que explorar em excesso seus recursos naturais.

A esquerda, através de Marx, primeiro, e de Lenin⁵, depois - este último ajustando-se à situação russa - considerou que a situação dos agricultores pobres se acentuaria e estes acabariam por se converter em proletários rurais. Nos dois casos o desenvolvimento do capitalismo é essencial para “salvar” ressaibos de uma estagnação que forma parte do passado.

Long (1992: 18 e 19) assegura que as duas posições anunciadas anteriormente se opõem ideologicamente, mas se encontram na maneira de entender a mudança social e o desenvolvimento, seja pela intervenção do Estado, interesses internacionais, estados de desenvolvimento, ou pelo modo de produção dominante. Quer dizer, estas forças externas encapsulariam a vida dos países do Terceiro Mundo, tirando-lhes todo tipo de autonomia.

A idéia de progresso e de desenvolvimento das forças produtivas sustentou suas bases com a ajuda do Estado, que, longe de enfrentar os problemas para uma solução que abarcasse todo o espectro rural, se limitou a viabilizar projetos que só incluíam aos produtores com a capacidade de mudança suficiente para tirar lucros da produção.

⁵ Lenin (1981), tendo como referência a obra de Kautsky, *La Cuestión Agraria* (1989), percebia contradições dentro mesmo do campesinato. Estas contradições levariam ao estabelecimento de duas frações de classe: a burguesia camponesa e o proletariado rural. O campesinato médio oscilava entre os dois como tendência descendente. Os efeitos desta situação conduziria ao desaparecimento do campesinato e a posterior evolução ao capitalismo. Tanto para Kautsky quanto para Lenin, o processo do desenvolvimento da agricultura em direção à grande empresa capitalista era um fato positivo e inevitável (Schiavoni: 1995; 31 e 32).

Esta apreciação, que difere tanto da visão da CEPAL quanto da postura marxista clássica, se sustenta também nas afirmações de Abramovay (1992: 275) e Veiga (1991: 61), que conferem ao modelo familiar de produção rural a adaptabilidade suficiente ao desenvolvimento capitalista, dada sua importância na produção de alguns produtos básicos alimentícios que não são abarcados pelos grandes produtores.

Na produção e na reprodução da vida rural, Chayanov (1981: 133 e 134) diferenciou a lógica de lucro capitalista da produção agrícola familiar, que se adapta às necessidades do consumo familiar. O raciocínio de Chayanov aponta para outras motivações de caráter subjetivo na pequena produção, diferentes do interesse objetivo da empresa capitalista: os lucros se centram mais na reprodução da família do que na reprodução do capital propriamente dito. Melhor dizendo, o trabalho do camponês se aproxima mais da obtenção do dinheiro que lhe permita sustentar a sua família do que da acumulação de capital. Diferentemente de Marx, que pensa em termos do sistema econômico como um todo, Chayanov fá-lo desde uma perspectiva micro da exploração (Schiavoni: 1995, 36).

Neste contexto, a partir da obra de Chayanov se pode sustentar que as unidades familiares de produção podem ser uma alternativa ou um “colchão” frente às crises econômicas, devido à sua capacidade de absorção de mão de obra. Por outro lado, políticas que favoreçam este tipo de produtores podem também favorecer uma melhor preservação do meio ambiente, devido às características do modelo diversificado de produção, em contraposição ao modelo de produção de monoculturas, o qual predomina nos grandes estabelecimentos agrícolas (EMBRAPA: 1987, 7).

Contudo, não podemos cair em posturas utópicas, ou em outras palavras, como sustenta Giddens (1991:155), “*temos que equilibrar os ideais utópicos com o realismo...*”, com respeito à racionalidade dos pequenos agricultores, ideais que induzem a pensar que a maneira de entendimento da natureza por parte destes últimos é ideal e equilibrada. Os pequenos produtores rurais também estão inseridos em um mundo capitalista, no qual as suas condições de existência são muito difíceis. Portanto, esta urgência pela reprodução familiar pode implicar não só o uso indiscriminado de agrotóxicos, mas também (plus) trabalho fora do estabelecimento por parte de todos os integrantes da família, para garantir a sua reprodução.

Este último nos leva a concordar com Bourdieu no tocante às estratégias e práticas dos agricultores para assegurar sua subsistência e a de sua família. Há relações objetivas, independentes, das vontades individuais que não podem ser

captadas senão através da observação e da experimentação. Mas, diferentemente das ciências naturais, as análises sociais não podem deter-se só na construção das relações objetivas, porque existem significações que formam parte da experiência (Bourdieu: 1970: 18 e 19). Portanto, a análise proposta por Bourdieu pretende uma descrição da subjetividade-objetividade que supere uma perspectiva dicotômica destes conceitos para a análise sociológica. Segundo Gutierrez (1994: 14), estas perspectivas irreconciliáveis são momentos que estão em uma relação dialética. Neste caso, o agricultor não é um agente ilhado e não decide individualmente,

... si bien las estrategias desplegadas por el grupo en relación a los procesos de fisión, pautas de herencia, etc., conllevan consecuencias sobre su trayectoria social, éstas no constituyen un curso de acción planificado y calculado racionalmente. Intervienen en ellas los antecedentes culturales de las familias, 'las formas de hacer' acostumbradas (Schiavoni: 1995; 141).

Giarracca e Aparício (1991: 15), refletindo sobre a articulação do camponês com o resto do sistema social, sustenta que aquele está fortemente moldado pelas condições de reprodução, mas que também existem outros campos que determinam diferentes atitudes e condutas, entre as quais estão formas de resistência cotidiana e estratégias de sustentamento.

Em conclusão, acrescentaremos que o modelo de desenvolvimento rural brasileiro é, hoje em dia, um modelo desigual e contraditório, já que, por um lado, o país contém um complexo agroindustrial muito poderoso que tem servido para a industrialização, o aumento das exportações e as mudanças do capital multinacional e, por outro, o processo não é homogêneo – quer dizer, há explorações regionais muito concentradas e outras marginalizadas –, é altamente excludente no social e possui um alto custo ambiental. Este custo ambiental, difícil de quantificar, se manifesta na contaminação dos cursos de água, na perda de terras cultiváveis, na erosão dos solos, na destruição das florestas e nos gastos ocasionados pelo consumo de energia e de insumos químicos.

A questão agrária do Brasil, na ótica social e política, não se limita só ao desenvolvimento econômico; a modernização econômica da agricultura não é uma solução para a miséria no campo (Sorj: 1980; 146). Neste sentido, a posição de

Almeida se ajusta, de acordo com a nossa posição, à realidade deste tipo de “modernização” e às suas conseqüências, quando assinala que,

Os atores e grupos sociais contestadores, nas suas diferentes configurações e expressões, são motivados a reagir pela crise que assola atualmente a sociedade e a agricultura brasileira, colocando em evidência a fraqueza da idéia do moderno como portadora de valores ontológicos que corrigem ‘naturalmente’ os desequilíbrios. A crise organizacional brasileira parece demonstrar de maneira dramática que o futuro escapa ao cálculo de custos e benefícios, da todopoderosa racionalidade instrumental da modernização imposta (Almeida: 1994, 87).

Graziano Neto (1985: 43) avança que a “ideologia modernizadora” provocou, no setor agrícola, uma orientação no sentido de se desprezar, ou deixar de lado, aquilo que não tem o rótulo de moderno. Esta ideologia marginalizou as técnicas tradicionais, considerando-as obsoletas, para as substituir por outras consideradas “mais racionais” para o desenvolvimento agrícola.

Portanto, se se pretende adotar um modelo de desenvolvimento agrícola mais equitativo, este não se resolverá só com políticas assistenciais e com uma reforma agrária. A esta última é necessário somar, no nosso entender, uma tecnologia que atenda à sustentabilidade do meio ambiente e que se defina como contrária ao uso intensivo de insumos químicos ou maquinário tal como foi implementado até à data em quase todo o país e, do ponto de vista político-social, integrar as massas rurais para que sua participação tenha um poder maior de decisão na promulgação das políticas públicas referidas ao setor agrário.

4. Em busca de um modelo alternativo de agricultura

Atualmente, tanto no Brasil como no resto dos países do Terceiro Mundo, existe uma imperiosa necessidade em resolver o problema da fome. Segundo dados da Organização da Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO: 1994, 2),

... unos 800 millones de personas sufren de malnutrición crónica, y las vidas de unos 50 millones de ellas se ven amenazadas por el hambre... Los países desarrollados consumen, directamente o indirectamente, aproximadamente dos

veces y media más cereales por persona que los países en desarrollo, y cinco veces más carne.

Os avanços da tecnologia exclusivamente, como vimos anteriormente, não têm resolvido nem a fome nem a degradação ambiental. Pelo contrário, assistimos a uma capacidade cada vez mais reduzida de absorção da contaminação e extração dos recursos naturais. Acrescentaremos ainda que o fator alta produtividade não significa necessariamente equidade na distribuição tanto de alimentos quanto de renda.

Os impactos produzidos pela agricultura moderna, tais como erosão dos solos, contaminação das águas e dos solos pelo uso de agrotóxicos, redução da biodiversidade, etc., recolocaram a necessidade de se buscar alternativas para mudar esta situação. Segundo Ehlers (1996: 106),

Em meados dos anos 80 (...) crescia a pressão da opinião pública sobre os órgãos governamentais responsáveis pela salubridade dos alimentos e pela defesa do meio ambiente. Nesta fase foi fundamental a participação de entidades protetoras dos direitos dos consumidores e de entidades ambientalistas, as ONGs, que se colocavam, junto com o setor público e com o privado, como um terceiro agente nos processos de decisão.

Não obstante, em alguns setores científicos, houve um certo rechaço às posturas alternativas, consideradas primitivas, improdutivas, retrógradas e sem valor científico (Ehlers: 1996, 107). Também nós pensamos que a questão ambiental e a produção agrícola foram objeto de leituras errôneas, na medida em que se pretendia estabelecer que as políticas de proteção ao meio ambiente e os recursos naturais eram um obstáculo para a expansão do desenvolvimento econômico (Carnasciali *et alii*: 1987; 164).

Os defensores desta linha possuem uma percepção limitada porque têm enfatizado problemas específicos como práticas de manejo dos solos, dos animais e das plantas do ponto de vista da produtividade, deixando de lado o diálogo com outras disciplinas, atomizando, desta maneira, as pesquisas agrícolas. O êxito destas pesquisas se restringiu ao aumento da produção em regiões favoráveis. A estreiteza desta visão trouxe conseqüências não planejadas, que causaram danos ecológicos e altos custos sociais (Hecht: 1989, 8 e 9).

Nos últimos anos, gradualmente se começou a perceber no setor rural que ganhava adeptos o questionamento das práticas agrícolas convencionais entre produtores, pesquisadores e técnicos. Entre os primeiros devido, entre outras coisas, a que pagavam um preço alto pelos insumos externos, quer dizer, pela tecnologia química e, entre os segundos, ademais de tratar de reduzir os custos mencionados, a necessidade de

...desenhar sistemas capazes de criar uma infra-estrutura ecológica, que permita o sinergismo entre diferentes componentes, a fim de que o sistema funcione por si mesmo. Dessa forma, não necessitará de tantos insumos externos e será mais dependente dos organismos do próprio sistema para funcionar” (Altieri: 1995, 6).

Contudo, ainda existem marcadas diferenças com respeito às fronteiras dos conceitos entre as distintas concepções que pretendem criar um novo “paradigma” de desenvolvimento agrícola. O diversos critérios para definir esta nova concepção de agricultura estão dados principalmente por diversas terminologias, tais como agricultura alternativa, orgânica, regenerativa, sustentável, biodinâmica, natural e agroecologia (Guivant: 1995, 103). O ecleatismo nas definições e no tratamento do desenvolvimento agrícola citado se manifesta através de distintas conceitualizações, como, por exemplo, em Paschoal (1991:6), quem sustenta que

...a expressão agricultura orgânica é comumente usada como sinônimo de agricultura alternativa. Prova disto é a Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM). Com o ‘orgânico’ no nome, ela reúne associações de todos os modelos não convencionais de agricultura.

O Informe Brundtland (1988:46) define o desenvolvimento sustentável como *“...aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”*

Nesta definição, encontramos dois conceitos chave:

- a) O conceito de “necessidade”, que apela, sobretudo, à priorização das camadas mais pobres.
- b) A noção das limitações que a tecnologia e a organização social impõem ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

A importância desta conceitualização radica em que ela torna explícita a relação existente entre o tipo de desenvolvimento, a pobreza e o meio ambiente, ao tentar imprimir uma visão ampla sobre os problemas que afetam o planeta.

Outros autores, como Pinheiro Machado (1987: 145), de uma ótica mais economicista, sustentam que a agricultura alternativa é um conjunto de técnicas que maximizam os benefícios sócio-econômicos e técnicos e a auto-sustentação do processo produtivo. Estas técnicas minimizam a dependência de insumos externos gerados por energia não renovável, o que seria o meio ambiente, mobilizam os recursos naturais, técnicos, sócio-econômicos e culturais disponíveis na unidade de produção. O que o autor não especifica é o tipo de unidade de produção que, ao contrário do documento FAO/INCRA, Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável (1994: 10), considera imprescindível para a preservação dos recursos naturais usados na produção agrícola, para a defesa da agricultura familiar. O documento enfatiza a necessidade, para garantir a sua sustentabilidade, da modernização do setor público agropecuário, para adequá-lo a um novo e lento processo que apenas começou.

Não obstante, o documento da FAO/INCRA não deixa de ter um corte economicista, já que a idéia associada a “agricultura familiar - sustentabilidade” é manejada em termos de eficiência econômica, e não com uma idéia que abarque um processo mais complexo. Tal como aponta Brooks (1992:14) a este respeito, não se deve ignorar a economia, mas percebê-la de uma maneira diferente.

Tomando o informe Estratégia de Conservação Mundial, este assinala cinco requisitos para o crescimento sustentável: integração da conservação e desenvolvimento, satisfação das necessidades humanas básicas; alcance da igualdade e justiça social; autodeterminação social e diversidade cultural e preservação da integridade ecológica.

Pelo observado, os enfoques não são só conceituais, mas também existem outros componentes que poderiam ser considerados de ordem metodológica. No entanto, para nós são de tipo ideológico, porque detrás das definições dadas se situam diferentes posturas para perceber e intervir no meio rural.

Na seqüência, dado que nosso objeto de estudo, o Centro Vianei de Educação Popular, assume uma perspectiva centrada nos princípios da agroecologia, analisaremos esta proposta de maneira crítica.

4.1. A agroecologia como modelo alternativo

O termo agroecologia, segundo Hecht (1993: 7), começou a ser usado nos anos '70 para identificar a relação que existe entre fenômenos ecológicos. Gliessman (1993: 36) identifica a obra de Cox & Atkins, *Agricultural ecology*, publicada em 1979, como uma obra básica para identificar os problemas ecológicos na agricultura. O autor citado, depois, nos remete à publicação de Altieri, *Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture*, datada em 1983, onde se aprofundam os problemas da agricultura convencional moderna e se descrevem fundamentos teóricos e metodológicos sobre a agricultura ecológica.

Altieri (1995: 6 e 7) procura diferenciar a agroecologia, a qual, segundo ele, é considerada como uma ciência, dos outros termos aludidos anteriormente, os quais seriam um conjunto de práticas e tecnologia que permitem a utilização de certos insumos e não de outros. De acordo com isto, sustenta que a agricultura orgânica trabalha com certos inseticidas obtidos de outras plantas mas que têm efeitos negativos sobre outros componentes naturais, já que são pesticidas de amplo espectro de ação. Portanto, sua base não é agroecológica.

Por outro lado, precisa que o termo agricultura sustentável não é um modo de produção, nem um sistema de práticas, mas um conceito de desenvolvimento com modalidades de produção que cercam a agroecologia. Mas faz notar que a definição de sustentável tem de vir acompanhada do termo "socialmente justa", quer dizer, proteger o meio ambiente e, ademais, sem exploração de mão-de-obra que crie problemas sociais e econômicos. Cremos que a originalidade desta proposta, em relação as outras definições dadas acima, radica justamente na inclusão do "socialmente justa". Ou seja, isto marcaria os limites das análises que enfatizam mais a proposta custo-benefício. Por outro lado, a agroecologia

...provee de conocimientos y experiencias científicas a los sistemas de producción alternativos a la agricultura convencional, y para ello ha combinado conocimientos científicos de la ecología, la agronomía, la antropología, con el rescate de de saberes tradicionales indígenas y campesinos (Florit: 1996, 10).

Portanto, Altieri (1989: 18) define a agroecologia como uma disciplina científica que, de uma perspectiva holística e interdisciplinar, pretende direcionar a produção agropecuária interagindo com as pessoas, cultivos, solos e animais. Esta postura

totalizante parte de uma visão crítica do modelo de desenvolvimento agrícola da Revolução Verde, e serve como base para investigações que desenvolvam uma produção agrícola mais sãs para o meio ambiente.

Uma perspectiva compartilhada pelos agroecologistas é a de que entre as populações camponesas dos países do Terceiro Mundo se tem preservado uma base de conhecimentos tradicionais, que se sintonizam com o que propõem a agroecologia.

...Os agroecologistas vêem as pessoas como parte dos sistemas locais em desenvolvimento. A natureza de cada sistema biológico desenvolveu-se para refletir a natureza do povo - sua organização social, conhecimento, tecnologias e valores. Os povos selecionaram características de espécies por séculos. Ajudaram a manter relações biológicas desejáveis. Que espécies e variedades são selecionadas e quais relações são assistidas depende dois valores das pessoas, do que elas sabem, de como estão organizadas socialmente para interagir com o meio ambiente e com o sistema biológico, e das técnicas disponíveis (Nogaard: 1989, 44).

Frente à perspectiva sobre os efeitos nocivos levados a cabo pelo padrão convencional de desenvolvimento agrícola, a agroecologia considera imprescindível apelar a uma utilização mais efetiva dos recursos e procurar uma política mais racional quanto ao manejo do meio ambiente, o que deve implicar o resgate dos conhecimentos tradicionais.

A agroecologia tem sido um ponto de partida para programas de desenvolvimento rural em países da América Central e, especialmente, em países andinos como Chile, Peru e Bolívia. Geralmente, estes programas são levados a cabo por ONGs – com a ainda incipiente participação de organismos estatais – que tentam reverter o quadro de deterioração ambiental e social descrito anteriormente.

Estes programas aludidos trabalham a partir de dos eixos:

- 1) Estabelecer práticas com critérios agroecológicos que permitam uma utilização racional dos recursos naturais.
- 2) Organizar socialmente os agricultores, não só para elevar sua qualidade de vida, mas também para que suas demandas tenham maior êxito frente aos entes públicos.

Esta última concepção apresenta a particularidade, diferentemente do modelo convencional, de propor o respeito às decisões dos agricultores. A implementação dos postulados da Revolução Verde converteu o agricultor em um "receptáculo de conhecimento"; quer dizer, a experiência adquirida depois de tantos anos não era levada em conta, só valia o conhecimento técnico que, por outro lado, nem mensurava as condições locais – a idéia era, ou é, simplesmente aplicar aqueles conhecimentos. A agroecologia coloca novamente o produtor como protagonista em um plano de igualdade junto aos técnicos no processo de produção. Não obstante, para aplicar os princípios deste sistema é necessário ter em conta a organização social dos agricultores, como bem sustenta Rover (1996: 48),

A organização social e o envolvimento Sociedade Civil - Estado Local na construção do processo de desenvolvimento em questão é fator determinante da qualidade dos resultados produzidos por este processo.

Portanto, a lógica a seguir seria o planejamento das ações como objetivo primordial para seu êxito. Estas ações têm a missão não só de produzir ecologicamente, senão também de fazer com que o fator econômico seja viável para melhorar a educação e a saúde da população atendida. Vale aclarar que o desenvolvimento de uma agricultura com base agroecológica não se identifica com uma proposta economicista. Quer dizer, a diversificação agrícola e o crescimento, para obter melhores lucros, não pressupõem que a produção esteja por isto dentro dos padrões de um crescimento sustentável como o formulado pela agroecologia.⁶ Esta sustentabilidade tem que assegurar uma satisfação das necessidades humanas presentes e futuras.

Por outro lado, cremos que é muito ambicioso considerar a agroecologia como uma nova ciência, já que o trabalho interdisciplinar ainda não está muito assegurado, como cita Chambers (1993: 65),

A interdisciplinaridade requer a colaboração entre agricultores, cientistas técnicos e sociais. Na prática, é raro que os cientistas sociais ou técnicos

⁶ É correto afirmar que, seguindo Weid (1994: 15) "... não se deve confundir agroecologia com agricultura tradicional. A agroecologia utiliza muito do conhecimento do agricultor tradicional sobre ecossistema, mas incorpora inúmeras inovações que revolucionam o seu padrão de produção".

estejam preparados para esse tipo de trabalho. Poucas instituições são capazes de organizar uma combinação de, por exemplo, ciências agrícolas, economia agrária orientada para os sistemas de produção, sociologia e antropologia social.

Para complementar este argumento, Ehlers (1996: 120) sustenta que a interdisciplinaridade pode proporcionar às ciências agrárias convencionais um tipo de conhecimento mais abrangente, dada a complexidade metodológica e operacional desta proposta, incorporando componentes sociais à noção de sustentabilidade.

A tarefa de aumentar a consciência sobre a necessidade de proteção do solo e a qualidade da água vai tomar muito tempo, devido à urgência a que estão submetidos os pequenos agricultores em obter um lucro imediato para poder subsistir. Esta situação se agrava com a deterioração das condições de existência e com a falta de programas oficiais para inverter esta tendência.

Se nos guiamos pelas experiências agroecológicas que se realizam nos países andinos, podemos afirmar que este tipo de práticas é viável, já que se tem resgatado técnicas agrícolas tradicionalmente usadas pelos indígenas e se as tem combinado com conhecimentos científicos, obtendo bons resultados. Isto se sustenta, precisamente, no modo como as populações indígenas têm trabalhado a terra por séculos. Não obstante, nossas dúvidas são quanto a se poder implementar este mesmo modelo em outros lugares, com um contexto e uma cultura diversas, dado que não existe uma tradição, como a indígena, para trabalhar a terra de maneira harmoniosa com o meio ambiente. No Brasil, por exemplo, recuperar este tipo de práticas é difícil. Em primeiro lugar, a miscigenação de culturas tem sido grande, assim como a transformação do tradicional pelo moderno, em muitas regiões do país, especialmente no Sul. Também a cultura dos *caboclos*⁷ tem sido depreciada em comparação com a dos imigrantes europeus. Por último, resulta difícil a implementação de técnicas agroecológicas, dada a supremacia da "racionalidade capitalista". Além destas dificuldades, a idéia do respeito pela cultura local encontra limitações porque, ao ser identificada com o tradicional, tem levado a certa idealização maniqueísta por parte de alguns técnicos, colocando o conhecimento científico em um segundo plano.

A estes limites na implementação de uma proposta agroecológica, somem-se as dificuldades provenientes das ambigüidades quanto ao que pode ser considerado como

⁷ Caboclo é a denominação recebida por aqueles que descendem da mistura entre brancos e índios.

agroecológico. Não devem tampouco subestimar-se os obstáculos que a agroecologia encontra para se difundir, originados das políticas agrícolas, dos setores agroindustriais e grande parte da comunidade científica.

4.2. Problemas de implementação de um modelo alternativo

Se bem que ultimamente os meios de comunicação têm enfatizado a problemática da qualidade dos alimentos e se começa a colocar em dúvida o modo de os produzir, ainda não existe uma consciência difundida na sociedade brasileira sobre os riscos implicados neste modo produtivo, tanto para a saúde da população como para o equilíbrio dos ecossistemas. Isto se deve em grande parte à idéia, enraizada na população, de que a produção em grande escala e o uso de venenos constituem a forma por excelência “como se deve produzir, já que não existe outra forma” (Guivant: 1995, 123).

Portanto, a implantação de um modelo que pretenda alcançar os objetivos de propostas alternativas, como a agroecologia, enfrenta no Brasil numerosos obstáculos de diferentes naturezas, que procuraremos delinear de maneira resumida:

a) Caráter social

- Falta de organização social por parte dos pequenos agricultores. Tanto as associações existentes, em sua grande maioria, como o funcionamento das cooperativas, não respondem precisamente aos interesses dos pequenos produtores. Interesses mesquinhos e corporativos permeiam as características destas associações.

- Estes interesses têm, muitas vezes, um perfil clientelista. Varias ONGs, nesse sentido, trabalham com o fim de fortalecer as associações de pequenos produtores, tentando criar uma consciência de independência relativamente a partidos, instituições estatais ou associações de grandes produtores. Por este motivo, cremos que a idéia de implementar outro tipo de agricultura tem que ser acompanhada de um processo de educação, conforme as características regionais de cada comunidade. A participação comunitária é um dos elementos centrais para o êxito desta proposta.

- Duvidas e desconhecimento entre os agricultores sobre tecnologias e práticas agroecológicas.

- Escassa difusão e problemas de comunicação entre os agricultores que produzem de maneira agroecológica. É importante o trabalho que estão realizando as ONGs neste sentido, ainda que a atuação muito regionalizada por parte de algumas

delas impeça uma melhor integração e comunicação. Por esse motivo, faltam dados sistemáticos sobre quem produz, o que se produz e como se produz.

b) Caráter econômico

- A posse e uso da terra é fundamental para superar a crise que atravessa o setor rural. No entanto, até agora não existem respostas claras com respeito às políticas sócio-econômicas que correspondem à redistribuição da terra por um lado e, por outro, as políticas agrícolas que beneficiem os cultivos da cesta familiar, tais como mandioca, feijão, arroz e milho.

- Os recursos técnicos da proposta agroecológica requerem menos insumos externos. Isto implica num barateamento dos custos; só que, sem subsídios por parte do Estado, é difícil ao pequeno produtor implementar um novo sistema de produção. Em geral, a maior parte dos subsídios se destinam aos grandes produtores e às empresas agro-industriais; parte destes subsídios se usam inclusive para financiar outro tipo de atividades.

- A política de crédito bancário é de juros muito altos e de barreiras burocráticas que estão longe das possibilidades dos agricultores familiares.

- A comercialização dos produtos agroecológicos é outro problema para a pequena produção. O pequeno produtor é impotente para introduzir seus produtos de forma direta no mercado, devido à pouca transparência deste. O controle do comércio tende a estar em mãos de intermediários que são, na realidade, os verdadeiros beneficiados. Neste sentido, o Estado tem que assumir seu papel de controle para defender os produtores e, desta maneira, fixar regras claras para o comércio e o intercâmbio da produção.

- Contudo, é incipiente o fomento para a criação de cooperativas de crédito e produção. Isto se reflete, como já citamos anteriormente, na pouca organização social dos pequenos produtores rurais. Ainda assim, já existem indícios da criação de cooperativas de crédito e produção, devido ao trabalho e à assessoria de algumas ONGs que atuam no meio rural.

c) Caráter político

- A Reforma Agrária é de vital importância para a transformação do modelo; no entanto, como já dissemos antes, esta não trará os resultados esperados se não for acompanhada também por uma proposta de mudança do modo de produção.

- O papel dos sindicatos rurais também é importante; não obstante, a maioria deles ainda não percebe a necessidade de uma mudança tecnológica, porque seus dirigentes pretendem socializar a Revolução Verde e estão apegados a uma cultura de produção capitalista, e não de superação desta.

- O escasso interesse do poder político para reverter a situação. É preciso vontade política para mudar a maneira de comercialização, subsídios e posse da terra. Até agora assistimos a soluções *ad hoc* para resolver este tipo de problemas.

- Falta de coesão política entre movimentos, ONGs e outras organizações, como partidos políticos, para discutir e conscientizar a sociedade sobre a necessidade de uma legislação que estimule a agricultura ecológica.

d) Caráter institucional

- As instituições estatais que se dedicam à investigação rural, como é o caso da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) ou da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.), por exemplo, continuam trabalhando com base no paradigma da Revolução Verde. Atualmente, nas universidades, existe maior consciência por parte de alguns professores e alunos que criticam e têm sérias diferenças com o atual modo de produção; em geral, no entanto, se ensina e se difundem os preceitos deste último. O fato de que se questione e se ponha em xeque o modelo é mérito muitas vezes dos próprios alunos, que, a partir de terem contato com organizações ambientalistas, levam suas inquietudes aos centros de ensino.

- O trabalho interdisciplinar é indispensável, mas ainda é incipiente, e há “visões de mundo” contrapostas, as quais atentam contra este tipo de abordagem.

- Os técnicos das instituições de pesquisa e extensão, formados sob o guarda-chuva do modelo agroquímico, em muitos casos desconhecem as características regionais e culturais. Por outro lado, o extensionista nem sempre trabalha junto ao agricultor e não compartilha ou escuta as suas experiências sobre a produção.⁸

⁸ Com respeito a este ponto, Reijntjes *et alii* (1994:168) indica uma série de limitações de pesquisadores e extensionistas que, resumidamente, são as seguintes: eles vêem a si mesmos como científicos e não como criadores de tecnologia; não conseguem compreender seu papel complementar dentro do sistema tecnológico; sua formação é exclusivamente técnica e não percebem as atitudes não científicas dos agricultores; e, por último, os programas participativos têm pouca relevância para os organismos oficiais, o que acaba por escassear os recursos destinados para este fim.

- Atualmente, não se tem uma idéia real de qual vai ser o papel destas instituições no futuro, face à corrente Reforma do Estado.

- Os técnicos destas empresas estatais que não estão de acordo com a política de desenvolvimento institucional estão presos entre o voluntarismo e os vaivéns político-institucionais.

Em síntese, e conforme o que foi dito, há um conjunto de fatores que precisam estar presentes na implementação de uma agricultura. Desde a geração de novos conhecimentos e práticas agrícolas que levem em conta as especificidades dos agroecossistemas – o que deve passar pelo trabalho conjunto de técnicos e agricultores para planejar a produção e adaptá-la às condições locais – a um sistema de planejamento ágil que permita a comercialização e transformação dos produtos.

Em suma, para que este tipo de práticas agroecológicas não se reduzam a experiências ilhadas e possam vencer as suas restrições e limitações, é preciso contar com duas condições *sine qua non*: a) vontade política por parte das autoridades municipais, estatais e federais para uma mudança no modo de produção, e b) participação de todos os atores comprometidos no processo de desenvolvimento rural, a partir de canais apropriados para negociar diferentes interesses, estratégias e objetivos.

No capítulo seguinte, descreveremos como as ONGs pretendem intervir na citada negociação, dado seu caráter de ator central no processo de desenvolvimento rural.

Capítulo II

As ONGs e o desenvolvimento rural brasileiro

Neste capítulo, procuraremos definir o conceito de ONG, tomando como referencia, especialmente, autores que analisam o contexto brasileiro. Também se pretende, *en passant*, expor algumas críticas de outros autores sobre os fins e o funcionamento destas organizações, tentando intervir neste debate através de nossa postura crítica. Em seguida, referir-nos-emos ao surgimento, características e trabalho que realizam as ONGs que operam no setor rural, dando mais ênfase às que trabalham com desenvolvimento e meio ambiente e que sustentam suas tarefas com base nos princípios da agroecologia. Finalmente, pretendemos assinalar algumas das críticas e limitações que recebe o trabalho destas entidades, procurando novamente colocar nosso ponto de vista a respeito. Esta discussão é fundamental para caracterizar e entender o perfil e a prática do Centro Vianei de Educação Popular.

1. Conceitualização das ONGs

Para precisar a origem das ações não governamentais, é necessário remetermos ao final do século XIX. Este passado está fortemente ligado aos problemas acarretados pelas desigualdades que trouxe consigo a revolução industrial. Neste contexto, foram proliferando diversas instituições de assistência social com o fim de atenuar os desajustes apontados. A Igreja Católica, principalmente, e outras igrejas de origem protestante foram, através do voluntariado, as primeiras a desenvolver programas de assistência nas áreas de saúde e educação.

Depois da Segunda Guerra Mundial estas iniciativas desencadeadas pelas igrejas começam a propagar-se pelos países do Terceiro Mundo através de organizações de caráter laico. Como bem assinala Ortega Carpio (1994: 43), estes tipos de ações tinham “... *una visión caritativa, y por lo tanto, con una gran dosis de paternalismo...*”. Este paternalismo pretendia mitigar a pobreza, criando laços de dependência, mais que instrumentos para a auto-subsistência, já que estas organizações se limitavam a distribuir alimentos, remédios e roupas. Os beneficiários desta assistência não tinham nenhuma participação, nem na formulação, nem na execução destes programas. Também é importante sublinhar a ausência total do

Estado nas áreas de atuação destas entidades, sendo elas, desta maneira, funcionais ao desenvolvimento do capitalismo nas regiões atendidas.

Nos anos '50, muitas destas organizações, do tipo privado, que atuavam nos países do Terceiro Mundo, passaram a ocupar-se do problema do desenvolvimento com posturas questionadoras e polêmicas em relação ao Estado e aos programas de assistência e solidariedade que até então se implementavam. Estes tipos de organizações passaram a ser conhecidas com o nome de Organizações Não Governamentais (ONGs) (Melo: 1993, 23).

A conceitualização do termo ONGs nas ciências sociais é difícil de estabelecer – diríamos mesmo que é difusa – devido à diversidade de definições e à falta de consenso que caracteriza o debate. Esta afirmação não faz tábua rasa da existência de trabalhos acadêmicos e de uma reflexão profunda sobre o tema, pelo contrário: remete às dificuldades para trabalhar o tema. Inclusive, Salamon e Anheier (1992: 128 e 129) alegam que estas organizações não diferem muito daquelas dedicadas a funções assistenciais ou altruístas, e ressaltam a grande variedade de terminologias para designar “*the non-profit sector*” em que se encontram as “*non-governmental organisations (NGOs)*”. As controvérsias sobre a conceitualização também se deslocam para o plano ideológico já que, como apontam Farrington *et alii* (1993: 1),

... the reasons for this surge of interest are diverse, and not always mutually compatible. For some, NGOs are in the vanguard of an alternative mode of development that is fundamentally different from today's neo-liberal orthodoxy; other lines of reasoning see NGOs playing roles within the existing neo-liberal framework.

Segundo a Ortega Carpio (1994: 39-40), o reconhecimento oficial das ONGs deriva da Carta das Nações Unidas, capítulo X, artigo 71, que reza:

El Consejo Económico y Social podrá hacer arreglos adecuados para celebrar consultas con organizaciones no gubernamentales que se ocupen en asuntos de la competencia del Consejo.

Outros elementos, apresentados por Melo (1993:24), assinalam que o Banco Mundial considera as ONGs dos países do Sul como “Organizações de Base (OAB)”,

sem uma distinção clara de outro tipo de organizações sindicais, movimentalistas ou associações. Para a Comunidade Européia, no âmbito dos países do Norte, a conceitualização não difere muito das “Organizações voluntárias”, ainda que, para os países do Sul, se lhes chame de “Organizações de Base”.

Scherer-Warren (1995: 162) considera que

O termo ONG vem dos países do Norte (NGOs - Non-Governmental Organizations), referindo-se a entidades ou agências de cooperação financeira a projetos desenvolvimentistas ou assistencialistas, em favor de populações desprivilegiadas do Primeiro e do Terceiro Mundo. Algumas destas agências, às vezes também denominadas de GSOs (Grassroots Support Organizations), ou organização de apoio a movimentos de base/comunitários, com o objetivo de financiar projetos a serviço destas bases populares, buscaram entidades mediadoras e responsáveis pela execução dos projetos nos países do Terceiro Mundo - essas ONGs passaram a ser denominadas a partir desse momento como ONGDs (Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento)”.

No contexto desta investigação se entenderá por ONGs um conjunto de organizações de tamanho e propósitos variados, sem fins lucrativos, que cumprem funções no terreno econômico e/ou social e/ou cultural, fundamentalmente vinculadas a tarefas substitutivas de funções sociais tradicionalmente associadas à órbita estatal. Com o fim de sermos mais descritivos, precisamos:

a) Organizações de tamanho e propósitos variados: o tamanho varia de acordo com a capacidade que tem a entidade de se financiar, e com o tipo de serviço que presta. Os propósitos variados vão desde projetos voltados à área da saúde, meio ambiente, gênero, etnia, desenvolvimento rural e fundamentalmente a área de educação popular.

b) Sem fins lucrativos: são entidades privadas cujos lucros são investidos novamente nas atividades que desenvolve a organização, sem distribuição, de maneira alguma, entre os membros que a compõe. Quer dizer, as atividades que desenvolvem não têm um sentido empresarial *per se*.

c) Tarefas substitutivas de funções tradicionalmente associadas à órbita estatal: ante a retirada do Estado de determinadas funções que lhe competem, como, por

exemplo, a saúde e a educação, estas organizações têm tomado a iniciativa para satisfazer demandas de setores excluídos, ou de setores castigados pelos planos de ajuste.

Isto tem-lhes permitido certa autonomia para se dedicar à realização de metas concretas que levam a uma melhor qualidade dos serviços prestados. Isto se deve a uma melhor canalização dos recursos provenientes do exterior, seja via instituições, seja via outras entidades não governamentais, evitando a burocratização estatal e atos de corrupção tão afins aos países do Terceiro Mundo.

1.1. As ONGs no contexto brasileiro: um conceito conflitivo

No que se refere ao âmbito brasileiro, o termo ONG, como cita Landim (1993: 77), era uma categoria pouco usada até à década de '80. O surgimento das ONGs data dos primeiros anos do regime militar, como uma reação diante do abandono das políticas públicas para os setores populares ou da inadequação daquelas à realidade social destes segmentos. Até à metade dos anos '80, estas organizações foram conhecidas como "Centros Populares", e eram voltadas a tarefas de educação, assistência técnica e jurídica e a outras atividades de apoio ao serviço de movimentos populares ou de grupos comunitários (Scherer-Warren: 1995, 162). Coincidindo com esta última, Landim (1993: 33) agrega que o término ONG,

...começou a ser usado, em meados da década de 80, para identificar um conjunto de entidades que veio se formando a partir dos anos 70, misturando cristianismo e marxismo, militância e profissionalismo, dentro de um quadro de crescente cooperação internacional não governamental...

Para Tânia Raitz (1996: 43), o objetivo destas entidades era transformar aspectos negativos da realidade social, com a intenção de se construir uma sociedade mais justa e participativa.

O seu caráter heterogêneo em tamanho e objetivos faz com que o seu universo de atuação seja significativamente diversificado em questões de etnia, gênero, desenvolvimento, meio ambiente, educação, etc. O florescimento destas entidades entre os anos '80 e '90, fruto do processo de redemocratização e de redefinição do

papel do Estado⁹, faz com que seja muito difícil o seu enquadramento, tal como assinala Melo (1993: 137),

O universo das ONGs é extremadamente complexo, onde a uniformização e a centralização estão ausentes. Neste sentido, os esforços de agrupamento visando criar tipologias recaem em simplificações, que podem, na maioria das vezes, ser consideradas como aproximações pouco descritivas desta realidade.

Historicamente as ONGs brasileiras nasceram e cresceram, dada a conjuntura política, com um claro sentido negativo e de confrontação com o Estado. Como assinala Souza (1992: 50), “*foram mais contragovernamentais que não-governamentais*”. Seus integrantes, em sua grande maioria perseguidos pela ditadura, se defrontaram com o desmantelamento, produto da repressão, de organizações que canalizavam as demandas dos setores mais fracos da sociedade como sindicatos, partidos políticos e outras entidades de base.

A Igreja Católica teve uma grande participação e influência na fundação das ONGs. Esta relação se estabelece, principalmente, pelo enfrentamento da cúpula da Igreja com o governo *de facto* de 1964. Os antecedentes desta postura datam da abertura da Igreja Católica a partir da realização do Concílio Vaticano II convocado por João XXIII em 1962. Um dos pontos mais importantes deste Concílio foi a entrada dos laicos em cena, já que até então a mensagem religiosa e o protagonismo estavam reservados a diáconos, presbíteros e bispos. Através das encíclicas *Pacem in Terris* (1963) e *Populorum Progressio* (1967) se pregava pelo combate à pobreza, às desigualdades sociais e por um modelo de desenvolvimento mais justo (Ortega Carpio: 1994, 43; Doimo: 1995: 80 e 81). A presença dos laicos permitiu o trabalho conjunto com outras igrejas cristãs, organizações e movimentos sociais.¹⁰

⁹ A redefinição do Estado, a que fazemos referência, constitui-se, entre outras coisas, na retirada de fundos para serviços básicos: saúde, educação e moradia. As novas democracias na América Latina têm-se dedicado mais à economia, em termos macroeconômicos, do que ao alívio da pobreza.

¹⁰ O compromisso pastoral dos laicos com a abertura da Igreja se reconhece na ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A respeito delas, Comblin (1996: 20) assinala que “...*promoveram outro tipo de leigo católico: um leigo que não seja puramente instrumento da paróquia, mas participe da comunidade e seja capaz de tomar iniciativas, livre no seu compromisso e preparo para entrar na vida política ativa. De fato, muitos membros das comunidades eclesiais de base entraram de modo mais ativo na atuação. Receberam nas CEBs uma verdadeira preparação, uma educação de base que os habilitou para entrar na vida*

O fim da ditadura encontra as ONGs com a intenção de se manter fora da órbita estatal, procurando articular-se com outras associações – setores da Igreja, sindicatos, etc. – com o propósito de favorecer e mediar a participação direta da cidadania em assuntos como, por exemplo, o desenvolvimento, e nos processos de decisões sobre as políticas públicas. Este tipo de articulações entre as organizações citadas são definidas por Scherer-Warren (1996: 16) como “redes de movimentos”. Nas palavras da autora,

Estas podem ser definidas como interações horizontais e práticas sócio-políticas pouco formalizadas ou institucionalizadas, entre organizações da sociedade civil, grupos e atores informais, engajados em torno de conflitos ou de solidariedades, de projetos políticos ou culturais comuns, construídos em torno de identidades e valores coletivos.

Munarim (1995: 24)¹¹ realiza uma crítica a esta postura, sustentando que esta concepção “*não aponta como característica nada que diga respeito à estrutura econômica*”¹². Segundo esta crítica, a noção de classe social seria substituída por “*sujeitos múltiplos e plurais*”.

Ao nosso ver, cremos que esta leitura de Munarim é limitada, já que os acontecimentos e o devir histórico nos mostram que é inviável continuar com categorias dicotômicas como, por exemplo, burguesia-proletariado.

A criação de “redes” entre ONGs e outros atores sociais tem permitido uma interação e um fluxo de informação para a articulação de projetos e idéias; isto

política”. Fernandes e Piquet Carneiro (1994: 89) apontam que: “*Entre las ONG son comunes las relaciones formales de colaboración con órganos de las iglesias cristianas. La mayoría las canaliza por medio de las ‘pastorales’ e as Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB), entre las cuales se destaca la “Pastoral da Terra” (38% de las ONG ha trabajado con ella)*”.

¹¹ Antônio Munarim foi um dos fundadores e ex-diretor do Centro Vianei de Educação Popular. Para nós, sua importância firma-se em que, aparte de ter relevância pelo dito, seus trabalhos sobre a organização nos serviram de referência para nossa pesquisa. Em outra ordem, aclaramos que suas posturas são independentes das assumidas atualmente pela entidade.

¹² A crítica de Munarim diz respeito a uma definição similar de Scherer-Warren que data do ano de 1993. Referindo-se a “redes de movimentos”, define a autora: “*busca de articulação de atores e movimentos sociais e culturais; transnacionalidade; pluralismo organizacional e ideológico; atuação nos campos cultural e político*”. Nós preferimos optar pela definição mais atual, ainda que a essência da mesma não tenha mudado.

demonstra, na prática, a existência de uma maior democratização e descentralização nas decisões.¹³

O papel que ocupam as ONGs pode remeter-nos, também, a uma idéia de distanciamento com respeito ao Estado e ao Mercado, situando-se dentro do que Fernandes (1994: 6) define como “Tercer Sector”, que é

no gubernamental y no lucrativo, que sin embargo es organizado, independiente y moviliza particularmente la dimensión voluntaria del comportamiento de las personas.

Quer dizer, “a tríade” Estado-Mercado-Terceiro Setor seria superadora da clássica dicotomia entre Estado-Sociedade Civil. A noção de superação se reflete nas palavras de Fernandes, quando este diz que

La idea de Tercer Sector provoca la imaginación a inventar otras figuras. Imaginar, por ejemplo, una dinámica de la vida pública que suceda entre tres polos, que no se superponen, y que simultaneamente se oponen y se atraen (Fernandes: 1994: 6).

Em outras palavras, a idéia que Fernandes pretende enfatizar é o papel que, definitivamente, tem adquirido a Sociedade Civil, e o papel protagonístico desta, especialmente a partir dos anos '80, com a emergência de distintas organizações e movimentos populares que se situam mais adiante do poder burocrático, e muitas vezes autoritário, do Estado e da idéia exclusivamente lucrativa que dirige o Mercado. Os atores envolvidos neste novo fenômeno marcariam o caminho para o fortalecimento da democracia, da participação popular e da solidariedade internacional, ou mais precisamente, como enfatiza o próprio Fernandes (1994: V), da cidadania planetária¹⁴.

¹³ Uma figura que Scherer-Warren também ressalta é a de “Fórum”. Ela está definida como sendo articulações esporádicas entre ONGs e outros atores sociais sobre questões estratégicas, problemas conjunturais ou em momentos históricos que exigem a manifestação ou pressão da sociedade civil.

¹⁴ É importante destacar que este tipo de postura coincidente, em alguns casos, com a de organismos internacionais que interpretam a intervenção das ONGs como uma manifestação da “desilusão pelos resultados da resistência oficial” (PNUD: 1993, 55) e como um avanço da sociedade civil ante à burocratização estatal, contrasta com outras como, por exemplo, a reflexão feita por Jodar Martínez e Lope Peña “... más allá que estar asistiendo a una rebelión de los individuos frente a una creciente burocratización, el actual proceso configura un

Esta postura parece-nos por demais otimista, diríamos mesmo voluntarista, e com pouca consistência relativamente à realidade brasileira. Para fazer esta afirmação nos baseamos no fato de que este Terceiro Setor, onde estão incluídas as ONGs, está longe de ser independente, como diz o autor citado, devido à sua dependência dos fundos provenientes do exterior para a realização dos projetos. Por outro lado, não está muito clara a idéia de “*privado aunque público*” devido a que pareceria que as ONGs se substituiriam ao Estado em funções que são de sua inteira competência – caso da educação –, o que as colocariam mais no plano de cobrir “los agujeros del sistema capitalista” que no de realizar um trabalho de fortalecimento e de participação na esfera pública das classes menos favorecidas.

Uma leitura similar à de Fernandes, com respeito ao papel das ONGs na América Latina, é a sustentada por Reilly (1994: 1 e 2), já que delega a estas organizações funções superlativas para superar as deficiências e os desequilíbrios econômicos dos países latino-americanos. Mas suas afirmações resultam contraditórias ao sustentar:

Si bien la política económica funciona, la política social ha sido un desastre (...) hay una buena noticia: una tendencia hacia la democracia y el (re) descubrimiento de la sociedad civil. Un conjunto de asociaciones voluntarias, organizaciones y movimientos, así como redes de acción colectiva... (nosso sublinhado).

Por outra ótica ideológica, mais radical, as ONGs são criticadas por receber financiamento de entidades norte-americanas, européias ou de instituições como o Banco Mundial. Isto as converteria, na afirmação de Petras (1996: 47), em um “*amortecedor social*”, para frear o descontentamento e a polarização social. Este autor enfatiza que estas organizações

...disputavam diretamente com os movimentos sócio-políticos pelo engajamento e fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes. Na década de 1990 havia milhares dessas organizações descritas como sendo ‘não-

escenario en el cual asistimos a un ataque del Estado hacia una parte de la sociedad que ve disminuídas sus conquistas sociales: asistencia, legislación social, salario indirecto, bienestar, reconocimiento organizativo, etc. Se trata de un ataque a los trabajadores, a lo social, más que a una respuesta de éstas frente a la disfunción del Estado” (Citado por Hintze: 1991, 38).

governamentais', as quais recebiam por volta de 4 bilhões de dólares no mundo todo¹⁵.

Estes tipos de afirmações se contrapõem à visão de Scherer-Warren (1994: 9), que ressalta a importância que as ONGs tiveram durante o período das ditaduras latino-americanas, já que se associaram aos movimentos populares e, ademais, foram solidárias e participantes nas lutas pela democratização e pela defesa dos direitos humanos. Esta posição é reafirmada por Souza (1992: 51) quando este aponta que

As ONGs foram um novo modo de fazer política quando a política era reprimida. Um novo modo de se organizar a participação a partir de uma institucionalidade flexível, descentralizada, inovadora, ágil e diversificada, que, por isso mesmo, conseguia escapar dos controles oficiais fixados na repressão aos partidos e aos sindicatos.

Parece-nos acertada a postura de Petras (1996: 38), que reconhece os méritos da iniciativa pública nas esferas da educação e na saúde; mas, justamente, o fenômeno das ONGs é produto da deserção do Estado, com mais nitidez na América Latina, nessas áreas. Por outro lado, não podemos cair em simplificações, dizendo que o Estado

...tem sido um importante apoio à cidadania, promovendo a incorporação de setores explorados da população à política, reconhecendo os direitos legítimos dos trabalhadores, negros, mulheres, etc. Os Estados têm oferecido as bases para a justiça social através da redistribuição de terras, de renda e de orçamento para favorecer os pobres (nosso sublinhado) (Petras: 1996, 39).

Esta leitura parece-nos imensamente inadequada, porque, precisamente, o Estado brasileiro se caracterizou por seu autoritarismo, relações de clientela e pela falta de sensibilidade frente aos setores carentes. Cremos que as ONGs, neste sentido, cumprem um papel importante tanto no plano da conscientização política, quanto na realização de projetos que melhorem as condições materiais de vida da cidadania em geral e dos pobres em particular.

Pelo exposto, o termo ONG não só é de difícil conceitualização, como também divide águas no plano ideológico, o que nas ciências sociais é inevitável. Portanto,

¹⁵ O autor não cita a fonte das cifras que declara.

encontramos posturas muito críticas tanto da esquerda como de outras posições, que são mais - ainda que o neguem - afins às posturas de organizações internacionais de muito peso, como o Banco Mundial ou o Banco Interamericano de Desenvolvimento, defensoras de planos de ajuste e de políticas neo-liberais. Não obstante, existem outras posições, mais realistas e não tão ortodoxas, que procuram emprestar às ONGs uma verdadeira dimensão renovadora e progressista. Isto é reforçado com as palavras de Bosco (1993: 9) quando diz que as ONGs

...são, pelo seu trabalho e a sua metodologia e sobretudo pela continuidade das suas intervenções, o elo necessário para garantir a qualidade dos processos de organização e mobilização. Assim como também se propõem a sistematizar a 'voz da base social', transmitindo-a a outros setores da própria base e da sociedade em geral.

É por intermédio do desenho de projetos que as ONGs conseguem financiamento para levar a cabo suas atividades. A maior parte destes recursos provêm do exterior, através de outras entidades não governamentais ou de entidades privadas de tipo empresarial, de fins filantrópicos, como as fundações: Ford, Rockefeller, Kelloggs, McCarthur e a Inter-American, vinculada ao Congresso dos Estados Unidos da América. Entre as não-governamentais propriamente ditas podemos citar, entre outras, a MISERIOR e ADBENIAT, de origem católica, e a ICCO, de cunho protestante (Fernandez: 1994, 69).

Este tipo de financiamento tem a particularidade de poder ser canalizado com certa liberdade, evitando a burocratização estatal, devido à autonomia destas instituições. Isto se deve a que não existe, na maioria dos países latino-americanos, uma legislação a respeito. Não obstante, este tipo de cooperação corre o risco, dado o carácter heterogêneo destas entidades e a autonomia dos canais de financiamento citados, de financiar organizações que nada têm que ver com os objetivos de uma ONG. Em relação com o que foi dito, Schneider, citado por Ortega Carpio (1994: 41) assinala:

Asistimos al florecimiento de todo tipo de grupos (...) No dudan en hacerse llamar ONG, puesto que ésta es la palabra mágica que les permite penetrar la inmensa red de financiamiento internacional con la cual esperan beneficiarse.

Em outra ordem, reconhecemos que o financiamento exterior foi muito importante na época da ditadura, para ajudar presos e exilados políticos ou para projetos de pequeno porte; contudo, os fundos provenientes do exterior criaram certa dependência, e dir-se-ia que para muitas ONGs, médias e pequenas, isto é uma rua sem saída devido às dificuldades para gerar fundos próprios. Este tipo de situação cria barreiras intransponíveis para continuar funcionando e, em nossa opinião, embargam a independência nas decisões para levar a cabo certo tipo de empreendimentos frente às imposições dos financiadores.

A relação das ONGs com o Estado se foi distendendo a partir dos anos '80, durante o processo de democratização. A crise do setor público brasileiro, como consequência de políticas neo-liberais, abriu maior espaço para estas organizações. No contexto social e político dos '80, e dependendo da conjuntura, as ONGs já não vêm o Estado como opositor, mas procuram viabilizar projetos conjuntos para um melhor aproveitamento dos recursos, tanto de capital quanto humanos. Portanto, as ONGs têm tido que redefinir seus papéis para novas formas de relação com o Estado, e também com o mercado. Estas entidades, que iniciaram os seus trabalhos numa atitude de enfrentamento relativamente ao Estado, são atualmente requeridas por diversos organismos estatais para assumir projetos conjuntos nas áreas de educação, saúde e meio ambiente. Souza (1992: 52) é mais que explícito quando escreve que

Depois do fracasso das ditaduras, dos grandes projetos e programas governamentais, da patente ineficiência de sistemas corruptos, burocráticos e incompetentes, as ONGs foram 'descobertas' como mais eficientes, honestas, capazes, movidas por valores éticos e competência profissional.

O descobrimento que refere Souza, no entanto, pode resultar perigoso, já que muitas destas organizações podem perder o sentido de independência e autonomia que tinham em sua origem se não colocam limites bem precisos à sua relação com o poder estatal. Isto relaciona-se com uma nota publicada pela Folha de São Paulo, onde se menciona que as “não-governamentais” se estão transformando em “neo-governamentais” e que,

Nascidas no seio da oposição ao regime militar (1964-85), a maioria abandonou o perfil alternativo e contestatório e faz parceria com o governo, ocupando assentos privilegiados em conselhos oficiais.

Ainda que julguemos a nota exagerada quando envolve a maioria das ONGs nestas instâncias, é, por outro lado, certo que muitas delas podem ficar atreladas às políticas neo-liberais, cumprindo funções assistenciais que são de competência estatal.

Pelo que foi dito, cremos que atualmente as ONGs se encontram em um processo de análise de seus objetivos, não só por problemas de dependência financeira, com ajuda cada vez mais restringida, mas também porque as áreas atendidas por sua ação podem ser muito pequenas e não necessariamente geram alternativas efetivas para uma transformação social mais ampla. A isto temos que somar que as políticas neo-liberais podem levá-las para o caminho do voluntarismo ou, no pior dos casos, ao seu desaparecimento.

2. As ONGs e o setor rural brasileiro

Não é nossa intenção seguir discutindo a temática dos movimentos sociais, já que isto excederia o propósito do nosso trabalho. No entanto, não podemos passar ao largo da proximidade que mantêm as ONGs e o trabalho de articulação entre distintos movimentos que aquelas têm realizado. Vale esclarecer que o perfil da literatura referente aos movimentos sociais brasileiros é vasto, tanto pelos enfoques, quanto pelas posições teóricas que os sustentam. A respeito, há uma clara predominância de trabalhos que, por um lado, tematizam os movimentos sociais em termos de reposicionamentos teóricos para a análise de conflitos sociais - e a necessidade de revisar as categorias tradicionais de classes sociais - e, por outro lado, enfatizam a problemática da representação política e social e as novas formas de articulação entre Estado e sociedade civil (Scherer-Warren: 1989; Larangeira: 1990; Pádua: 1992; Scherer-Warren: 1993; Krischke: 1993).

A origem das organizações não governamentais atuando no meio rural está intimamente ligada às lutas camponesas pela posse da terra e aos distintos movimentos sociais de origem rural que surgiram no Brasil a partir dos anos 70.¹⁶

¹⁶ Tais como, e principalmente: Movimento Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) e, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, Os Atingidos pelas Barragens (CRAB).

Segundo Scherer-Warren (1993:96), as lutas sociais no campo remontam às origens do Estado brasileiro e não implicavam só a posse e uso da terra, mas também estavam ligadas a lutas contra a escravidão, a ordem social e as condições de vida que então imperavam.

Melo (1993: 131 e 132) refere que as ONGs mais antigas que atuam no setor rural brasileiro foram criadas antes do golpe militar de '64 e que seus trabalhos, vinculados às igrejas, especialmente à Católica, eram mais de tipo filantrópico e assistencialista.

Durante a ditadura, os primeiros projetos, com diferentes pressupostos que aqueles, estavam voltados para a educação popular e a organização social para promover uma maior independência relativamente à assistência do Estado, e deste modo gerar uma maior autoconfiança para aliviar situações de pobreza.

É em princípios dos anos '80 que as ONGs do setor rural começam a relacionar-se e a articular-se com os mencionados movimentos e as organizações sindicais dissidentes, que não concordavam com a política levada a cabo pelas cúpulas sindicais. O pessoal destas organizações estava ligado à Igreja Católica, partidos políticos de esquerda, sindicatos, universidades e outros tipos de atores sociais que se declaravam independentes de qualquer organização, e que se aproximavam para colaborar de forma voluntária.

Altieri e Yurjevic (1994: 6), quando descrevem de maneira geral o início das ONGs na América Latina – descrição que bem vale para o contexto brasileiro –, enumeram cinco preocupações que nortearam o trabalho das ONGs com respeito ao universo rural, a saber:

- a) carência da presença social do campesinato no interior do sistema nacional;
- b) perda de identidade dos camponeses;
- c) escassos incentivos para melhorar a condição de pobreza;
- d) fatores que limitam o processo de acumulação do campesinato;
- e) precário nível de vida familiar.

O sobredito indica que os programas desenvolvidos pelas ONGs do setor rural brasileiro, especialmente as criadas a partir dos anos '80, manifestaram uma grande variedade de alternativas e pontos de vista para combater a exclusão e o empobrecimento do campesinato. Como já dissemos, projetos vinculados à educação popular e ao fortalecimento da organização social são, em geral, as atividades mais destacadas do setor. É importante ressaltar que os projetos relacionados com

tecnologia de produção alternativas e o fator ambiental não tinham muito eco entre as não-governamentais.

É útil a classificação mais específica que realiza Weid (1990a: 1 e 2), ao definir as três grandes vertentes na história das ONGs brasileiras, situando aquelas dedicadas ao desenvolvimento e a ecologia:

1ª) A mais antiga, dedicada às questões de direitos humanos e civis. Esta corrente funcionou nos primeiros anos de resistência ao regime militar como receptora e denunciante dos casos de abuso das autoridades. Com a abertura dos anos '80, centra seus objetivos no trabalho de formação de líderes dos movimentos populares, apoiando um processo de conscientização e reorganização dos setores mais oprimidos tanto do campo quanto da cidade.

2ª) Grupos, em geral informais, que funcionam, como ONGs. De constituição mais recente que a anterior, dedicam-se a denunciar agressões do chamado capitalismo selvagem brasileiro ao meio ambiente. São entidades que põem ênfase na necessidade de conservar a natureza. Dado o seu caráter não profissionalizado, a maioria das vezes, a educação ambiental prevaleceu sobre a formulação de propostas alternativas.

3ª) As entidades centradas na questão da promoção do desenvolvimento. Ligadas em sua maioria ao setor rural, romperam nos anos '80 com a chamada "transição para a democracia", acompanhando a emergência de uma multiplicidade de outras formas de organização popular, tentando constituir um processo de reorganização da sociedade civil. Este fenômeno deve-se não só ao processo de democratização, mas também à crise do modelo de desenvolvimento brasileiro que, no caso da agricultura, sob os padrões da Revolução Verde, evidenciou um alto grau de degradação ambiental, bem como de exclusão social.

O autor citado sustenta que esta última vertente é a de menor peso, alegando que, no concernente às políticas de desenvolvimento, a maioria das ONGs as delegam exclusivamente ao Estado. Com base nestes pressupostos, estas ONGs centram suas ações sobretudo na luta pelo poder político, considerando qualquer ação destinada à promoção do desenvolvimento como "reformista" ou "assistencialista". Segundo nossas apreciações, acreditamos que as ONGs brasileiras formadas na escola agroecológica

são mais pragmáticas que ideológicas. Isto deve-se ao fato de porem mais ênfase nas questões relacionadas com a produção rural que nas questões de ordem política.

Ressaltamos que as organizações que se propõem intervir no desenvolvimento rural, além de não serem numerosas, não mostram unidade de critérios quanto a projetos. Algumas não questionam o tipo de padrão tecnológico; através de posturas voluntaristas, só pretendem incorporar os excluídos rurais ao modelo de desenvolvimento vigente, sejam aqueles assentados, pequenos produtores ou assalariados. Outras adotam uma postura crítica relativamente ao modelo tecnológico, sustentando uma proposta de agricultura alternativa com base nos princípios da agroecologia. É neste último tipo de organizações, aquelas que pretendem implementar um modelo de desenvolvimento rural não convencional, que centraremos nossa atenção, devido a que nosso objeto de estudo, o Centro Vianei de Educação Popular, trabalha sob estes padrões.

O consenso geral das ONGs com respeito ao desenvolvimento rural vigente é que, sob essas condições, é impossível reverter a tendência de deterioração ambiental e social, e portanto se faz necessário estabelecer critérios ecológicos sobre a utilização da terra, as micro-regiões e as microbacias hidrográficas. Faz-se também necessário encontrar maneiras de conciliar as estratégias populares com as ações governamentais referentes ao desenvolvimento agrícola e rural (Yurjevic: 1994, 9).

Com os programas de ajuste econômico, estas organizações foram tomando o lugar deixado pelo Estado, tratando de cumprir o papel de extensionistas e, desta forma, interagir junto aos agricultores para a implementação de tecnologia não degradantes do meio ambiente, criando condições para evitar o êxodo rural e defender a pequena propriedade rural. Diz Yurjevic (1994: 9) sobre a década dos '80, que é para a CEPAL "a década perdida":

Diez años más tarde se puede afirmar que, si bien las comunidades que participaron en los programas de desarrollo rural sostenible pagaron el precio del ajuste estructural, sobre todo los grupos más pobres, el decenio no estuvo 'perdido' para ellos. Se trató más bien de un período de aprendizaje marcado por algunos avances notables.

Os avanços referidos pelo autor citado apontam que, à margem da apatia e da falta de apoio estatal às inovações tecnológicas com critérios ambientais, muitos dos

projetos levados a cabo pelas ONGs têm incrementado a qualidade de vida dos pequenos produtores, enriquecendo seus conhecimentos técnicos.

A aparição das ONGs, insistimos, é produto do desatendimento por parte do Estado aos pequenos produtores, seja pelas políticas de crédito, pela pesquisa aplicada, pela extensão rural e pela falta de respostas à possessão da terra. As políticas públicas implementadas para o pequeno produtor são em geral compensatórias, já que esta faixa do setor produtivo é tida como marginal e não como uma importante produtora e abastecedora de alimentos para os setores urbanos. A maior parte da assistência estatal, através de programas de ajuda, não teve êxito, uma vez que os recursos destinados para os beneficiários raramente chegavam ao destino. Por este motivo,

...las ONGs ponen en tela de juicio la noción de que el desarrollo social sólo se puede realizar de arriba hacia abajo a partir del Estado. Las ONGs representan también un arreglo institucional que en sí mismo enriquece la sociedad civil promoviendo la participación social y estrategias adecuadas de desarrollo (Altieri e Yurjevic: 1994).

Não obstante, a relação entre as ONGs e o Estado tem mudado nos últimos anos de forma paulatina, devido, entre outras coisas, às políticas de descentralização e à flexibilidade que têm mostrado estas entidades para estabelecer uma relação diferente com os atores comprometidos nos projetos de desenvolvimento e, de maneira especial, com os agricultores. Por outro lado, é certo que esta relação é ainda incipiente e está concentrada sobretudo no âmbito municipal.

Tratando de romper com o isolamento que caracterizava as ONGs brasileiras, a PTA/FASE¹⁷, fundada com o objetivo de assessorar e apoiar tecnicamente grupos de pequenos agricultores em áreas de assentamento, foi uma das primeiras que tentou uma aproximação com organismos estatais. Segundo Melo (1993: 184, 185 e 186),

...era um dos pontos mais polêmicos, pois como a maioria das ONGs que atuam no setor rural no Brasil, o PTA/FASE teve sua origem nos primeiros anos da

¹⁷ Para mais dados sobre a atuação desta ONG, fundada no Rio de Janeiro por dois agroeconomistas e um sociólogo em fins da década de 70, consultar o trabalho de MELO (1993).

'abertura militar' e muitos dos seus quadros haviam tido uma militância política de esquerda.

Não obstante, esta postura foi variando em meados dos anos '80, realizando-se os primeiros contatos com algumas empresas públicas, como a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAPP).¹⁸

As comunidades atendidas pelas ONGs que trabalham com uma base agroecológica adquiriram uma capacidade de negociação com os poderes locais que até então não possuíam, o que lhes permitiu organizar-se para a compra de insumos, a comercialização dos seus produtos e a obtenção de créditos.

As ONGs têm tratado, através de sua assessoria e de acordo com a região, de criar uma consciência que permita aos agricultores a difusão e a adaptação das suas práticas agrícolas a estas novas tecnologia. Isto tem permitido resgatar o conhecimento destes agricultores, que a difusão do modelo de agricultura convencional não abarca. As entidades não governamentais, diferentemente dos órgãos oficiais dedicados ao desenvolvimento rural, têm procurado articular um trabalho conjunto entre as experiências agrícolas tradicionais e o conhecimento técnico para a solução de problemas concretos¹⁹. Neste sentido,

A expressão 'negociação contínua' resume esse procedimento. Pesquisadores e camponeses geram em conjunto, cada um com sua especificidade, uma pesquisa operacional.

Pode-se falar, em certo sentido, de desenvolvimento-pesquisa mais do que o inverso. O 'desenvolvedor' final é o camponês nas suas terras. Uma pesquisa que leva em conta essas análises e essas hipóteses será, sem dúvida, mais frutífera (Jacolin: 1991, 4).

¹⁸ A partir de 1989 esta organização sofre uma reestruturação, e a PTA (Projetos Tecnologias Alternativas) separa-se da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), conformando a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Programas de Tecnologias Alternativas) criando, por sua vez, a Rede-PTA. O Centro Vianei de Educação Popular faz parte desta rede. Para mais dados sobre a Rede-PTA, ver WEID (1990b).

¹⁹ Sobre o trabalho e programas levados a cabo por distintas ONGs brasileiras ver Leroy et alii (1997).

Procurando sintetizar o exposto, tentaremos delimitar o trabalho que realizam as ONGs de acordo com os pressupostos daquela terceira vertente mencionada por Weid, quer dizer, as que trabalham com a promoção do desenvolvimento com base agroecológica:

- a) Assessorar os agricultores na promoção de tecnologia que não atentem contra o meio ambiente, procurando, desta maneira, reduzir os custos de insumos externos (agroquímicos em geral) a partir de ações que visem potencializar as alternativas que oferecem os sistemas nativos.
- b) Articular os distintos atores que estejam direta o indiretamente relacionados com o desenvolvimento rural: Estado, sindicatos, partidos políticos, movimentos, universidades, consumidores, agricultores, etc., com o objetivo de discutir não só o tipo de desenvolvimento, mas também as suas condições de equidade.
- c) Desenvolver ações de educação e formação de líderes para reforçar o papel da organização social. Isto permitiria fornecer aos agricultores maior coesão social para encarar os problemas em conjunto e não isoladamente, tal como em geral acontece com as comunidades mais desprotegidas. O fortalecimento das comunidades traria paralelamente, ademais, uma certa independência das políticas assistenciais ou das clientelistas.
- d) Realizar trabalhos conjuntos de investigação entre agricultores e técnicos de ONGs que permitam dar ajuda técnica às distintas comunidades. Este tipo de investigação, diferente do atual modelo, tentaria focalizar os problemas de acordo com as características da região, e seria uma alternativa à falta de programas de extensão estatal.

É obvio que o trabalho realizado pelas ONGs na área rural, de acordo com os itens mencionados - principalmente aquelas que trabalham com tecnologia alternativas - tem recebido grande quantidade de críticas, apesar de dar um novo enfoque aos problemas que limitam o desenvolvimento das comunidades camponesas. A nossa intenção é citar a seguir algumas dessas críticas, para enriquecer o debate a partir do nosso ponto de vista.

2.1. O trabalho das ONGs que atuam no meio rural brasileiro: limitações e críticas

A implementação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, a que já nos referimos no capítulo anterior, demonstrou a ineficiência destes últimos para resolver as desigualdades sociais, e tem tido uma importância significativa na degradação ambiental. As ONGs contrárias a este padrão de desenvolvimento buscam priorizar a pequena produção rural, diversificar os cultivos e melhorar a qualidade dos alimentos. Enfim,

... produzir propostas técnicas, metodológicas e organizativas que levem os pequenos produtores a melhorar sua capacidade produtiva preservando e recuperando o meio ambiente (...) integrando os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento (Weid: 1990, 2).

Uma das críticas que podem ser feitas a estas ONGs é que sua postura, ainda que possa realizar um diagnóstico apropriado dos problemas que afetam o campo brasileiro, é ainda imatura e sofre de limitações estruturais. O modelo da Revolução Verde é hegemônico em grande parte do Brasil e, em um país que ainda não resolveu a questão da posse da terra, é por demais improvável que se discuta um modelo de desenvolvimento rural diferente.

Outras críticas dirigem-se ao idealismo, por este querer recuperar ideais que a dinâmica do desenvolvimento capitalista deu como superados, e pela sua ineficiência, porque não resolve cabalmente os problemas que quer enfrentar. Isto refere-se aos programas, levados a cabo pelas ONGs, que tentam focalizar os problemas de acordo com as características regionais e com escassa incidência no plano macro. A citada crítica à ineficiência, que é comum escutar em centros acadêmicos, congressos e seminários, revela que muitos técnicos põem em dúvida, não só o novo modelo a aplicar, senão que manifestam certa desconfiança com respeito às possibilidades de mão-de-obra e ao voluntarismo das entidades para aplicá-los.

Graziano da Silva (1993: 16 e 17) argumenta que as experiências desenvolvidas com a utilização de técnicas alternativas são "estratégias de resistência", que podem ter um relativo êxito a nível individual e a curto prazo, mas que a nível coletivo

...leva não apenas à descampesinação (como no caso da inserção dos campesinos nos mercados capitalistas) mas à 'lumpencampenização' de sua família através de sua inserção apenas parcial no mercado de trabalho.

É importante ressaltar que o tipo de atuação das ONGs tem sido criticada por setores de esquerda que argumentam que esse papel supletivo do Estado não faz mais que retardar a tomada de consciência por parte dos agricultores. Também é de se levar em conta que estes setores de esquerda não criticam o modo de desenvolvimento, discutindo tão-somente a distribuição da renda.

Neste tipo de discussão do modelo de desenvolvimento passa a ser secundário, porque, justamente, para se discutir a exclusão social, a pobreza, o êxodo rural e a deterioração do meio ambiente é preciso centralizar as críticas no modo como se produz esse desenvolvimento. Em outras palavras: não se discute o uso indiscriminado dos recursos naturais que afetam a relação entre sociedade e meio ambiente.

Weid (1990. 2), rebate estas críticas, dizendo que

Os ambientalistas mais conservacionistas desconfiavam do lado desenvolvimentista dos projetos. As organizações de educação popular desconfiavam tanto do lado de promoção do desenvolvimento como dos aspectos ambientalistas - que eles por muito tempo não colocaram no seu ideário por considerá-los irrelevantes frente ao drama da pobreza rural. Na verdade, houve uma incompreensão da relação entre pobreza e meio ambiente.

As críticas que faz Weid parecem-nos oportunas; não obstante, o autor não leva em conta que a ação destas organizações no campo rural, especialmente as dedicadas à educação popular, começaram com outras urgências. No início, foi mais importante a reconstrução e a organização das comunidades, e a criação, com os escassos fundos que possuíam, de laços de solidariedade e de resistência ante a situação de desamparado em que viviam, quadro este agravado pela repressão do regime militar.

Por outro lado, a produção ecológica tem grandes dificuldades para entrar no mercado, e as ONGs estão presas a este problema, já que, na maioria dos casos, dependem das condições de mercado em um sentido amplo e lhes falta experiência para empregarem técnicas de *marketing*. A isto temos que somar as limitações

econômicas, produto dos programas de ajuste, que afetam a vida não só dos agricultores, mas também dos setores mais carentes em geral.

Um dos pontos mais espinhosos que têm que enfrentar as ONGs é o problema do financiamento, especialmente as de pequeno e médio porte. Vale aclarar que a maioria das ONGs que trabalham no setor rural se encontram entre estas últimas categorias. Uma das causas principais destes problemas de financiamento é o tipo de demanda dos organismos de ajuda internacional, que enfatiza como prioridade uma maior eficiência na realização dos projetos. Doimo (1995: 210) sustenta que Miserior, uma organização da Igreja Católica Alemã que até 1992 tinha compromissos financeiros com aproximadamente duzentas e cinquenta entidades brasileiras, considera a viabilidade dos projetos, deixando de lado enfrentamentos, utopias e modelos vagos. Em outras palavras, o que os financiadores externos estão exigindo é mais profissionalismo. Kaiser (1993: 16), como consultor da EZE (Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento), é bem explícito quando se refere de maneira geral à América Latina – mas o que diz vale igualmente para o Brasil:

...educação popular, organização social, autonomia, democracia direta...O que significa isto ante as mudanças concretas do continente nos últimos 10 anos? Não ficam vagos alguns dos objetivos, alguns dos termos muitas vezes usados? As ONGs têm experiências muito concretas, mas parecem ter dificuldades em explicar o trabalho, o espaço no qual podem ser 'impactantes', as chances e os limites que encontram na sua relação (ou não) com o Estado, com outras organizações da sociedade civil ou com 'a base'. Quais as conclusões que tiram das experiências de cada projeto? Contribuem para a elaboração de uma proposta social alternativa? Qual a sua capacidade de intervenção política?

As ONGs do setor rural não escapam à regra e atualmente têm serias dificuldades para se sustentar, principalmente aquelas de caráter religioso. Não é surpresa, por isto, que muitas não-governamentais começaram a mudar de rumo, a profissionalizar seus quadros e a mudar de discurso a partir dos anos '90. De organizações de caráter rural que davam ênfase à questão da educação popular, passaram atualmente a colocar esta tarefa como uma tarefa complementar, sendo a questão ambiental, especialmente a agroecologia, a base prioritária de seu trabalho – ainda que, para manter os projetos em execução, os recursos sejam cada vez mais

escassos e não se tenha encontrado a fórmula para a auto-sustentação. Muitas destas organizações tentam captar fundos com atividades que, até há pouco tempo, nem se tinha em conta por não serem estritamente ligadas ao campo rural.²⁰

Uma das opções para o financiamento dos seus projetos é o trabalho conjunto, preferentemente com as prefeituras. Isto tem a vantagem de que a ONG contribuiria com a eliminação da burocracia e do desvio de fundos, realizando, ainda, o trabalho técnico. O inconveniente destas iniciativas está nas administrações municipais, já que muitas delas conduzem políticas clientelistas que não condizem com o discurso das ONGs, especialmente na formação de líderes, na organização popular, etc.²¹ Como veremos mais adiante, os fundos, algumas vezes, foram utilizados com diferentes fins que não os projetos agroecológicos – por exemplo, para fazer assistencialismo. O tão mencionado assistencialismo, que, como disse Doimo (1993: 78), “*no mundo das ONGs, tem sido sempre um fantasma a ser exorcizado*”, em alguns casos ainda está presente. Portanto, em alguns casos, as propostas “sugeridas” pelas entidades de financiamento não são em vão. Como assinala Doimo (1995: 210):

A busca de maior transparência sobre estratégias, critérios, tomada de decisões e procedimentos administrativo-financiero surge como requisito indispensável para o estabelecimento de parcerias, cujos objetivos se redefinem em torno de maior qualificação e especialização das intervenções, a fim de obterem resultados mais qualificados.

Por último, existe uma razão que as ONGs não explicitam claramente e que é a “luta” pelos recursos com outras organizações que sustentam os mesmos fins.

²⁰ O Centro Vianei de Educação Popular tem tido contatos com o SINE/SC (Sistema Nacional de Emprego de Santa Catarina) com o objetivo de realizar cursos e, desta forma, poder ter uma entrada de dinheiro para dar mais prioridade a outros empreendimentos, alguns já iniciados, voltados para a área rural e com uma real importância para a instituição. Ressaltamos que o SINE prioriza as áreas urbanas, mas 40% de seu orçamento é para a área rural. No entanto, esta porcentagem é destinada em sua maioria à administração e à gestão rural. No que diz respeito à produção, a alocação do dinheiro dá-se de acordo com características muito específicas da comunidade favorecida.

²¹ A propósito disto, em uma entrevista, um agricultor nos dizia que em uma comunidade pequena como a dele, todos sabem como pensa cada um. Isto é usado pelas prefeituras, no caso dos municípios onde a produção agrícola é predominante, para pressionar os agricultores, como por exemplo, no caso do empréstimo de máquinas. O entrevistado relatou-nos que se especulava muito sobre os períodos de empréstimo. É importante lembrar que na agricultura o tempo é vital; em uma semana se pode perder tudo.

Veladamente, Kaiser (1993: 13) deixa entrever, tentando justificar o recorte supostamente feito por agências internacionais, que tal recorte é o resultado de

...uma maior 'concorrência' em torno das verbas disponíveis, o que significa, para as agências, ter que definir mais claramente seus objetivos e as formas de relacionamento com os parceiros. Nem sempre é tarefa fácil; tensões surgem tanto dentro das agências quanto na relação com os parceiros (nosso sublinhado).

Se bem que o autor não explicita o tipo de tensões em questão, há que se referir a que as ONGs não podem escapar, em alguns casos, à lógica do mercado do qual, pelo menos no discurso, pretendem manter-se equidistantes.

Finalmente, e de maneira a contrabalançar o anterior, pensamos que alguns organismos internacionais com grande peso econômico, como por exemplo, o Banco Mundial ou a FAO, que hoje pregam a defesa do meio ambiente e “descobrem” que os agricultores “...*eran administradores hábiles y experimentados del suelo...*” (FAO: 1994,4), não tiveram problemas para financiar no passado os pacotes tecnológicos da Revolução Verde ou projetos que afetavam o meio ambiente. Estes organismos pretendem, na realidade, que as entidades não governamentais realizem o trabalho assistencial de que o Estado, nos países do Terceiro Mundo, já não da conta.

Souza (1992: 54) opta por consignar às ONGs um papel mais independente, e protegê-las do avanço neo-liberal, quando afirma:

Na construção desse mundo as ONGs têm um papel a desempenhar e uma contribuição a dar. Sua distância do mercado e sua independência do Estado, seu amor à liberdade e seu compromisso com a igualdade apontam no sentido de um mundo democrático, onde a humanidade e a natureza possam reencontrar-se em harmonia.

Obviamente, o panorama das ONGs preocupadas com o desenvolvimento da agricultura é muito complicado. As suas atividades não só estão afetadas pela falta de dinheiro, senão que em seu interior também existem disputas que afetam a relação com o pessoal atendido. Como já dissemos anteriormente, as entidades não podem escapar a certos parâmetros, para além do discurso, inerentes a toda organização; isto se pode traduzir nas relações com entidades oficiais, com a lógica do mercado e com

os problemas internos, atravessados por conflitos de poder. Este último não significa enfrentamento por questões materiais, mas por visões diferentes da realidade. A profissionalização não implica deixar, por um lado, crenças ou valores, como também não pode impedir que estes marquem o caminho. Alguns técnicos, formados em universidades no ideário da agricultura moderna, questionam este modelo, mas ainda reproduzem o conhecimento adquirido. No discurso, a Revolução Verde é um modo inadequado de produção; na prática, a agroecologia é um paliativo para subsistir e não um modelo diferente para transformar a atual maneira de produzir.

Este tipo de incerteza que vivem as não governamentais reflete-se no universo de trabalho. Assim como os agricultores têm uma sabedoria adquirida com o tempo e com seus antepassados, também sabem fazer uma leitura da mensagem das pessoas, neste caso o pessoal técnico que se aproximam deles. Em outras palavras, eles também percebem as diferenças de discurso e, portanto, têm todo o direito de desconfiar de tais discursos, já que a mensagem “de fora” nem sempre apontou no sentido de os beneficiar.

O Centro Vianei de Educação Popular não escapa a estas contradições. A sua história, relatada no próximo capítulo, tentará mostrar como se foram gerando tais contradições.

Capítulo III

O Centro Vianeí de Educação Popular

O objetivo deste capítulo é resgatar a história do Centro Vianeí de Educação Popular. As informações para reconstruir a história da organização originaram-se em entrevistas realizadas com integrantes e ex-integrantes, publicações da entidade e estudos anteriores, como o caso de dissertações, que fizeram desta ONG seu objeto de estudo. Dividimos o capítulo em cinco subtítulos para poder organizar melhor os diferentes momentos por que passou a organização. Em primeiro lugar, dedicar-nos-emos a descrever o Planalto Catarinense, sua composição social e as diferentes etapas da atividade econômica desenvolvida na região.

Para os fins desta pesquisa, tomamos dois municípios da região serrana, São José do Cerrito e Otacílio Costa, e outro pertencente a outra região do Estado, Campos Novos, próximo ao Planalto, devido a que a ONG investigada centrou seus trabalhos nos ditos municípios. A importância de descrever política, econômica e socialmente a região do Planalto, enfatizando o município de Lages, deve-se à localização física da sede da instituição e ao fato de que a maior parte de sua história e de seu trabalho passam pelo município de referência. Esta descrição servir-nos-á como referência para entender melhor as atividades da ONG. Em segundo lugar, passaremos a descrever a parte formal da instituição, quer dizer, funcionamento, integrantes, atividades e seu caráter jurídico. Em seguida, descrevemos e caracterizamos suas origens, primeiras idéias, o papel da Igreja Católica, as dificuldades financeiras e as contradições. Justamente, estas contradições se vão agudizando para terminar na crise mais importante, no nosso entender, no seio da instituição. Esta crise estaria marcando um momento de transição dentro da organização. Por último, tentamos analisar a passagem que vai desde a transição até à atualidade, mostrando como, ainda que se mantenham no discurso os ideais originais, as práticas demonstram uma situação diferente.

Apesar de que muitos pormenores e anedotas dos entrevistados não figuram nesta reconstrução, não é por sua falta de validade mas sim porque nos pareceu mais importante uma descrição mais sumária; tratamos de respeitar tanto a palavra das

peças envolvidas quanto a documentação analisada, mas mantendo a ótica de uma análise crítica.

1.Contexto regional: história e economia

As origens do Planalto Catarinense estão ligadas à exploração do gado bovino, produto da passagem dos tropeiros que atravessavam a região provenientes do Rio Grande do Sul rumo aos Estados de São Paulo e Minas Gerais, tendo como destino a atual cidade de Lages, fundada em 1771 por Antônio Correia Pinto. A exploração de gado constituiu-se na principal fonte de recursos regionais, dando azo, igualmente, à formação de grandes fazendas em mãos de uns poucos proprietários. Segundo Peluso (1991: 25),

O pastoreio empolgou os habitantes de Lages, isolados na ilha humana que se constituiu (...) O isolamento moldou o caráter do homem do planalto, e sua evolução social deve ser olhada através dos problemas criados pelo isolamento e pelo pastoreio.

Este tipo de formação sócio-econômica engendrou, entre 1889 e 1930, um fenômeno chamado de “coronelismo”, que implica relações sociais do tipo vertical, quer dizer, relações de dominação e submissão.

Leal, citado por Munarim (1995: 8), referindo-se às características do “coronelismo”, descreve que por um lado estão,

os chefes municipais e os coronéis que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder das desgraças...

Neste tipo de relações sociais, tanto “peão” quanto “roceiro”, são a “marca” das relações da organização política, econômica e social próprias do coronelismo (Martendal: 1980a; Munarim: 1990 e Andrade: 1994). Isto deve-se, principalmente, ao tipo de ocupação territorial que motivou uma alta concentração de terras no Planalto Catarinense. Nesta região serrana, diferentemente de outras regiões do Estado, como

por exemplo o litoral e o Norte, a estrutura fundiária predominante é o latifúndio. Com referência a este último, Farias da Silva (1985: 61) assinala:

Assim tiveram origem as grandes fazendas nos campos de Lages possibilitando o surgimento de relações de trabalho bem diversas das existentes no litoral catarinense, onde a concessão de terras foi feita a partir de lotes medindo de 25 a 30 hectares, gerando uma economia de tipo camponesa (...). No planalto lageano, ao contrário do camponês explorando a sua terra com força de trabalho familiar, temos as figuras do peão, do agregado... em oposição à figura do fazendeiro, senhor das terras e da política local.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder, na década de '30, levou à acentuação do desenvolvimento urbano e industrial, situação que, segundo Munarim (1995: 9), não chegou a região, já que,

Se havia alguma base material instalada que poderia viabilizar tal surto de desenvolvimentismo, não havia a outra face necessária, a vontade política orientada à mudança, ao progresso tecnológico, à industrialização.

Em outras palavras, as bases do desenvolvimento regional continuaram sendo as mesmas, limitadas pelo isolamento, devido à insuficiência de rotas de acesso. Este problema persiste até à atualidade em algumas regiões do Planalto Catarinense.

O outro período econômico importante é o chamado "ciclo da madeira", que tem por características a exploração indiscriminada do pinheiro *Araucária Angustifolia*²². Este período abarcaria aproximadamente os anos entre 1930 e 1960 e produziu importantes mudanças na situação política e econômica da região. Estas mudanças se refletiam por um lado no enfraquecimento do "coronelismo", porque entram em cena os produtores da madeira, e por outro a emergência incipiente de um proletariado urbano que vai deixando o campo para trabalhar nas madeireiras da cidade (Farias da Silva: 1985, 63; Munarim: 1995, 10). Estes últimos serão a base de novas relações sociais. A relação patrimonialista estabelecida pela produção agrária dará passagem a um novo período: "o populismo".

²² Farias da Silva (1985: 61) sustenta que a araucária era considerada uma praga até a década de 40, já que resultava em incômodos para as atividades pecuárias. A araucária

Entrados os anos '60, o populismo assenta suas bases no personalismo e no clientelismo. O esgotamento da madeira e as mudanças econômicas a nível nacional agravaram o movimento migratório até à cidade de Lages. Isto originou sérios inconvenientes urbanos já que,

...mais bairros foram surgindo (...) todos apresentando características peculiares (...) formados sem planejamento adequado: falta de saneamento, problemas habitacionais, educacionais, etc. (Farias da Silva: 1985, 63).

Esta “nova dirigência” não mudará significativamente a situação de exploração e pobreza da população rural e da imigração urbana (Martendal: 1980b). Não obstante, como Munarim (1995: 11) sustenta, há um avanço tendo em conta as práticas do “coronelismo”.

Nos anos '70 tem lugar uma rápida industrialização, devido ao assentamento de empresas dedicadas à celulose, dando-se início à implantação do processo agroindustrial no Planalto Serrano. Neste período do desenvolvimento regional se realizam grandes reflorestamentos com a espécie *Pinus Elliots*, que substitui a tradicional araucária. As conseqüências provocadas por esta fase de desenvolvimento são uma acentuada concentração de terras por parte de tais empresas, junto com graves problemas ao meio ambiente devido à contaminação típica das indústrias de celulose.

As conseqüências da instalação das agroindústrias, somadas à falta de um projeto de desenvolvimento racional, agravaram ainda mais o êxodo rural. Segundo o censo demográfico de 1991, menos de 10% da população do município de Lages vivia no campo. A cidade de Lages triplicou sua população nas últimas duas décadas devido ao fenômeno apontado (Centro Vianeí de Educação Popular: 1994; 6). O fenômeno da urbanização gerou novas situações não só no aspecto econômico-social, mas também mudou o panorama político, com o surgimento de uma nova elite, diferente da anterior tanto em seus hábitos, quanto nas formas de domínio.

Por este motivo, e após a passagem de outra administração de corte populista – Juarez Furtado, do MDB²³ (1973-1977), que invocava a participação popular mas de maneira controlada sem comprometer as práticas de dominação –, chegamos à

começa a ter importância econômica na região com a chegada dos alemães, num primeiro momento, e principalmente com os italianos, num período posterior.

administração de Dirceu Carneiro (1977-1983). Se bem que esta administração não seja de interesse para esta pesquisa, cabe recordar que esta experiência, junto às de Boa Esperança (Espírito Santo) e Piracicaba (São Paulo), foi inédita no Brasil, não só pelo fato de instrumentalizar uma política em benefício dos mais carentes, mas também porque inovações democráticas se conjugaram com tentativas de melhorar os serviços e as finanças públicas, inclusive em uma situação de crise econômica. Ademais, tratou-se de uma administração que estimulou tanto em termos regionais quanto nacionais um amplo campo de reflexão sobre a crise e a redefinição do papel do Estado, as insuficiências da democracia representativa, estratégias de desenvolvimento, novas maneiras de relação entre o público e o privado e a importância da autonomia local (Moura e Gomes de Pinto: 1993, 291).

Com esta gestão, pode dizer-se que se configurou, como sustenta Maurício Tragtenberg, uma das primeiras tentativas, no Brasil, de orientar o Estado no sentido de democratizar suas relações com a sociedade civil. A este respeito escreve o autor:

Em Lages a democracia deixou de ser um ritual com convivência popular, uma frase oca onde políticos profissionais procuram suporte para suas ambições pessoais e de classe...A auto-organização popular é fundamento dessa prática administrativa, social e política (Tragtenberg, 1980) (nosso sublinhado).

Não obstante, a inexperiência administrativa, somada às dissidências dentro do já PMDB²⁴ (Partido Movimento Democrático Brasileiro), o partido de Dirceu Carneiro, e, ao nosso ver o fator mais importante, a ofensiva contra a Prefeitura por parte dos setores tradicionais de Lages representados pelo partido que governava o Estado, PDS (Partido Democrático Social), selaram a derrota do programa de governo de Dirceu Carneiro.²⁵

²³ Movimento Democrático Brasileiro.

²⁴ Munarim, em uma entrevista que realizamos, admitiu que a facção de Juarez Furtado, majoritária dentro do PMDB, não defendeu a proposta de Dirceu Carneiro. O paradoxal foi que o candidato da oposição, Paulo Duarte, defendeu em seu discurso a administração do prefeito anterior, só que pretendia “desideologizar” as propostas. Ele propunha um avanço técnico-científico com respeito a Dirceu Carneiro. Ademais, Munarim admite a eficiente campanha levada a cabo pelo partido opositor e a pressão exercida pelo governo estadual e federal para ganhar a eleição.

²⁵ Para mais dados sobre o tema consultar ANDRADE (1994).

O seu sucessor, Paulo Duarte, orientou-se mais para uma política associada às práticas neo-liberais, que, atrás da fachada de “moderno e eficiente”, favoreceu os interesses privados de segmentos mais acomodados da sociedade.

Neste contexto, negativo para as organizações populares, um grupo de pessoas, quadros políticos de origem intelectual pertencentes à “Equipe de Dirceu Carneiro”, e outras, ligadas à Igreja Católica, fundam uma entidade com a idéia de continuar a obra empreendida pela gestão municipal anterior e com o propósito de fortalecer as organizações de base da região serrana.

1.1. Aspectos formais

A ONG “Centro Vianeí de Educação Popular”²⁶ é uma entidade civil sem fins lucrativos que desenvolve sua atividade na região do Planalto Serrano do Estado de Santa Catarina. Atualmente, sua atividade se centra em assessorar agricultores familiares que estejam articulados a algum movimento social, como o MST ou MMA, e a organizações populares, tais como associações de agricultores.

O suporte jurídico da organização é uma sociedade civil chamada Associação Vianeí de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde (AVICITECS), composta por pessoas próximas da entidade mas independentes do trabalho da ONG. Segundo a revista PIXURUM nº 39 (1993: 8)²⁷, publicação produzida pelo Vianeí, a AVICITECS rege-se por um estatuto e a ONG por uma carta de princípios.

A direção do Vianeí está constituída por três integrantes, escolhidos pela AVICITECS. São eles que têm de prestar contas ao diretório da sociedade civil. Um dos três integrantes exerce a coordenação executiva e a responsabilidade jurídica. Este cargo é ocupado atualmente por um engenheiro agrônomo.

Os trabalhos desenvolvidos pela organização são realizados por um grupo multiprofissional: 5 agrônomos, 2 contadores, 1 cientista social e 1 jornalista. A estes se

²⁶ Daqui para frente chamaremos esta organização com o nome de “O Vianeí”, como é conhecida tanto na região serrana de Santa Catarina como fora dela.

²⁷ A palavra *pixurum* significa *mutirão*, ambas de origem Tupi, e designam “...um tipo de ajuda mútua vigente entre a população rural nas diversas regiões do país. Constitui um tipo de solidariedade tradicional em áreas rurais onde a mão-de-obra é escassa e tem por objeto tarefas que exigem maior volume de trabalho, por exemplo: broca de roçado, capina de plantação, reparos em paredões de açude, cobertura de casa de palha, transporte de madeira pesada, de canoas, colheitas, etc. (Silva et alii : 1986, 33).”

somam o pessoal dedicado às tarefas domésticas que fazem o serviço de cozinha e limpeza da sede.

O Vianeí trabalha com dois pontos que tentam complementar-se mas, como veremos mais adiante, um ou outro têm tido mais relevância segundo os distintos períodos da entidade. Eles são a Educação Popular e a Agroecologia. Por sua vez estes dois pontos se situam em duas áreas, a de Formação e a de Produção respectivamente.

As avaliações e a discussão dos problemas e das práticas a seguir realizam-se todas as semanas, de forma conjunta entre todos os integrantes da organização. Também a estes se somam ex-integrantes, na qualidade de assessores, os quais, apesar de correntemente se dedicarem a outras atividades, continuam ligados a instituição.

1.2. As origens

O Vianeí nasceu nos primeiros meses de 1983 sob o nome de “Projeto Vianeí”, com o objetivo de construir uma alternativa às formas hegemônicas de dominação existentes na região serrana, especialmente na área rural. Estas formas de dominação estavam representadas tanto por elementos conservadores da política local quanto pelos grandes proprietários rurais. De acordo com Munarim (1990: 236),

Entende o Centro Vianeí de Educação Popular que a sua prática é uma mediação de contradições no sentido da construção histórica de um projeto alternativo de sociedade. Este projeto engendra-se no seio das classes trabalhadoras do campo e da cidade, a partir de suas lutas de hegemonia, que nega o conteúdo de negação do capital ao trabalho.

De seus três fundadores, dois têm uma origem intelectual e um passado vinculado à Igreja Católica como seminaristas, Sérgio Sartori e Antônio Munarim, sendo o terceiro, Geraldo Locks, um eclesiástico, formado em Ciências Sociais. No passado os três tiveram um estreito relacionamento no Seminário Diocesano. Os primeiros haviam pertencido à administração municipal de Dirceu Carneiro (1977-1982), e o padre Geraldo desenvolvia atividades paralelas na Comissão Pastoral da Terra (CPT). A CPT é uma entidade anexa relacionada com a linha 6, Setor da Pastoral Social, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Não depende desta última,

constituindo uma entidade jurídica própria. Proclama-se ecumênica (formada por outras igrejas cristãs) e a sua finalidade é fundamentalmente pastoral, além de acompanhar os agricultores nas suas reivindicações pela terra, “*na terra*”. Seu campo de ação apreende:²⁸ formação pastoral dos trabalhadores rurais tanto bíblicos quanto teológicos e a formação técnica e política e organização dos trabalhadores rurais para encaminhar suas reivindicações em associações, movimentos populares, partidos políticos e sindicatos. Define-se, nesta área, como um serviço para a cidadania no meio rural.²⁹

Tanto Munarim como Sérgio Sartori aproveitaram a experiência acumulada na área da educação e os contatos com o Ministério da Educação e Cultura em Brasília. Munarim ocupou a Secretaria da Cultura e Desportes na administração de Dirceu Carneiro. O padre Geraldo foi a ponte para se aproximar da Igreja Católica. Poderíamos, ademais, agregar a presença de um quarto integrante na formação, o padre Celso Loraschi, que desenvolvia funções no Seminário Diocesano; se bem que sua presença tenha importante nos momentos da fundação, teve uma fugaz permanência no Vianeí. A preocupação que norteava a idéia destes integrantes era a de continuar com o plano estabelecido na Prefeitura anterior, tentando levar a cabo um programa de educação, mediante o ditado de cursos de formação, que transformariam a realidade social dos pequenos agricultores recuperando a cultura *cabocla*³⁰ e, através de tais cursos, realizar articulações e estruturar alternativas contrárias ao modelo sócio-político vigente.

A estes três integrantes depois se somou a irmã Jandira Bettoni, formada em pedagogia, falecida em 1994, ligada à equipe da Pastoral da Dioceses de Lages. Seu trabalho consistiu, inicialmente, em ditar cursos de educação popular através de um convênio do Vianeí com a Prefeitura de Correia Pinto e o Ministério da Educação e

²⁸ Segundo entrevista a Geraldo Locks.

²⁹ A CPT já vinha trabalhando desde há mais tempo pela conscientização dos agricultores e gozava de muito prestígio na região rural do Planalto Catarinense. Como bem assinala Gaiger (1993: 89), este prestígio vale para que “os agentes garantam sua presença e sua ação educativa.” A religião faz parte do cotidiano do agricultor: “... o problema da incerteza e dos riscos e, portanto, da aflição - seja material, física ou moral - está indelevelmente presente na dinâmica sobre a qual vai incidir o trabalho pastoral”.

³⁰ O respeito da cultura *cabocla* é também uma das bases do trabalho da Igreja na região. Por meio deste trabalho a igreja tenta penetrar na comunidade respeitando crenças, a mística da Guerra do Contestado, músicas regionais, etc. Segundo o professor da Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC), Carlos Eduardo Moreira, realizando uma pesquisa no Vianeí, “...a Igreja Católica faz um trabalho de ‘resignificação’ da cultura *cabocla*... a idéia seria ‘transformar-conservando’...”.

Cultura. Depois, sua missão foi a de coordenar o Setor de Formação da organização, realizando, também, um importante papel de mediação com outros atores sociais da região. A entrada da irmã Jandira fortaleceu os laços com a Igreja e, inclusive, permitiu uma melhor entrada do Vianei na região, devido à forte inserção da congregação religiosa à qual pertencia, as Irmãs Franciscanas do Apostolado Paroquial, e ao alto grau de religiosidade da população. Depois se foram somando integrantes de distintas áreas e formação: agrônomos, professores universitários, jornalistas e administradores.

Os primeiros recursos financeiros do Vianei foram administrados pelos próprios integrantes. O Ministério da Educação e a Igreja ofereciam um apoio exíguo, sendo que esta última cedia o espaço físico onde o Vianei funciona até hoje. Através de contatos da própria Igreja, começaram a chegar as contribuições da solidariedade internacional proveniente de Misereor, institucionalizado a partir de 1985 e que até à data se mantém praticamente como o maior financiador da organização.³¹

O Vianei surge em um momento de expansão dos movimentos populares e das organizações de base, período que vai assinalando a decadência dos militares no poder e o aumento das mobilizações em favor de reivindicações sociais. Como já avançamos no capítulo anterior, o Vianei, como a maioria das ONGs, tinha em seus começos um claro sentido de oposição ao Estado. É de se destacar que o Estado brasileiro representava para estes atores a negação dos direitos de cidadania e o responsável direto pelo empobrecimento de uma grande maioria da população, sendo a área rural uma das mais afetadas. Apesar deste enfrentamento com as políticas oficiais, os integrantes do Vianei não tinham a idéia da esquerda clássica, de corte leninista, da tomada do poder do Estado como solução contra a opressão e a pobreza. Por outro lado, também é de se destacar que, no nosso entender, a pretensão de criar uma “sociedade socialista”, como cita Munarim (1991: 242) invocando o documento “Concepções/ Diretrizes” de 1987/1988, dava à instituição um caráter utópico, que a distanciava da realidade de onde atuavam.

Os intelectuais da organização apontam, nestes primeiros anos, para a transformação da realidade sócio-econômica, através de uma concepção teórica e

³¹ Segundo dados fornecidos pelo próprio Vianei em junho de 96, os financiadores e as porcentagens colocadas são os seguintes:

Misereor: 62%
 Inter-American Foundation: 14%
 Fundo Nacional do Meio Ambiente: 22%
 Recursos próprios: 2%

metodológica gramsciana; que se apresentava apropriada para a conciliação de classes e o *aggiornamento* do socialismo com a doutrina social da Igreja. Munarim (1990: 241 e 242) explicita-o claramente quando escreve sobre o papel do Vianeí para a construção de uma contra hegemonia, citando um documento da organização que reza:

... A função do Vianeí é assessorar e fomentar a organização social da população rural, oferecendo também no setor tecnológico instrumentos de reflexão e experiências que possam servir de referência nas suas reivindicações de maior participação na vida econômica e social da nação, incluindo a participação nos serviços oficiais, hoje oferecidos aos privilegiados.

Como também descreve Munarim (1990: 179):

O Projeto Vianeí de Educação, hoje Centro Vianeí de Educação Popular, nasceu dos escombros do governo municipal. Projeto este, também visto sob a perspectiva de análise do populismo russo praticado pelos intelectuais progressistas da Prefeitura de Lages em articulação com militantes progressistas da Igreja Católica.

Esta definição de Munarim não está muito clara ao falar da prática dos intelectuais influenciados pela análise do populismo russo. Inclusive, não se precisa qual é a perspectiva desta posição para a inserir na realidade lageana. A definição dada pelo Dicionário Marxista (1988: 289) diz, sobre o populismo, que suas concepções básicas

...consistiam de uma teoria do desenvolvimento não-capitalista e da idéia de que a Rússia podia e devia prescindir da etapa capitalista e edificar uma sociedade socialista, igualitária e democrática, com base na força da comuna camponesa e da pequena produção de mercadorias, pois o populismo era hostil à organização da produção em grande escala.

Considerando esta definição, estimamos que Munarim, como um dos intelectuais fundadores do Vianeí, estaria a favor da pequena produção e poderia estar referindo-se

aos movimentos de base rural, como o caso do MST, que mantêm uma atitude de conflito com os latifundiários e com o Estado.

A Igreja Católica, na figura da Diocese de Lages³², teve uma grande influência no Vianei. É inquestionável o apoio prodigalizado pela Igreja, especialmente nos primeiros anos, seja pelos contatos realizados na procura de financiamento para os projetos, seja para servir de "guarda-chuva" jurídico da organização. É notório como, através de seus relatos, os fundadores laicos do Vianei, de uma forma ou outra, deixam entrever que tiveram uma sólida formação religiosa; outros integrantes que se somaram depois à entidade tinham, inclusive, um passado ou um presente religioso. Munarim (1990: 239) admite que sem o apoio da Igreja Católica ou de outra instituição de peso o projeto e as ações levadas a cabo pelo Vianei teriam sido inviáveis.

Apesar desta estreita relação com a Igreja, seus integrantes coincidem em que

O Vianei é um caso típico de organização vinculada à Igreja Católica (sua personalidade jurídica é a Mitra Diocesana de Lages), mas que possui estrutura própria e funcionamento autônomo (Munarim: 1990, 239) (nosso sublinhado).

Quando nas entrevistas com as pessoas envolvidas se levantou este tema, elas procuraram deixar claro que a estreita relação da entidade com a Igreja não lhes retirou autonomia e que, muitas vezes, esta relação foi conflitiva, devido a haver pontos de vista distintos, tanto ideológicos como conjunturais, com a "ala conservadora" da instituição eclesial. Esta parte conservadora não só não concordava com o Vianei, como tinham mesmo boas relações com setores políticos de cunho conservador, contrários a toda política de mudança. Como manifestou Geraldo Locks, em entrevista:

A Igreja não é monolítica, tem diversidade de visões como a sociedade...os mesmos conflitos e contradições da sociedade. Em Lages não se foge à regra...

Ainda assim, é difícil aceitar que o tipo de autonomia mencionada acima não tenha sido restringida e mesmo, em algumas oportunidades, até subordinada a projetos que eram próprios da Igreja. Em resumo, esta tensão entre dependência e autonomia se inclina mais para o lado da dependência, devido a que:

³² A figura fundamental para dar apoio ao trabalho realizado não só pelo Vianei, mas também por outros movimentos e associações, foi Dom Oneres Marchiori. É sob sua assistência que a Igreja Católica adquire um papel protagonista nestes momentos de luta e participação popular.

- a) o lugar físico onde funciona o Vianeí foi cedido pela Igreja;
- b) a Igreja foi a ponta indiscutível para a entrada do Vianeí na região, seja pela CPT ou pelo trabalho de algumas congregações religiosas;
- c) as contribuições principais que chegam ao Vianeí para financiar os projetos são feitas através de contatos com a Igreja; e
- d) a Igreja fornece pessoal para a organização.

Os primeiros anos, chamados por nós de “os anos épicos”, se bem que estivessem dedicados a conduzir um projeto de educação popular, cumpriram o papel de organizar e fortalecer as mobilizações populares, como já comentamos anteriormente. Em nosso entender, estas primeiras ações tinham um caráter mais de militância que de assessoria. Os integrantes, ainda que não ocultassem as suas simpatias políticas, não eram quadros de nenhum partido político em especial, e deixavam claro que trabalhavam em nome do Vianeí. Este fato foi épico, pela dificuldade das relações sociais de caráter submisso da população rural da região serrana. O Vianeí, ademais, decidiu trabalhar com um segmento do universo populacional que estava em franco declínio, o pequeno agricultor, devido, entre outras coisas, ao tipo de exploração econômica regional, ou seja, a grande fazenda e a extração de madeira. As conseqüências disto foram mais miséria e êxodo.³³ O Vianeí atuou, ainda, como articulador e responsável pela criação de diversas organizações e movimentos na região, tal como é descrito no Pixurum nº 39 (1993: 3):

Com dificuldades, o grupo foi buscando parceiros para a luta. O Vianeí contribuiu diretamente na organização do Movimento de Atingidos por Barragens (CRAB), que se estruturou na região em 1984. Estimulou a organização do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) em 1985. Fortaleceu o sindicalismo autêntico a partir de 1985. Além disso esteve presente em inúmeras lutas populares, assessorou e ajudou a criar associações de pequenos agricultores, assim como

³³ Segundo dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), fornecidos pela revista Pixurum nº 36 (1993: 3), em 1990, a região de Lages contava com uma população de 151.000 habitantes, sendo que o número de miseráveis somava 42.871, 28,37% da população total. Estes dados colocam a região em primeiro lugar, em termos absolutos, dentro do Estado de Santa Catarina, a frente de Joinville e Florianópolis.

*uma série de outros trabalhos de mobilização. Esses foram os primeiros desafios dos fundadores.*³⁴

A educação popular foi o ponto principal na origem do Vianeí. Pretendia-se, a partir desta, criar as condições necessárias para a execução de um projeto alternativo de sociedade. Esta implementação que se está dando com a prática participativa daqueles a quem está dirigida, neste caso a população rural, segue uma tendência que se manifestou nacionalmente. De acordo com Gohn (1992, 8),

O crescimento desorganizado do setor da educação formal, nos anos '70, sua burocratização e a queda geral de sua qualidade levaram, nos anos '80, ao ressurgimento de novas formas de educação informal através de trabalhos na área da educação popular, e de experiências na área da educação não formal, geradas a partir da prática cotidiana de grupos sociais organizados em movimentos e associações populares.

Aos educadores se atribuía a missão de criar as condições necessárias para transformar a consciência de dominação a que estavam sujeitos os trabalhadores rurais. A educação, vista deste ponto, era a arma de transformação social para romper com os laços de um passado de opressão.

A educação popular, segundo Doimo (1995: 131), tem em Paulo Freire seu grande inspirador, o qual clama pelo resgate de novos valores éticos, ressaltando a importância da organização popular através da democracia de base e a autonomia dos grupos aos que ia dirigida. Doimo (1995: 132) ressalta a importância do “descobrimento” de Gramsci por parte de intelectuais de esquerda. Este descobrimento somou-se portanto aos trabalhos de Paulo Freire e à tarefa, não só da Igreja Católica, como também de outros grupos ecumênicos, de tentar recuperar a capacidade mobilizadora do povo contra as políticas assistenciais e filantrópicas que só faziam reproduzir um sistema que incapacitava os indivíduos a reverter o *status quo*³⁵ (Doimo 1995: 76 y 77).

³⁴ A citação omite o trabalho que realizou o Vianeí com o Movimento Sem Terra (MST), e que foi de suma importância. Inclusive é de se destacar as exortações da organização em favor destes e da Reforma Agrária. Para mais dados sobre este tema, ver uma reportagem do padre Geraldo Locks na revista Pixurum nº 43 (1994: 4).

O Vianeí propunha-se a tarefa de servir de mediador das contradições de classes em favor daquelas mais desfavorecidas, bem como de atuar como o intelectual orgânico gramsciano para conformar uma contra-hegemonia e, desta maneira, desenvolver um polo opositor às formas de desenvolvimento social vigentes. A organização apostava em um processo de largo prazo, tentando ter um papel de preponderância na construção dessa nova realidade social na região da serra.

1.3. Crise e transição

Os acontecimentos políticos, tanto nacionais – como a “recuperação da democracia” – quanto internacionais – como os acontecimentos do leste da Europa –, foram mudando as perspectivas e as ações do Vianeí. Se bem que a agroecologia, chamada até então de “agricultura alternativa”, e a área de comunicação ocupassem certo espaço no discurso público do Vianeí, esta na prática era quase irrelevante. Os técnicos destas áreas participavam das discussões periódicas mas tinham um peso menor na hora das decisões. Em geral, a área dedicada à educação era a principal:

... a hegemonia do grupo social-educacional era mais forte que a sócio-tecnológica por dois motivos: o pessoal era mais preparado teoricamente e o outro motivo era a relação de forças... A dimensão tecnológica era um agregado dentro dos modos sócio-educacionais e não um projeto tecnológico mais abrangente de transformação social...O Vianeí era só um bom lugar de discussão... (ex-técnico).

É justo assinalar que a dimensão tecnológica não tinha peso, porque os fundamentos de outro tipo de desenvolvimento eram uma questão relativamente nova; na hora de colocar as novas idéias nas reuniões, estas tinham pouco peso específico, como um ex- técnico bem reconhece:

Ainda que tivéssemos apoio para discutir, não tínhamos um instrumental desenvolvido. Então outras questões eram mais prioritárias. Foi muito frustrante

³⁵ Barreiro (citado por Doimo: 1995, 134) sustenta que esta tarefa é realizada por “educadores, sociólogos, economistas, politicólogos, técnicos agrários, psicólogos, assistentes sociais, lingüistas, especialistas em problemas de migração interna, urbanistas e teólogos”, para que o povo possa transformar-se em “agente de sua própria história”.

mas por outro lado 'os frustrados' eram presos de suas limitações por não estar bem informados.... (ex-técnico).

Talvez por estas razões, e pelo tipo de oportunidades que o mercado de trabalho oferecia a estes profissionais, a mobilidade de técnicos dentro do Vianei foi notória. Isto é reafirmado por um dos agrônomos atuais, quando perguntado acerca da rotatividade na sua área:

Aconteceu e muito. Na área técnica sempre houve muita rotação de pessoal. Ao longo dos anos passaram vários agrônomos pela entidade. Era um problema que a entidade tinha. Os programas não se consolidavam..... (técnico).

Como toda entidade, esta não esteve alheia aos conflitos internos, situação que descreveremos mais adiante; mas vale a pena mencionar que os primeiros conflitos começaram primeiro justamente na área de educação, mais precisamente no ano de '88, e depois se estenderam, por diferentes motivos, às áreas de comunicação e de agricultura.

A importância que vai adquirindo o Vianei o situava em um lugar fértil para a discussão e o intercâmbio de idéias; as boas intenções abundavam:

O Vianei era um celeiro de boas idéias, sempre ia na frente com as idéias. A implementação porém, na maioria das vezes, não dava certo.(...). Verbas, contexto (...) (ex-técnico).

Mas na prática não foi tão simples realizar estas intenções. Por exemplo, a organização destinou grande parte dos fundos de Miserior à implementação e assistência de pequenos agricultores da região. Só que em muitas oportunidades esse dinheiro não foi bem utilizado, seja pela ingenuidade para lidar com somas importantes ou por instrumentalizar projetos de crédito inéditos³⁶, com o apoio e incentivo da

³⁶ Este tipo de crédito é denominado Crédito de Fundo Rotativo (CFR), e com ele se pretendeu gerar uma dívida solidária. O empréstimo é pessoal, mas é pago pelo grupo organizado. Quando se devolve o dinheiro, os mesmos agricultores o repassam a outro grupo. Desta maneira, este crédito saíria da instituição mas não retomaria, já que se conformaria uma cadeia entre os mesmos agricultores, procurando, desta forma, autonomia com respeito aos fundos. O caso que assinalamos não obteve sucesso porque a organização dos agricultores era muito frágil e terminou, mais que em uma cadeia solidária, em uma relação bancária tradicional. As pessoas não utilizavam os fundos para o que declaravam e desta maneira se desvirtuou o

Miserior, que não deram resultado. Este dinheiro trouxe desavenças e cismas dentro da instituição, como expressa um dos técnicos daquela época e que, até hoje, permanece na entidade:

Nesse momento (1988) o dinheiro deu a primeira crise interna entre os técnicos (...) uns defendiam o modelo da Revolução Verde e eu o modelo agroecológico. As outras pessoas da área social não tinham uma definição, porque não havia uma sincronização entre o social e o técnico. Elaboraram-se projetos assistenciais que não tinham viabilidade econômica.....Não eram nada...Até projetos tipicamente da Revolução Verde...na área agroecológica era tudo mais tímido e pouco dinheiro....o agroecológico não tinha peso. Inclusive financiou-se com o Fundo Rotativo bens materiais que não tinham nada que ver com a agricultura: carro, caminhões....até um moinho num bairro para dar conta da água da população... (técnico).

Os agrônomos que o entrevistado menciona não pertenciam ao Vianeí, mas sim à ACARESC (Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina) e trabalhavam no Vianeí por um convênio com o Ministério da Agricultura, de '88. Foi impossível falar com eles. Os dados obtidos são por referências de pessoas que trabalharam com eles. De acordo com o relato dessas pessoas, estes agrônomos se identificavam ideologicamente com a esquerda tradicional e sustentavam a idéia de um rápido desenvolvimento do capitalismo nas áreas rurais como maneira de acelerar os processos de mudança social e política. Este tipo de pensamento era muito comum entre alguns pensadores dedicados à sociologia rural brasileira entre os anos '70 e princípios dos '80. Na área de extensão rural, durante os anos '80, a "pedagogia do conflito" influenciou, de maneira importante, posturas contestatórias, por parte de alguns profissionais que trabalhavam nas ditas áreas, contra o modelo de desenvolvimento rural vigente.³⁷

A conjuntura interna do Vianeí entre os anos '85 e '92, aproximadamente, foi muito rica em discussões e dissensões, o que trouxe consigo os problemas e conflitos mencionados. Apesar de todos os integrantes terem uma "visão progressista", era

projeto. Hoje este fundo se administra através da Associação de Desenvolvimento e Incentivo à Pequena Agricultura de Grupo (ADIPAGRU).

³⁷ Para mais dados sobre o tema ver SIFFERT (1990).

impossível uma convivência harmônica. Segundo um dos entrevistados, as posturas ideológicas eram:

Pessoal da Igreja (CPT) com influencia dos bispos, gente da Prefeitura de Dirceu Carneiro com origem rural e antecedentes da Igreja, técnicos de fora... agrônomos com formação de esquerda tradicional e gente com formação de esquerda com vinculações no PT...³⁸ (ex-integrante).

O ponto mais alto desta crise teve seu corolário com a execução de um atentado, nunca esclarecido, ocorrido na madrugada de 4 de janeiro de 1990. Segundo o editorial da revista Pixurum nº 16 (1990: 7),

...o Centro Vianei de Educação, com sede no antigo Seminário Diocesano, foi invadido por elementos até ao momento desconhecidos, que arrombaram janelas e portas do edifício, atearam fogo em documentos, colocando em risco a segurança do prédio, e roubaram parte da documentação do Centro (...) Tais atos de violência têm um objetivo claro: atingir a documentação do Centro Vianei de Educação na tentativa de intimidação, caracterizando-se, portanto, um crime político e não furto comum, já que nenhum objeto de valor que se encontrava no local foi tocado.

Ainda sem sair de um estado de crise não resolvido, foi a partir, segundo nosso entender, da redação da “A Carta de Princípios Do Centro Vianei de Educação Popular” de julho de 1991, que o Vianei vai delimitando melhor sua área de incumbência e deixando mais claro quais são seus objetivos, os quais, em grande medida, se mantêm até esta data. Esta declaração mantém a idéia crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista do Estado brasileiro baseado na exclusão econômica da maior parte da população:

Frente a esta situação estrutural, com tendência a se tornar história, é preciso afirmar a necessidade de uma sociedade em que todos possam ver reconhecida a sua condição de produtores com direitos de cidadãos. A condição de cidadão aqui concebida se expressa tanto pelas condições de vida (qualidade de vida na esfera da reprodução, do direito à educação, à saúde, à moradia...) quanto pela

³⁸ Partido dos Trabalhadores.

possibilidade de participação na construção e gestão da sociedade. É a democracia como valor universal, que deve ser vivenciada já no ato mesmo de sua construção (Viane: 1991: 2).

No entanto, apesar de que no documento se passa a idéia de se manter certa distância e autonomia relativamente a organizações, grupos ou movimentos populares, se ressalta a idéia de atuar juntos mas sem um sentido de subordinação, quer dizer, com igualdade. Inclusive se nota certa reflexão mais universalista que nos primeiros documentos:

Estabelecida uma relação de dupla igualdade, fica claro que a instituição está ao serviço das demandas consolidadas dos movimentos, interpretadas, e não das suas demandas imediatas. Do mesmo modo, a instituição Viane não pode ser pensada apenas a partir de 'seu público imediato', mas a partir da totalidade da sociedade (Viane: 1991: 5).

Continua-se com a idéia de mediação, mas sem a marca gramsciana, que perde força ante à "prática de assessoria". Esta idéia já coloca em um mesmo plano os dois eixos principais do trabalho atual do Viane: a educação popular e a agroecologia. A área de comunicação integra-se à tarefa de propaganda e difusão da entidade a nível regional, dependendo das atividades dos outros dois setores. Isto se confirma com o conteúdo da Carta de Princípios:

A prática de assessoria do Centro Viane de Educação é balizada por dois suportes básicos que se complementam:

** o político (sócio-pedagógico): estímulo e assessoria à organização social e política,*

** o técnico: busca de alternativas para a pequena produção rural. Neste eixo técnico a assessoria se pauta por princípios da agroecologia:*

1) economicamente viável;

2) socialmente justa;

3) ecologicamente sustentável (Viane: 1991: 10)³⁹ (nosso sublinhado).

³⁹ Na revista Pixurum nº 19, Cristina Tramonte (1991: 10 e 11) já assinalava a importância da questão ecológica, afirmando que a reflexão sobre este tema não passava apenas pela preservação dos recursos, mas era de grande importância colocar no centro da cena a distribuição de renda. Embora este artigo tenha um caráter crítico, não muito bem definido

No Vianeí se afirma a assessoria como prática de construção, de acompanhamento, e se deixa de lado o papel de representação. Este papel nunca foi o objetivo da organização, embora em determinados momentos alguns atores – quais sejam, sindicatos, associações de pequenos agricultores ou outros grupos muito chegados ao Vianeí – podem haver confundido esta função, dada a importância e o prestígio que havia angariado a instituição. O trabalho empreendido pela entidade ia mais além da satisfação das demandas imediatas ou de alimentar uma clientela. Se bem que é certo que, dado o tipo de trabalho, muitas vezes se pode haver chegado a entrar no campo do assistencialismo e, portanto, os grupos beneficiados terem entendido assessoria como caridade, o que pode ter criado certa dependência.

Sérgio Sartori, em uma entrevista concedida à revista *Pixurum* nº 39 (1993: 4 e 5), manifesta, sem entrar muito em detalhes, o campo de atuação do Vianeí. Percebe-se, no entanto, o quão difícil foi para a organização chegar a esta definição:

Foram crises vinculadas a diferenças, principalmente no campo teórico metodológico. Já situamos as crises decorrentes da definição do papel, e portanto da identidade, do Vianeí enquanto ONG (Organização Não Governamental) de assessoria aos movimentos e organizações populares.

A entrada de técnicos por concurso no Vianeí, a partir de 1992, é um sintoma de que a organização não só pensa em formar seus próprios quadros, mas também em dar mais ênfase aos projetos voltados à agricultura, sem descuidar do projeto de formação e de racionalização dos recursos.

1.4. A atualidade

Este período caracteriza-se pela abertura da organização para outras entidades ligadas à pesquisa e ao desenvolvimento rural, sem descuidar de seus contatos anteriores com os movimentos e organizações de base. Intensificam-se suas relações com universidades, entre elas a Universidade do Planalto Serrano (UNIPLAC) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com outras ONGs e entidades de pesquisa como a Fundação Getúlio Vargas, com o fim de articular empreendimentos conjuntos para o desenvolvimento da pequena agricultura familiar. Esta questão

sobre o tipo de desenvolvimento rural, ele marca o interesse que o Vianeí vai adquirindo sobre a questão.

assume maior destaque nas práticas do Vianeí. O desenvolvimento da pequena agricultura familiar, para o Vianeí, supõe o melhoramento da qualidade de vida dos agricultores e de suas famílias, além de ações para evitar o êxodo rural e cuidar do meio ambiente.

Com a entrada dos novos técnicos, vai-se configurando dentro da organização um perfil muito mais pragmático, já que estes estão mais dedicados aos problemas da produção e da implementação de novas tecnologias do que à formação organizacional dos agricultores. No entanto, a formação e a educação popular continuam sendo importantes por ser através delas que os técnicos podem entrar e ser aceitos pelos agricultores das áreas atendidas.

Este pragmatismo não é só fruto da experiência, mas também resulta de mudanças nos critérios adotados por parte dos financiadores no que diz respeito ao tipo de projetos encarados pelo Vianeí:

A busca de maior transparência sobre estratégias, critérios, tomada de decisões e procedimentos administrativo-financeiros surge como requisito indispensável para o estabelecimento de parcerias, cujos objetivos se redefinem em torno de maior qualificação e especialização das intervenções, a fim de obterem resultados mais qualificados (Doimo: 1995: 210).

Entre as “propostas” de Misereor se encontra a de trabalhar em conjunto com o Estado, deixando de lado posturas de enfrentamento e, desta forma, encontrar maneiras de auto-sustentação. O apelo é a um trabalho mais profissionalizado, que tenha como objetivo uma maior eficácia nos projetos empreendidos. A nova racionalidade da organização tem a ver, portanto, com os apelos referidos e com a nova camada de profissionais que compõe a área técnica.

Os agrônomos vêm de uma formação e de uma militância distinta do pessoal da área social. Quase todos eles têm declarado que seu passado não está ligado a Igreja Católica; inclusive, alguns deles se declaram ateus, como o atual diretor da ONG, ou muito críticos em relação às posturas da Igreja. Têm um passado de militância nas universidades com interesse pelos movimentos sociais e o questionamento, dentro da mesma universidade, das práticas agrícolas baseadas nos modelos da Revolução Verde:

Dentro da universidade já tinha alguma militância no movimento ecológico. A gente como universitário começou a discutir dentro mesmo da universidade e participou de encontros com estudantes de outras universidades. A gente começou a entender que o que estudava não era um processo sustentável, que propunha a exclusão do homem do campo (...) mais ligado ao processo agroindustrial, não aos agricultores... (técnico).

A partir dos anos 90, o Vianeí começa a potencializar suas relações com a Rede de Tecnologias Alternativas Sul (Rede TA-SUL)⁴⁰, da qual já fazia parte há alguns anos, sendo que a vinculação começa a ganhar importância com a discussão do modelo tecnológico a se adotar nas práticas agrícolas que desenvolvia a entidade.

A metodologia de trabalho da entidade e a base tecnológica foram estabelecidas depois das contribuições e discussões com outras ONGs. Desta maneira:

La agroecología es observada por el Vianeí como la base tecnológica para la estructuración de un modelo sustentable de desarrollo rural. Sus principios fundamentales son la integración de factores técnico-productivos (naturales), humanos y financieros. Sostiene el aprovechamiento máximo, de manera sustentable, de los recursos disponibles en la propiedad y en la comunidad (Vianeí: 1996, b).

A opção por esta nova metodologia de trabalho, mais racional e focalizada, se centra nas chamadas “áreas de concentração” (as comunidades), distribuídas de maneira geológica e geograficamente diferentes. A definição recaiu em cinco comunidades, que na prática acabaram restringindo-se a três: “Santo Antônio dos Pinhos” (São José do Cerrito), “Rio dos Cavalos” (Otacílio Costa) e a Cooperativa de

⁴⁰ A Rede TA-Sul está formada pelas seguintes organizações: no Paraná, a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessoar, em Francisco Beltrão) e a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco, em Guarapuava); em Santa Catarina, o Centro Vianeí de Educação Popular (Lages) e a Associação de Pequenos Produtores do Centro-Oeste (APACO, em Chapecó); e no Rio Grande do Sul, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP, em Sarandi), o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA, em São Lourenço do Sul), o Centro de Agricultura Ecológica (CAE, em Ipê) e o Departamento de Educação Rural (DER/FUNDEP, em Braga). Também faz parte desta rede a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA, no Rio de Janeiro).

Na atualidade, o Vianeí também está associado à ABONG (Associação Brasileira de ONGs), à ABVP (Associação Brasileira de Vídeo Popular) e está articulado ao Fórum Sul de ONGs (Vianeí: 1996a).

Produção Agropecuária (CPA) do Assentamento “30 de Outubro” (Campos Novos). Nestas comunidades o Vianeí assessora e orienta, atualmente, as seguintes tecnologias:

- Uso, conservação e recuperação de solos.
- Produção de leite e carne a base de pasto.
- Seleção, melhoramento e produção de sementes crioulas (especialmente milho).
- Criação de suínos ao ar livre.
- Gestão e planejamento agrícola.
- Agroindustrialização de pequeno porte.

O Vianeí realiza também, outros trabalhos de assessoria em diferentes comunidades e municípios da região serrana, mas este trabalho não está focalizado como nas três comunidades mencionadas. Uma das iniciativas levadas a cabo pela organização e que está dando bons resultados é a implantação de cooperativas de crédito (CREDIS). Segundo a publicação Pixurum nº 41(1994: 8),

...as CREDIS constituem-se numa espécie de banco dos agricultores. Funcionam de forma semelhante, com algumas diferenças, tais como: só financiam agricultores (individual ou coletivamente), destinam seus créditos somente para o município ou área de abrangência (que sempre é pequena, ao contrário dos bancos) e funcionam com associados (mediante o pagamento de uma cota a parte) (...) enfim, trata-se de um banco essencialmente voltado para o desenvolvimento da agricultura local.

Cabe ressaltar que a formação de algumas cooperativas é conduzida em conjunto com outras entidades similares, como por exemplo, o CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo) e a ADIPAGRU (Associação de Desenvolvimento e Incentivo à Pequena Agricultura de Grupo). Segundo nossas impressões, o Vianeí, dado os poucos resultados do Crédito de Fundo Rotativo (CFR), incentivou a formação de cooperativas de crédito e produção. Exemplo disto é a criação de algumas cooperativas: Credicarú, em São José do Cerrito, e Credicanoas, no município de Abdon Batista.

Resumidamente, os programas que utilizam tecnologia agroecológica podem ser descritos da seguinte forma:

Programa de uso e conservação do solo: consiste no uso racional do solo conforme suas propriedades. A conservação do mesmo se realiza a partir de práticas e técnicas que o protegem da chuva, do sol e do vento, ou seja, contra os elementos que provocam erosão.

Plantio direto: este programa propõe a plantação do cultivo desejado sem triturar o solo. Para isto é necessário que se usem camadas de restos de outros cultivos para evitar o surgimento de plantas não desejadas.

Produção de sementes (resgate, avaliação e melhoramento): trabalha-se com sementes de milho crioulo plantadas na região. Como primeiro passo, é realizada uma entrevista com o agricultor para apreender a história, o comportamento e as características (resgate) das sementes que cultiva. Em seguida, recolhe-se toda a informação e se constitui um campo de experimentação com todas as variedades recolhidas na região e em outras regiões. Este trabalho é acompanhado pelos próprios agricultores e pelo técnico. O próximo passo é observar os resultados e realizar estudos comparativos. O estudo comparativo continua com a eleição das três variedades de melhor desempenho, sendo que a análise não é só quantitativa; mede-se também a sanidade para procurar uma planta mais resistente. Terminada a seleção, são criados três campos de produção e melhoramento das sementes. O melhoramento consiste em identificar as plantas com problemas e as desprezadas no tempo da colheita. Com o melhoramento, distribuem-se as sementes aos agricultores para plantar e para que continuem avançando no processo de melhoramento.

Programas de bovinocultura, leite, carne a base de pasto e criação de suínos ao ar livre: o objetivo deste programa encontra-se em buscar uma maior rentabilidade usando o potencial existente na propriedade. Diferencia-se do método convencional que sustenta que a vaca em cativeiro obtém uma maior produção de leite. No entanto, maior produtividade não significa mais rentabilidade, já que a vaca, por sua estrutura genética, pode precisar de mais ração no cativeiro, o que encarece a produção. Esta técnica consiste na implementação de áreas permanentes de pasto através da formação de piquetes (cercados com arame eletrificado). O animal permanece durante o dia comendo pasto em um dos piquetes. À noite a vaca permanece no mesmo piquete com o fim de que enriqueça o solo com o esterco. Na manhã seguinte o animal

é transferido para outro piquete e assim sucessivamente. Com isto se pretende que as raízes do pasto se desenvolvam melhor agregando mais nutrientes ao solo. Paralelamente a este processo são introduzidas outras variedades de pasto que completam a alimentação do animal, produzindo também um melhoramento da genética do gado através de inseminação artificial.

A criação de suínos encontra-se na mesma trajetória. Divide-se o terreno, também com cerca elétrica, para reduzir o custo em até 80% em relação à criação em chiqueiro. O animal fica em um ambiente natural que reduz o índice de enfermidades. Ele fica protegido do sol e da chuva em uma construção simples da mesma forma que os leitões. Este tipo de criação permite que os porcos se alimentem não só de ração mas também de pasto. A produtividade não se diferencia em números do sistema convencional. Para este tipo de programa são usados animais de alto potencial genético.

De acordo com este tipo de programa, o Viane (1996a)

...pauta suas práticas pelo 'agir localmente e pensar globalmente'. Procura concentrar algumas de suas ações técnico-pedagógicas em áreas localizadas (...) Nestes locais, atua-se na formação dos trabalhadores em vários níveis e na assessoria a projetos produtivos, utilizando tecnologias de baixo custo e de baixo impacto ambiental (Agroecologia). Enquanto se presta assessoria técnica também acontece a formação (nosso sublinhado).

A implementação destes programas nas comunidades está precedido pelo Diagnóstico Rural Participativo (DRP), que consiste em um método para ser aplicado em comunidades rurais, que permite fazer um diagnóstico sobre a vida social, econômica, política, organizacional, educacional, produtiva, etc. Quer dizer, favorece uma visão abarcadora da comunidade (Pixurum nº 44: 1994, 6).

Este método é muito parecido ao mencionado por Reijntjes *et alii* (1994: 153 e 154), o Desenvolvimento Participativo de Tecnologias (DPT), só que este, aparentemente, segundo a exposição dos autores, coloca toda a ênfase na produção e na difusão de novas tecnologias. Aspectos referentes à organização social e política dos agricultores não são mencionados. O DPT envolve, principalmente, a interação das comunidades com os agentes externos para: compreender as características de um

sistema agroecológico e suas transformações; a definição das prioridades; a experimentação localizada, que inclui o conhecimento dos agricultores locais e de outras regiões como elementos da ciência formal e o incentivo da capacidade dos agricultores para que realizem suas experimentações fomentando a comunicação entre eles.

Se bem que não de forma direta, estes tipos de programas são criticados por atender a uma parcela limitada da população rural. Por exemplo, Graziano da Silva (1993; 17) considera que:

No caso Brasileiro e latino-americano, o exemplo mais citado é dos PDRI (Programas de Desenvolvimento Rural Integrado): custam muito dinheiro e beneficiam sempre grupos muito restritos frente à magnitude da massa campesina dos países subdesenvolvidos, são 'eternamente dependentes' do Estado e, geralmente, 'refluem' quando cessa a intervenção deste. Além do mais, a 'tecnologia alternativa' produzida nessas condições particulares quase nunca é possível de ser transferida a outras situações (Graziano da Silva: 1993: 17).

O Vianei, particularmente, não recebeu nenhuma ajuda do Estado. Mas a crítica de Graziano aponta que as tecnologias alternativas, produzidas em condições particulares, não podem ser transferidas a outros lugares. Justamente, este é um de seus princípios já que, ao contrário dos “pacotes tecnológicos”, estes programas respeitam as características locais. Neste sentido, reconhecemos que o trabalho do Vianei, respeitando as condições locais e seguindo a base tecnológica da agroecologia, é impecável. Esta última colocação não significa que não existam problemas a serem confrontados. Mas isto se deve a outras questões que abordaremos mais adiante. Por outro lado, quando Graziano se refere “aos programas” que não podem dar conta de toda a massa camponesa, ele está correto; só que neste caso, a responsabilidade não é dos programas mas sim da falta de interesse do Estado por essas pessoas.

A virada do Vianei rumo a uma função mais técnica e específica da produção agrícola não implicou desprezar o trabalho realizado pela área social. Pelo contrário, e isso está muito claro para os integrantes, o pessoal técnico precisa da área social para realizar seu trabalho, especialmente naquelas comunidades onde não existe uma organização social forte, sem lideranças que gerem uma vontade de mudar a situação

econômico social. Todavia, o Planalto Serrano sofre de problemas estruturais que não têm sido superados, como a questão dos latifúndios, do coronelismo, do extrativismo, etc. Esta estrutura condiciona o desenvolvimento rural da região, agravado pela escassa articulação social da população. Por este motivo,

La formación de los (las) agricultores (as) representa la posibilidad de, a través del conocimiento, hacer un uso más adecuado de los recursos disponibles en las propiedades y comunidades rurales. Representa, también, la posibilidad de una actuación más autónoma y efectiva de los movimientos y organizaciones populares en el contexto de la sociedad, más específicamente en los espacios del Estado y el Mercado (Vianeí: 1996, c).

Atualmente, se bem que a balança parece inclinar-se para a área técnica, cremos que os contrastes não são tão notórios como nos anos anteriores, quando a hegemonia da área social era mais clara. Contudo, convivem ainda no seio da instituição dois perfis, ou melhor dizendo, duas visões que tentamos definir como: militância-vocação e militância-profissionalização. Isto é mais claro quando hoje se pergunta sobre o estado das relações com a Igreja: para uns, é uma questão pragmática de usufruto mútuo, para outros, o Vianeí é um projeto que surgiu da própria Igreja.

No capítulo seguinte, nossa investigação de campo tentará analisar tanto a relação que existe entre os técnicos do Vianeí para implementar seus programas agroecológicos, quanto a percepção de tais programas por parte dos agricultores. O referido capítulo mostrará como os problemas ocorridos no Vianeí, que acabamos de descrever, ainda persistem e afetam sua relação com os agricultores.

Capítulo IV

O Vianei e a agroecologia: aceitação e conflitos

É nossa intenção desenvolver neste capítulo a pesquisa de campo que realizamos depois da aproximação teórica feita nos capítulos anteriores. Procederemos, assim, à análise da percepção dos agricultores de três comunidades com respeito aos programas com uma base de tecnologias agroecológicas que são instrumentalizadas pelo Vianei. Para o caso, cruzamos as respostas recolhidas através de questionários que aplicamos aos agricultores, com as informações fornecidas pelos técnicos da organização, por intermédio de entrevistas. Seguindo com a estrutura do capítulo, descrevemos a metodologia aplicada, os tipos de fontes usadas e as dificuldades que tivemos durante a investigação. Posteriormente, descrevemos as três comunidades atendidas, interpretamos as respostas do questionário aplicado fazendo uma reflexão sobre as mesmas e, por último, procuramos fazer uma análise das entrevistas que mantivemos com os técnicos da entidade. Esclarecemos, com respeito a este último ponto, que se intercalam testemunhos de ex-integrantes do Vianei, técnicos e não técnicos, para ter uma idéia aproximada dos problemas que atravessou o Vianei, desde seu início, e que afetaram, em nosso entender e até ao momento de nossa investigação, a relação com os agricultores e a instrumentação das práticas agrícolas citadas.

1. Aspectos metodológicos

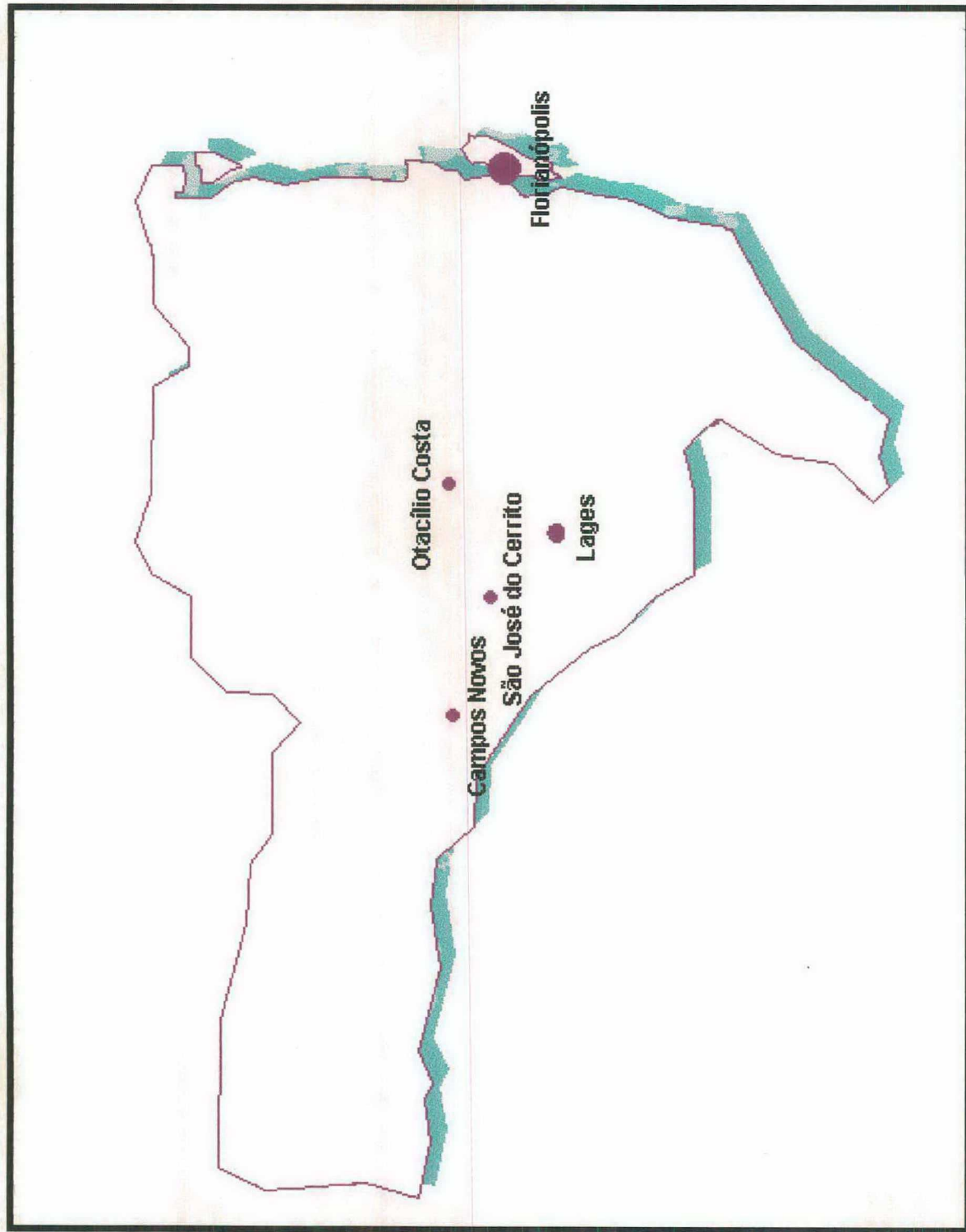
A investigação realizada foi um estudo de caso, com enfoque qualitativo de caráter descritivo que se desenvolveu, principalmente, na região do Planalto Catarinense, micro-região geográfica dos Campos de Lages, mais precisamente nos municípios de São José do Cerrito e de Otacílio Costa e na região do Meio-Oeste, micro-região de Curitiba, município de Campos Novos (ver mapa).

A análise de caso, se bem que não nos permite ter uma compreensão ampla dos fenômenos, nos tem possibilitado entender como uma situação particularizada pode ter relevância para ser relacionada com situações e contextos mais gerais e, portanto, servir para pesquisas futuras.

A implementação de um método qualitativo em nossa pesquisa deve-se a que o consideramos o mais apropriado para medir os conflitos, contradições e relações de poder dentro da entidade estudada, a relação desta com os agricultores e a identificação, por parte destes últimos, seja por atitudes, pressuposições, lealdades, convencimento, etc., com as propostas técnicas baseadas nos princípios da agroecologia. Quer dizer, as características das comunidades e sua relação com o trabalho desenvolvido pelo nosso objeto de estudo, o Vianeí, fazem com que se considere sobretudo determinadas questões sociais que a quantificação impede que sejam abordadas, dado o caráter específico da amostra. Nas palavras de Haguette (1987: 55), “...os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos das suas origens e da sua razão de ser”.

As técnicas de obtenção de dados que usamos para levar a cabo nosso trabalho de pesquisa foram as primárias e secundárias. Em relação a fontes primárias, recorreremos a entrevistas e à observação participante.

Localização dos Municípios em relação às cidades de Lages e de Florianópolis



Fonte: CIASC.

O trabalho de campo foi realizado no mês de maio de 1996, durante vinte dias, quando entrevistamos 19 agricultores, 4 técnicos e 4 ex-integrantes. Destes 4 últimos, 3 são fundadores da organização, ainda participando das reuniões na qualidade de assessores, com certa influência na instituição. O quarto, ex-integrante, não tem contato com o Vianeí e preferiu responder por escrito às nossas perguntas. Também entrevistamos três integrantes que não pertencem à área técnica e uma pessoa, agricultor de profissão, que assessora em questões de contabilidade os produtores rurais ligados ao Vianeí. Estas entrevistas realizaram-se no local de trabalho dos agricultores, na sede do Vianeí e nos domicílios de alguns entrevistados, situados na cidade de Lages. Em Florianópolis, já em junho do último ano, entrevistamos 2 técnicos e 1 comunicador que trabalharam no Vianeí. Em outubro voltamos a Lages, onde ficamos uma semana para levantar mais dados e entrevistar outro ex-integrante. O total foi de 35 entrevistas.

Além disto, participamos de algumas reuniões do Vianeí na qualidade de observadores, sem intervir nas mesmas. Com respeito a estas últimas, e seguindo as apreciações de Goode e Hatt (1973: 166), tentamos padronizar nossas observações para depois compará-las com as declarações enunciadas nas entrevistas. Previamente, no correr do ano 1995, realizamos três visitas, de curta duração, à instituição, para entrar em contato com seus integrantes e nos inteirar, de maneira geral, sobre o trabalho do Vianeí e, particularmente, saber quais eram os projetos referentes à agroecologia que a organização estava levando a cabo.

Nas entrevistas aos agricultores foram aplicados questionários com 54 perguntas, entre fechadas e semi-abertas. A amostra, definida anteriormente, foi intencional e não aleatória como pretendíamos, devido a problemas que mencionaremos mais adiante. Para saber os nomes e a quantidade de agricultores que formavam parte dos programas do Vianeí, formamos uma lista segundo dados fornecidos pela instituição e pelos agricultores ao chegarmos às comunidades.

Os entrevistados foram todos homens, e as entrevistas tiveram duração aproximada de 30 a 40 minutos. Estas foram realizadas tanto no lugar de trabalho quanto na casa dos agricultores.

Com respeito à atitude dos entrevistados, podemos acrescentar que nas comunidades de São José do Cerrito e Otacílio Costa não tivemos nenhum inconveniente com o diálogo. Cremos que este tipo de comportamento se deveu principalmente ao fato de termos sido apresentados pelo técnico do Vianeí. No

assentamento encontramos mais desconfiança por parte do pessoal entrevistado e inclusive, fomos indagados várias vezes com respeito à nossa identidade e aos nossos propósitos. Salvo estas atitudes e com o decorrer das entrevistas, não sofremos nenhum tipo de problema.

As entrevistas com integrantes, ex-integrantes e pessoas próximas ao Vianeí foram semi-dirigidas. Isto possibilitou aos entrevistados expressarem-se de maneira livre, o que nos permitiu, também, ajustar algumas informações de caráter tangencial que, não sendo embora fundamentais para a base de nosso trabalho, resultaram úteis para saber a origem, por exemplo, dos integrantes do Vianeí, a relação da política local com o projeto original da organização, a influência da Igreja e suas posturas internas com respeito ao Vianeí.

As fontes secundárias foram proporcionadas por bibliografia em geral e por documentos, publicações e folhetos produzidos pelo Vianeí. Além disso, consultou-se documentos referentes à região pesquisada.

Por último, queremos esclarecer que durante o transcurso de nosso trabalho de campo encontramos alguns impedimentos como, por exemplo, mobilidade, difícil acesso às comunidades e outros, como o caso dos recursos, que não afetaram nossa tarefa. Dentro destas dificuldades a mais importante, ao nosso ver, foi a de delimitar o universo dos agricultores que trabalham com o Vianeí nas comunidades. Tivemos inconvenientes para confeccionar as listas, já que a organização não tinha os nomes de todos os agricultores de tais comunidades envolvidos nos programas de agroecologia. As listas foram construídas com a informação dos técnicos e com a ajuda dos agricultores. Portanto, isto nos motivou para realizar uma amostra intencional. Esta dificuldade, como se verá mais adiante, está relacionada intimamente com as características do trabalho do Vianeí.

2. Análise dos dados

Os temas utilizados para analisar os dados serão subdivididos da seguinte maneira: características das comunidades, a relação dos agricultores com os técnicos com relação a técnicas agroecológicas e a relação entre os técnicos para aplicar tais técnicas.

2.1 Caracterização das comunidades

As comunidades investigadas, como já assinalamos, foram três, e pudemos comprovar o antecipado pelos técnicos do Vianeí, antes de sair a campo, sobre suas diferenças. Se bem que as comunidades se encontram em uma mesma região geográfica (dizemos isto porque Campos Novos, ainda que não esteja dentro do Planalto Serrano, é uma região intermediária que guarda muitas características geográficas da serra), as características entre elas são bem diferentes. Isto deve-se, como em seguida descreveremos, tanto ao tipo de exploração agrícola quanto às suas características de organização. Por estes motivos nos pareceu apropriado analisar suas características separadamente.

a) Santo Antônio dos Pinhos (São José do Cerrito)

A comunidade está situada a 55 Km da cidade de Lages. Originalmente o município se chamava Carú e se chegava a ele pela BR 282, sendo de terra esta parte da estrada. Os primeiros habitantes vieram do Rio Grande do Sul, descendentes de bandeirantes paulistas. O total de famílias que compõem a comunidade é de 50. A informação que registramos no Vianeí, antes de sair a campo, era que trabalhavam com 25 famílias; ao chegarmos e verificar a lista com os agricultores, as famílias contaram-se em número de 23.

Se bem que a organização tem um tempo de trabalho prolongado na região, faz aproximadamente pouco mais de um ano que está implementando programas de maneira localizada. Quer dizer, assessora uma série de práticas agrícolas e outras de caráter sócio-pedagógicas, centradas na comunidade, e de caráter demonstrativo, com o fim de servir de exemplo a outras comunidades. Também deste modo, tenta disseminar práticas e conhecimentos a outros municípios da região (Vianeí: 1996, c).

A região teve seu auge por volta de 1940, com a exploração de madeira de araucária. As madeireiras, por sua vez, vendiam a madeira extraída a outras madeireiras de maior porte da cidade de Lages. Hoje as atividades econômicas decaíram muito. Tal foi a importância da exploração madeireira que se chegou a formar uma vila na localidade, a qual, com a decadência deste tipo de extração, foi em parte abandonada. Na atualidade, algumas das residências restantes são ocupadas por famílias de escassos recursos que não desenvolvem atividades agrícolas, trabalhando fora da propriedade na cidade. Inclusive, nesta parte da comunidade não existe luz elétrica e geralmente os banheiros não reúnem as condições mínimas de salubridade.

A média de terra dos agricultores é de 25 ha; 6 famílias têm mais de 50 ha e os restantes entre 6 e 10 ha, segundo dados fornecidos pelo Vianeí no Diagnóstico Rápido Participativo (DPR) (março, 1996, b).

Para se fazer a amostra de tipo intencional, tomou-se 7 das 23 famílias, quer dizer, 30% do total. A amostra demonstrou que a totalidade dos entrevistados são de religião católica, dado de importância se se tem em conta que a Igreja é um dos principais pontos de encontro da comunidade e pela influência da Pastoral da Terra na organização social da região. Este dado é corroborado pelas respostas de todos os entrevistados, os quais assinalam que sempre freqüentam a igreja.

Se bem que todos os entrevistados são proprietários da terra, somente 7 vivem da renda da mesma, tanto para subsistir como para o mercado. Os produtos que comercializam são feijão e milho. Esta produção complementa-se com a criação de vacas para leite e carne e, em menor número, suínos. Os produtos plantados só para consumo são mandioca, batata-inglesa, batata-doce, hortaliças, arroz, frutas e pinhão.

Um dado para nós importante é que, salvo um agricultor, cuja entrada principal deriva da venda de leite e carne, os restantes não possuem praticamente equipamentos nem máquinas agrícolas. Quer dizer, todas as atividades são realizadas através de tração animal ou manualmente. Isto confirma que os parâmetros da Revolução Verde, referentes a mecanização, praticamente não chegaram à região ou ainda não tiveram uma influência tangencial.

No referente à organização social, dos 7 agricultores entrevistados, todos participam da Associação dos Agricultores de Santo Antônio dos Pinhos, 5 são sócios da Cooperativa de Crédito Rural São José do Cerrito - CREDICARÚ - que o Vianeí incentivou e em cuja fundação teve uma importante participação. Como já citamos no capítulo anterior, esta cooperativa forma parte de um programa do Vianeí para a fundação de cooperativas de crédito e produção que, diferente de um banco comum, só financia agricultores, e cujo crédito é destinado unicamente para a região. No caso da CREDICARU, fundada em 7 de dezembro de 1994, 6 dos entrevistados responderam que a assessoria do Vianeí foi muito importante para sua implantação e alegaram estarem muito satisfeitos tanto com o funcionamento quanto com os resultados obtidos pela cooperativa. No entanto, com a participação sindical não acontece o mesmo, já que só 2 dos entrevistados participam regularmente das reuniões do sindicato. O papel da Igreja Católica é significativo na articulação e estruturação dos movimentos de base da região, especialmente com o Movimento de

Mulheres Agricultoras (MMA). Este último vê-se favorecido porque o governo municipal tem certa abertura para trabalhar conjuntamente com distintos movimentos e organizações, entre os quais se encontra o Vianeí.

b) Rio dos Cavalos (Otacílio Costa)

O município de Otacílio Costa fica a 50 Km da cidade de Lages. Chega-se a este município por estrada asfaltada, a SC 425. O Vianeí trabalha no município há uns dez anos, e desde fevereiro de 1995 na comunidade de Rio dos Cavalos, tratando de implementar programas baseados nos princípios agroecológicos. Para a amostra foram escolhidas 30% do total de famílias que trabalham com o Vianeí (em torno de 15 famílias), o que resultou em um total de 5. Estas famílias repartem-se pela comunidade de Rio dos Cavalos, a sede do município e a comunidade de Cardozo. Com respeito a esta última, é necessário salientar que agora pertence ao Município de Palmeiras, recentemente emancipado e que, no momento de nosso trabalho de campo, não tinha prefeito. As eleições para eleger o prefeito realizar-se-ão em outubro de 1996. Até a esse momento, a comunidade de Cardozo estava sobre o controle e a administração de Otacílio Costa.

Estas terras foram povoadas, tal como a comunidade anterior e como o resto do Planalto Serrano, por imigrantes gaúchos e paulistas. Ao perguntar a origem dos entrevistados, os 5 se consideram descendentes de brasileiros.

De acordo com a nossa pesquisa, verificou-se que o tamanho médio das pequenas propriedades se encontram na faixa dos 10 ha. Também se constatou que todos os agricultores entrevistados são donos das propriedades.

A região explora pinos para madeira e celulose, e as grandes propriedades rurais criam gado para carne. A exploração de madeira e celulose está nas mãos de IGARAS Papeis e Embalagem Ltda. e de IGARAS Agroflorestal Ltda., empresas que, segundo as declarações de alguns entrevistados, estão muito interessadas em estender sua área de exploração e, por esse motivo, constituem uma das principais compradoras de terras da região.

Os pequenos agricultores não são representativos na região, dado o avanço da empresa IGARAS, da exploração de gado e o fato de que a produção agrícola familiar não dá conta do sustento da família. Portanto, a opção é vender a propriedade e proletarianizar-se. No entanto, e de acordo com suas declarações, resistem em desaparecer colocando expectativas na implantação de uma usina de leite:

“...organizar minha propriedade e ... se dá certo a usina viver melhor com a minha família”.

“...comprar um pedacinho de terra...implementar a produção de leite”.

“...o plano é desenvolver melhor a propriedade, temos a usina de leite”.

“...a usina é para o futuro”.

“...aumentar a produção de leite”.

A idéia da usina de leite foi lançada pelo Vianeí através do sindicato. O Vianeí não assessorou e incentivou a iniciativa sozinho, pois os agricultores também receberam assessoramento da CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo). O financiamento proveio do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) através do Banco do Brasil. No momento desta investigação, a usina de leite ainda não estava em funcionamento. A sua inauguração foi em agosto de 1996.

A principal entrada econômica provém, para 4 agricultores, do fumo, privilegiado por ter um mercado assegurado e integrado à Souza Cruz, e para 1 provém do leite, da madeira e do gado. Este último agricultor conta com 55 ha, sendo que dedica a metade de seu estabelecimento ao pasto e a outra metade ao reflorestamento, com uma reduzida área dedicada a cultivos de subsistência. Estes últimos não diferem dos enunciados pelos integrantes da comunidade anterior: arroz, batata, batata-doce, mandioca, hortaliças, pinhão e frutas.

O gado de leite destaca-se como uma alternativa para gerar mais renda; por este motivo, o Vianeí junto com as outras entidades citadas, impulsionaram a criação da usina de leite. As criações de animais que mais geram renda e que também servem para consumo são as de suínos e de gado para carne.

O equipamento ou as máquinas agrícolas que os entrevistados possuem não é significativo, sendo que os 5 entrevistados usam tração animal.

Ao serem questionados sobre o grau de participação em alguma entidade, as respostas foram que, dos 5, só 1 tinha uma participação efetiva no sindicato, participando da diretoria. Dos restantes, 3 freqüentam o sindicato para consulta médica e só 1 tem como única atividade social assistir à missa. Com respeito a esta última, 4 se dizem católicos e 1 espírita. A postura deste último é paradoxal, porque reclamou mais intervenção da Igreja Católica junto ao poder político acerca de problemas que

importam à comunidade. Diferentemente da comunidade antes descrita, a presença da Pastoral da Terra não é significativa, nem a influência da Igreja em geral é significativa.

As respostas dos 5 entrevistados com respeito à administração municipal apontam que a prefeitura não contempla os interesses dos pequenos agricultores. No entanto, mesmo que a relação do Vianeí com o poder político local não seja harmoniosa, 2 dos agricultores coincidiram em observar que o Vianeí tenta uma aproximação com o governo local:

...através deles (referindo-se ao Vianeí) conseguimos alguma coisa... se fosse pela prefeitura estaríamos pedindo esmolas...

Para concluir, acrescentamos que esta limitada organização social da comunidade influi na falta de infra-estrutura da rede escolar, na falta de espaços culturais e de reuniões, no êxodo rural e na falta de líderes para reclamar da prefeitura melhores serviços que os poucos oferecidos. Segundo um dos entrevistados, fazem aproximadamente oito anos que não se realizam na comunidade os investimentos acima descritos, situação esta que incentiva e facilita relações clientelísticas entre o poder político e a população local.

c) Cooperativa de Produção Agropecuária do Assentamento “30 de Outubro” (Campos Novos)

A Cooperativa de Produção Agropecuária (CPA) do Assentamento “30 de Outubro” encontra-se a 160 Km da cidade de Lages, e a ela se chega pela BR 282 por uma estrada asfaltada. O assentamento data de 1988; nele se estabeleceram, por intermédio do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), umas 90 famílias aproximadamente. O sistema de cooperativa enunciado contempla não só o crédito mas também a produção, e se baseia, *mutatis mutandis*, no modelo cubano, CPA (Cooperativa de Produção Agropecuária).

A Cooperativa “30 de Outubro” leva o nome do assentamento e é formada por 30 das 90 famílias que pertencem ao assentamento, ainda que tenha sido programada para 33 famílias, correspondendo a cada uma a média de 17 ha em um total de 512 ha. Em nossa investigação só entrevistamos as famílias pertencentes à cooperativa, porque são as que têm relação com o Vianeí. O resto do assentamento está constituído por propriedades que se coletivizaram em pequenos grupos, em torno de 5 famílias,

para formular reivindicações frente ao poder público, como estradas, e por pequenos produtores que trabalham individualmente, que pertencem ao município de Campos Novos.

A cooperativa estudada implementa sua produção de acordo com o modelo agrícola convencional, que segue as diretrizes do MST. Este tem como referências principalmente, 'no que diz respeito à coletivização, a Lenin, a Che e sobre tudo, a Mao Tse-Tung'. Esta informação foi fornecida por líderes do movimento e não pelos agricultores entrevistados. Também é útil mencionar que esta visão do modo de exploração agropecuária está atualmente em um processo de análise e de reconversão.

Quando chegamos no assentamento, estavam abandonando o lugar umas 8 famílias; sendo assim, o número total se reduziu a 22. Portanto, entrevistamos 7 agricultores, 30% do total. Os motivos da saída das famílias mencionadas não foram investigados, porque não eram considerados importantes para este trabalho. Ademais, ao tocar no assunto com os entrevistados, alguns se recusaram a responder e outros deram respostas evasivas.

Os 7 entrevistados eram oriundos do oeste de Santa Catarina: São Lourenço do Oeste (2), Xanxerê (3), Quilombo (1) e Saudades (1). A diferença com as outras comunidades já caracterizadas foi termos encontrado descendentes não só de brasileiros mas também de alemães e italianos.

A principal fonte de renda dos agricultores provém dos seguintes itens: fumo, milho, feijão, mudas de erva mate, leite e suínos. Também vendem grãos de trigo e soja para a cooperativa Coopercampos de Campos Novos.

Um dado interessante a ser mencionado são os equipamentos e as máquinas que possui a cooperativa: esterqueira, reboque, semeadora, tobata e trator, que são complementadas em algumas tarefas com a utilização de tração animal.

O Vianeí implementou alguns programas com base agroecológica, como adubação verde, criação de suínos ao ar livre, melhoras de sementes de milho, as quais já estão sendo comercializadas, e trabalhos de assessoramento para a cooperativa. No entanto, nenhum dos entrevistados conseguiu mencionar as práticas anunciadas, só mencionando o trabalho de assessoramento da cooperativa. Atribuimos isto a que, aparte do Vianeí, recebem assistência, entre outros, da EPAGRI, Souza Cruz e de técnicos pertencentes ao MST. Com respeito a isto, um agricultor nos disse:

...a gente escuta muita coisa e não sabe quem tem razão. Todos falam coisas diferentes (...) agora estamos tentando escutar mais o Vianeí.

Com relação ao poder público, os 7 entrevistados avaliam negativamente a prefeitura local, com a qual não têm contato. O Vianeí tem uma relação razoável com a administração municipal e está tentando levar a cabo um trabalho de mediação para aproximar as partes. Por este motivo, o Vianeí organizou junto com a prefeitura local um curso de educação popular, do qual participaram alguns integrantes do assentamento. No entanto, e com referência a este último, a postura do MST é muito crítica, já que não está de acordo com que este tipo de curso seja ministrado por agentes que não pertencem diretamente ao movimento. Outrossim, o Vianeí teve inconvenientes com os líderes do assentamento quando tentou implementar o Diagnóstico Rural Participativo (DPR) devido a que estes últimos, segundo alegaram, ficavam apartados da organização propriamente dita.

Por último, o grau de preocupação dos entrevistados no assentamento com respeito à idéia de organização social e à participação política é muito mais alta, se a compararmos com as das comunidades anteriores. Isto pudemos avaliar ao analisar o tipo de conversa que tinham com os técnicos. Enquanto que dos 12 entrevistados das comunidades, só 1 respondeu a perguntas sobre questões políticas, no assentamento, todos se manifestaram abertos e interessados em temas sobre produção e política.

2.2. A relação dos agricultores com os programas agroecológicos do Vianeí

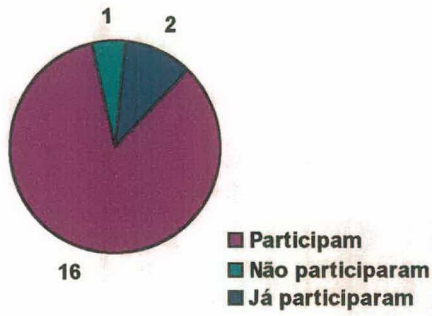
Nas declarações emitidas pelos agricultores nos questionários aplicados, encontraram-se contradições com respeito aos projetos agroecológicos propostos pelo Vianeí e aos tipos de práticas e insumos que os agricultores utilizam para produzir. Estas contradições e as verificadas com relação ao papel e aos objetivos do Vianeí serão consideradas abaixo.

a) Práticas e insumos agrícolas

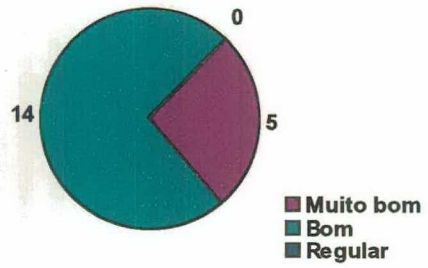
As perguntas que formulamos aos agricultores sobre este tema começaram com os programas com base agroecológica que o Vianeí implementava, os quais já foram descritos no capítulo anterior, e sua opinião sobre os mesmos. Os seguintes gráficos demonstram que os programas desenvolvidos pelo Vianeí têm uma boa imagem entre os agricultores entrevistados, e que o seu grau de participação nos mesmos é alto:

a) Programa de uso e conservação do solo:

Grau de participação

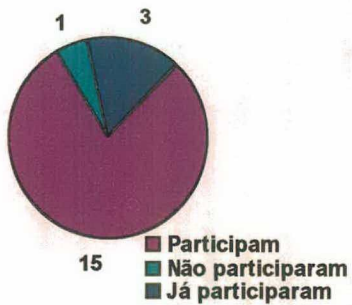


Opinião



b) Plantio direto, adubação verde e práticas mecânicas:

Grau de participação

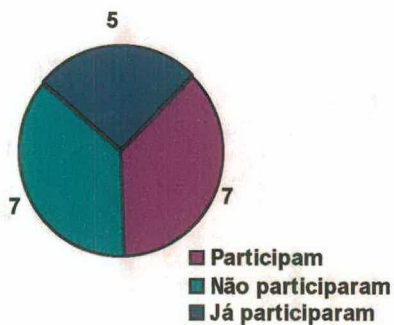


Opinião



c) Produção de sementes (resgate, avaliação e melhoramento):

Grau de participação



Opinião

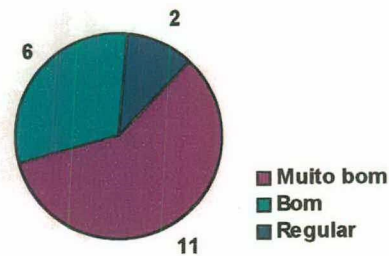


d) Programas de bovinocultura (leite e carne a base de pasto) e criação de suínos ao ar livre:

Grau de participação



Opinião



Sobre a avaliação dos agricultores sobre as práticas difundidas pelo Vianeí, verificamos que não diferenciam resultados significativos. Consultados sobre se depois de entrar nos programas do Vianeí a produção havia aumentado, diminuído ou se estava igual, 8 responderam que estava igual, 6 que aumentou e 5 que diminuiu. Relacionado com esta última pergunta, 10 responderam não estar satisfeitos com a fertilidade da terra, e nove que sim. Dos 10 que responderam não estar satisfeitos, 7 argumentaram que a terra “...está mais fraca”, e os restantes que faltava correção.

Seguidamente, perguntou-se que tipo de fertilizantes utilizavam. O calcário revelou-se o principal fertilizante, já que, dos 19 entrevistados, 15 responderam que o usavam. No entanto, não souberam precisar a percentagem. Fertilizantes de tipo orgânico só 5 usam e, com respeito ao uso de fertilizantes químicos, os 19 agricultores responderam que os aplicavam. Desta maneira, os insumos químicos aparecem como sendo ainda muito usados.

Perguntados sobre a percentagem de agrotóxicos em relação aos gastos gerais afirmaram: de 1% a 5%: 9; de 6% a 15%: 2, e 7 aproximadamente uns 20%. Fazemos a ressalva de que estes últimos são entrevistados do assentamento. Só 1 dos entrevistados respondeu que não usa veneno. Estes dados contradizem as respostas à pergunta acerca de valer ou não a pena usar veneno: 14 responderam que não, e 5 que sim.

Ao serem perguntados sobre se o uso de veneno aumentou ou diminuiu com a entrada do Vianeí, 7 responderam que a quantidade usada é a mesma, 1 que aumentou e 11 afirmaram que diminuiu. No entanto, novamente ao se perguntar detalhes sobre este tema, observamos que o anterior se contradizia com as seguintes afirmações sobre como combater agora as pragas: 13 usam agrotóxicos, 5 outras

técnicas, as quais só foram especificadas por 3 dos entrevistados, que as descreveram como “... *plantar com a lua minguante*”, “...*água com sabão e água com fumo...*”, “...*água com fumo, água de girassol e água com óleo diesel...*”. Só 1 dos entrevistados nos respondeu que usa as duas técnicas simultaneamente sem especificar, por não saber, em que proporção. Para o combate às ervas daninhas: 16 usam capina manual, 8 capina mecânica e dos 19 agricultores, 11 admitiram usar herbicidas ou outros compostos químicos como fungicidas e inseticidas.

Se bem que, no geral, por um lado, as respostas indicam que o uso de agrotóxicos não é bom para a saúde, por outro lado não parecem existir entre os entrevistados problemas de saúde a serem mencionados. Isto foi corroborado pelas respostas acerca de haverem eles tido alguma vez problemas com agrotóxicos: 15 manifestaram que não, e 4 que sim. No entanto, entre os 15 que responderam não, havia 4 familiares intoxicados por causa do plantio do fumo. E, ao questionarmos se sabiam de algum vizinho intoxicado, 5 nos responderam saber mas que não conheciam muito bem as causas.

A última questão que pusemos aos agricultores, relativa à produção, foi se depois que começaram a trabalhar com o assessoramento do Vianeí diminuiu o número de pragas: 10 responderam que não, 3 disseram que sim e 6 não sabiam. Na mesma pergunta se inquiriu se percebiam alguma mudança na fertilidade do solo e na qualidade da água: 12 coincidiram quanto a não perceber nenhuma variação, e 7 disseram não saber. Sobre este último ponto, um técnico do Vianeí nos respondeu que era muito cedo para fazer uma avaliação a respeito porque os resultados das técnicas implementadas eram a médio e longo prazo.

Uma das características que nos chamam a atenção nas entrevistas é a presença de certas contradições entre o que os agricultores preferem dizer sobre o que fazem e o que efetivamente fazem. Isto aparece na relação com o uso de agrotóxicos e os adubos químicos. Apesar de tenderem a opinar sobre os problemas que estes ocasionam, de fato continuam utilizando-os sem grandes modificações desde a ação do Vianeí.

Estas contradições em parte respondem a uma desvinculação entre o discurso dos agricultores, incorporado em parte por seu relacionamento com o Vianeí, e as práticas agrícolas. Embora através do Vianeí os agricultores tenham começado a conhecer outros procedimentos e se manifestar abertos a estes, estes conhecimentos ainda não afetam significativamente as práticas produtivas. Por outra parte, as

contradições entre discurso e prática não fazem mais que refletir a situação dentro do Vianeí em relação à agroecologia, que se manifesta na imprecisão dos técnicos com respeito a como integrar as práticas particulares difundidas com um projeto maior.

b) Avaliação e relação com o Vianeí

Nesta seção, seguiremos o caminho traçado pelo questionário implementado aos agricultores. Quando se perguntou aos entrevistados sobre quanto tempo fazia que formavam parte dos projetos do Vianeí, 6 responderam menos de 1 ano, 11 entre 1 e 5 anos e 2 entre 6 e 10 anos. Ressalvamos que, se bem que o Vianeí aplica uma metodologia que prioriza o trabalho nas três comunidades citadas e cuja aplicação, no momento de nosso trabalho de campo, não chegava a um ano, alguns agricultores já haviam trabalhado com o Vianeí anos anteriores de maneira individual, e não em conjunto com o resto da comunidade.

Com respeito a como os agricultores entendem os objetivos do Vianeí, encontramos diversas interpretações. Dos 19 agricultores, 8 responderam que não sabem ou que conhecem muito pouco dos objetivos da organização. Os restantes se dividem da seguinte forma: 4 responderam que se dedicam à agroecologia, 6 à educação popular e 1 respondeu que se dedica a “...segurar a gente no campo”. Se estas respostas são comparadas com um documento de trabalho do Vianeí de maio de 1996, onde se sustenta que as ações propostas são a capacitação dos(as) agricultores(as) no desenvolvimento de tecnologia e processos agroecológicos, encontramos que a mensagem do Vianeí ainda é bastante difusa para os agricultores. Por outro lado, é claro que os cursos de educação popular, que têm mais a ver com a capacitação na dinâmica dos processos organizativos e em organizações de tipo produtivo, segundo reza o citado documento, são o elemento que os agricultores reconhecem mais claramente como sendo um objetivo do Vianeí. Com isto queremos dizer que o Vianeí ainda não ligou significativamente o discurso político-social com o discurso da produção agroecológica propriamente dita na prática junto aos agricultores.

Um dos postulados que os defensores da agroecologia sustentam é o intercâmbio de experiências entre técnicos e agricultores. Por este motivo, indagamos aos agricultores sobre com quem costumavam discutir as decisões a tomar com respeito a propriedade: 15 responderam com o técnico em geral e sempre com a esposa. Perguntou-se como avaliavam a assessoria que os técnicos do Vianeí davam: 7 agricultores responderam muito boa, 11 boa e apenas 1 nos disse regular. A

propósito deste conceito positivo do técnico, perguntou-se o porquê, e entre as respostas mais exemplares temos as seguintes:

“Eles trouxeram vários conhecimentos que a gente antes não tinha...”

“...porque traz mais conhecimentos para a gente...”

“Dão tudo certinho...pesquisando e trocando idéias com a gente. Analisam comigo...”

“Ensinam a produzir com menos custos ...”

“Geralmente somos um grupo de agricultores que não tem formação, a tecnologia tem que ser com pessoal capacitado...” (nosso sublinhado).

“...mudou muita coisa, visitam mais, antes era só sindicato...” (nosso sublinhado).

“...percebi que agora estão mais perto da gente”.

“Agora são mais próximos da gente, antes eram mais distantes”.

A propósito disto verificamos, de acordo com as respostas, que a visita dos técnicos é feita aproximadamente a cada 15 dias e, salvo exceções, é sempre o mesmo técnico que os visita e faz o prosseguimento das experiências. Isto levou-nos a inquirir sobre como se dava a troca de experiências com o técnico: 18 entrevistados compartilham experiências e 1 só respondeu que não falava do que faz na propriedade e do que desenvolve. É importante marcar que entre as respostas mais escutadas, os agricultores dão muita ênfase ao fato do técnico os escutar, e prestar atenção ao que eles contam sobre a lavoura e seus resultados. Neste sentido, o Vianeí é coerente com suas propostas e logra que os agricultores percebam que o agrônomo está ali, não só para lhes franquear conhecimento, mas também para a construção de um projeto conjunto. Damos relevância a este último ponto, já que, de acordo as experiências com técnicos de outros organismos ou empresas privadas, como no caso da EPAGRI, ACARESC, agrônomos das prefeituras ou da Souza Cruz, os agricultores nos manifestaram a pouca importância que estes davam às suas opiniões. Em outras palavras, a fórmula que estes técnicos seguem é a de recepção-execução, que equivaleria a não tomar em conta as vivências do dia a dia do agricultor com a terra.

Em relação a outros produtores da região, perguntamos aos entrevistados sobre se eles vendiam a melhor preço seus produtos que aqueles que não participavam dos programas do Vianeí: 14 agricultores nos responderam que eram os mesmos preços e 5 nos responderam que agora vendiam melhor. Com respeito a estas respostas, cremos que é muito cedo para emitir um juízo, já que na altura em que foi realizado

nosso trabalho de campo, fazia pouco menos de um ano que o Vianeí estava implementando os programas focalizados nas comunidades como, por exemplo, em Santo Antônio dos Pinhos.

As mudanças produzidas dentro do Vianeí na área tecnológica foram percebidas pelos agricultores de maneira positiva: 14 dos entrevistados responderam que a instituição evoluiu e melhorou seus serviços, 2 perceberam uma mudança de atitude no assessoramento sobre a questão de crédito e 3 responderam que o Vianeí continua igual.

“...ele evoluiu bastante enquanto adubação, comercialização, gestão...”

*“...mudanças do pessoal técnico, a diretoria na agricultura mudou muito...”
(nosso sublinhado).*

Ainda que estas respostas falem bem do Vianeí, notamos que os agricultores percebem estas mudanças de maneira recente. Então, a pergunta a responder é: que aconteceu nos anos anteriores? A resposta não é tão fácil, já que, se bem que o Vianeí fosse conhecido por seu trabalho no campo da educação popular e, mais precisamente, por suas articulações de tipo político, os agricultores, agentes a serem atendidos de maneira prioritária, não obtinham respostas no que mais lhes interessava: ajuda para produzir melhor, mais barato e que lhes permitisse seguir mantendo a propriedade para poder subsistir.

Perguntou-se as agricultores se pretendiam que o Vianeí, além de assessorar, representasse seus interesses como pequenos produtores rurais. Salvo os 7 agricultores do assentamento, que responderam que só pretendiam assessoramento, já que têm muito claro que quem os representa é o MST, os 12 restantes nos disseram que sim, que cumprisse o papel do sindicato. As respostas destes últimos nos leva a refletir que o Vianeí, por um lado, ainda não pode deixar para trás a herança de anos anteriores durante os quais seus objetivos não estavam claramente formulados e assumidos, e por outro lado, também é justo dizer que o pedido de representação se deve a que esta faixa da população brasileira não conta com representantes de peso para defender seus interesses, cabendo parte desta responsabilidade aos sindicatos rurais. É de se reafirmar, como vemos fazendo ao longo deste trabalho, a ausência total do Estado, junto com a expectativa de que esta seja revertida. Tanto na comunidade de São José do Cerrito, quanto na de Otacílio Costa, os agricultores

contavam que no princípio confundiam o Vianeí com algum organismo estatal. Isto não é tão surpreendente se se tem em conta não só a ausência do Estado, mas que as ONGs têm substituído o mesmo, frente a algumas demandas da população.

Quanto às respostas com respeito a se melhorou sua vida a partir da entrada nos programas do Vianeí, a produção foi mencionada por 3, 6 responderam que a vida seguia igual, e 10 entrevistados reconheceram melhoras significativas tanto na saúde quanto na educação. Agora, ao serem incentivados para uma resposta mais clara, entre este grupo de 10, 6 incluíam os aspectos da saúde, a alimentação e, os 4 restantes manifestaram seus temores de continuar cultivando tabaco. Se nos guiarmos por estes testemunhos, estaremos frente a um ponto a favor do Vianeí, que, embora não tendo uma influência significativa no plano da produção, se manifesta para estes agricultores em áreas importantes relacionadas com sua qualidade de vida.

Por último, inquiriu-se a todos os entrevistados quais seriam os aspectos que mudariam do Vianeí: 8 não pretendiam mudar nada, 4 reclamaram mais assessoria e 7 mais dinheiro. Marcamos esta última resposta porque consideramos que, apesar da imagem positiva da organização e dos esforços por dar um sentido mais executivo aos postulados da produção agroecológica, o Vianeí ainda convalesce de certas práticas assistencialistas de épocas passadas. Landim (1993: 78) distingue as ONGs das entidades filantrópicas, porque

... não pretendem exercer qualquer tipo de prática caritativa, cujo ideário seria contrário aos propósitos de construção de autonomia, igualdade e participação entre os grupos populares.

Vale recordar que a caridade sempre foi um pilar do discurso da Igreja Católica. Nós não vimos muito claras, em relação a algumas práticas do Vianeí, a necessária demarcação, que aponta Landim, das fronteiras entre a caridade e a assessoria. A confusão entre as duas práticas ainda persiste. Esta afirmação se sustenta, principalmente, com as seqüelas que deixou a administração do Fundo de Crédito Rotativo (FCR). Como já foi dito, este tipo de instrumento creditício foi utilizado em mais de uma oportunidade para financiar empreendimentos que, justamente, não tinham nada que ver, nem com o desenvolvimento rural, nem com a agroecologia. Pelo contrário, o único que o Vianeí conseguiu foi criar certa dependência de recursos por parte dos agricultores, mais que uma consciência de autonomia e participação.

Este tipo de práticas contraditórias entre o que deve ser e o que se percebe em campo se reflete não só no discurso dos agricultores, mas também nos testemunhos dos próprios técnicos. Por tal motivo, parece-nos adequado descrever a continuação de nossas entrevistas com os técnicos do Vianeí. Nestas entrevistas estão também alguns testemunhos de ex-integrantes que, embora alguns deles não trabalhassem com a implementação de técnicas agroecológicas, tiveram participação relevante posteriormente na relação dos mencionados técnicos com os agricultores.

2.3. A relação entre os técnicos: discurso e prática

Como já assinalamos em outra parte deste capítulo, as entrevistas com os técnicos foram abertas seguindo uma relação básica de perguntas. Os técnicos entrevistados foram 4, entre os quais incluímos o, até esse momento, diretor do Vianeí, por ser agrônomo e por haver trabalhado com os programas com base agroecológica que adotou a organização. Três dos técnicos entraram por concurso depois de '92 e o outro entrou em 1985 através de sua apresentação por intermédio de um integrante da organização. Os primeiros 3 têm em comum que seu interesse pela agroecologia provém de sua época de estudante, quando foram militantes na universidade e tiveram aproximação com algum movimento social. O outro técnico integrava uma equipe da UFSC que desenvolvia uma experiência de trabalho em uma comunidade de pequenos agricultores no município de Antônio Carlos (SC).

De acordo com o testemunho deste último, a parte técnica, no período de sua entrada na organização em 1982, não era prioritária, sendo que a parte de educação tinha mais peso. Nesse período não existia ainda no Vianeí uma concepção agroecológica para a produção agrícola. Portanto, cada um dos técnicos, “...fazia à sua moda...”, sem existir, na realidade, uma discussão sobre o modelo tecnológico a seguir. Ao ser inquirido sobre se esta indefinição trouxe consigo algum problema com os agricultores, o entrevistado referiu que

...muitas crises internas, basicamente internas, na relação com os agricultores, também, eram pela falta de definição de um modelo tecnológico a ser levado ... ou discutido com os próprios agricultores ... o que é o mais correto. Se fazia muito de Revolução Verde, se recomendava veneno ... etc. e tal...

O trabalho isolado e unitário dos técnicos sem uma coordenação que, de fato, assumisse uma determinada estratégia tecnológica, gerou posteriormente a necessidade de uma discussão - permeada por uma crise - para resolver qual era o caminho a seguir. Isto teve como resultado a escolha de um modo de produção baseado nos princípios da agroecologia. A escolha deste modelo deveu-se, por um lado, à necessidade de dar uma resposta concreta ao principal público atendido pelo Vianeí, os agricultores, e por outro, a que ele propiciava uma tecnologia que consumia poucos recursos externos e que estavam ao alcance de tais agricultores. Ademais, o fato de pertencer a Red PTA Sul dava aos membros do Vianeí um respaldo importante, no concernente a assessoria técnica, para implementar um modelo de desenvolvimento até então inexplorado pela organização.

Incorporado este modelo pelo Vianeí, um dos técnicos resume da seguinte forma o que se entendia por agroecologia, caracterização com a qual coincidiram os outros técnicos entrevistados:

A gente aqui no Centro tem um entendimento assim: a agroecologia é a base tecnológica para atingir a agricultura sustentável ... O que é a base tecnológica?. É uma forma de fazer agricultura ... então a gente pensa que essa forma tem que passar por um processo diferenciado, onde o agricultor tenha autonomia do processo, inclusive tecnicamente ... não só a questão dos insumos. Além disso, tem que existir segurança e qualidade de alimentos para o futuro ... para ser sustentável ela tem que se manter com os recursos que existem atualmente e manter o mesmo quadro para o futuro...

Em nosso entender, a adoção de um modelo agroecológico ainda não está garantida dentro do Vianeí. Esta afirmação baseia-se no fato de que, apesar de ter um discurso estruturado, tanto público e, na aparência, internamente, observamos que se repetem práticas passadas, e que falta uma integração efetiva entre práticas agrícolas que seja coerentes com os objetivos explícitos da organização. Quer dizer, dentro da instituição se podem formular certas diretrizes para implementar no campo, só que deveria traduzir-se em uma integração das práticas específicas estimuladas em campo. O que se observa é uma falta desta integração, algo não simples de ser conseguido. Quer dizer, a proposta agroecológica, tal como formulada por Altieri, por exemplo, exige um trabalho interdisciplinar junto com uma perspectiva que integre o conhecimento científico com o local. Princípios difíceis de implementar, no momento,

para o Vianeí. Também deve ser mencionado, para se entender este caráter pouco integrado do trabalho do Vianeí, que assim como repete práticas passadas junto aos agricultores, ao chegar ao local de trabalho, o técnico pode variar as pautas de trabalho acertadas previamente dentro do Vianeí. Isto não é necessariamente responsabilidade total do técnico, mas das expectativas que já encontra entre os agricultores, em parte marcados por uma política clientelista, como foi a dominante na região, em parte decorrentes da prática anterior do Vianeí.

Não podemos afirmar que este comportamento afete a relação com os agricultores, ou que seja perceptível por eles; apenas podemos afirmar que o trabalho ou a dinâmica da organização se pode ressentir. É possível alegar, como crítica a este raciocínio, que os técnicos podem gozar de certa autonomia. Isto é factível, mas cremos que, de acordo com os postulados agroecológicos, onde a discussão e a interdependência de todos os atores para a obtenção de um diagnóstico cabal é de suma importância, este tipo de ação independente contradiz os referidos postulados. Consideramos importante diferenciar esta questão da opinião positiva do trabalho dos técnicos por parte dos agricultores entrevistados. Esta é formulada por agricultores acostumados a serem completamente ignorados pelos técnicos. Desta maneira, eles passam a valorizar positivamente a atitude mais aberta dos técnicos do Vianeí, embora estes não cheguem necessariamente a implementar os parâmetros ideais da agroecologia.

Quando entrevistamos os técnicos sobre a relação que têm com os agricultores e sobre os problemas que surgem neste relacionamento, todos eles concordam com a idéia de resgatar as experiências dos agricultores, o que um técnico entende como

...compartilhar os saberes, então nós tentamos tomar em consideração o que os agricultores conhecem e discutir com eles o que vai ser feito ... a maneira e o como ...e o por que. Não adianta você ter um trabalho desarticulado com o que agricultor...

No entanto, este tratamento levado à prática muitas vezes choca com a maneira como o técnico concebe esse relacionamento. Neste caso, observamos em campo que quando a comunidade atendida tinha problemas para captar as recomendações dos técnicos, a afirmação era no seguinte sentido:

... é inútil que o Vianeí trabalhe com esta gente ... o Vianeí não pode continuar sustentando um exército de dependentes... (técnico).

Esta afirmação, que se refere à comunidade de Rio dos Cavalos, com baixa articulação social, se contrapõem à idéia que afirmava que é justamente a essas comunidades que o Vianeí tem que ajudar, devido à falta de defesa social de que sofrem. Outro técnico sustentava, talvez com mais clareza, que

Aqui na região, o trabalho com os agricultores é difícil porque não se trata de fazer uma opção pela agroecologia, a opção na região é primeiro sobreviver. Poucas são as pessoas aqui que podem fazer opções porque o agricultor não tem as condições materiais...o sujeito pode optar por um modelo quando conhece ... a Revolução Verde na região serrana quase nem chegou, então é complicado para os agricultores optar por um modelo agroquímico ou por um que seja sustentável ou agroecológico (nosso sublinhado).

Como podemos ver, não só os técnicos diferem com respeito ao trabalho e a relação com os agricultores. À medida em que fomos analisando os discursos dos técnicos, notamos que tanto a agroecologia como um outro modelo alternativo se colocavam em um mesmo plano. Apesar de que se assume publicamente a agroecologia como modelo, isto não emerge claramente nas práticas com os agricultores. Os técnicos não parecem ter uma imagem clara do que tal modelo significa.

Na relação estabelecida entre os técnicos do Vianeí e os agricultores, notamos que aqueles, em nome de um método participativo e inovador, idealizam as atitudes e os valores dos agricultores. A experiência mostra que os agricultores têm receio de uma quebra econômica e que tendem a procurar mais segurança para não perder o que possuem. Isto quer dizer, por exemplo, que a idéia de plantar outros produtos fora dos tradicionais que cultivam não lhes agrada muito, ainda que tenham mercado para colocar tais produtos. Portanto, às vezes notamos que este tipo de atitude não é reconhecida como parte das expectativas dos agricultores entre os técnicos. Tende-se a assumir uma visão idílica do agricultor, porque se pressupõem que, tendo à disposição os recursos técnicos e mercado para um tipo de produção alternativa condizente com a agroecologia, a adoção desta pelo agricultor seria imediata. Não sustentamos que não se respeite o modo de vida dos agricultores e que o Vianeí

intervenha de maneira desestruturadora, mas cremos que, dentro dos objetivos da entidade, esta atitude algo passiva dos técnicos dilui o alcance de sua atuação. Inclusive, cremos que este tipo de leitura da realidade se repita com a escolha e a implementação do Diagnóstico Rápido Participativo (DPR). Esta metodologia, como já assinalamos no capítulo anterior, embora pretenda ter um sentido holístico e abarcar todas as áreas de uma comunidade de agricultores (técnica, social e econômica), ao nosso ver se circunscreve ainda a certas práticas mais antropológicas que holísticas. Com isto queremos dizer que a análise de uma comunidade tem que estar inserida dentro de uma visão geral do conjunto da região. Se se pretende fazer uma análise abrangendo as condições técnicas e sócio-econômicas da comunidade, não se pode passar por alto das expectativas reais dos agricultores, nem de um conjunto de fatores externos que condicionam a sua vida. Por exemplo, e para ser mais preciso, não se pode isolá-los do contexto geral e fazer com eles uma experiência de laboratório, deixando de lado problemas como: a falta de apoio a agricultura familiar por parte do Estado, a dificuldade dos agricultores com escassos recursos para canalizar suas demandas e, no caso da produção agroecológica, a falta de condições para sua comercialização.

Por outro lado, observamos que o relacionamento com os agricultores ainda guarda resquícios do passado, já que as crises relatadas no capítulo anterior e a falta de um consenso para implementar um padrão tecnológico continuam afetando significativamente o trabalho do Vianeí. Com isto nos referimos a que disputas internas anteriores - não ligadas diretamente com a agroecologia, nem com a argumentação de alguns ex-integrantes⁴¹, mas relacionadas à luta pelo poder dentro da instituição - afetam a prática atual. Três dos quatro técnicos com quem o Vianeí trabalhava, até ao momento deste trabalho, têm algumas referências daquelas crises por comentários e versões. No entanto, pareceria, e de acordo com seus testemunhos, que os problemas passados continuam pesando sobre as costas deles. Um deles nos relatava que

⁴¹ “...não concebia a novel organização como um antro burocrático... em detrimento das práticas de campo, onde ocorria o processo educativo do agente e do agricultor”.

“O Vianeí virou uma casta de intelectuais e acabou sendo uma entrada de dinheiro mais e um lugar de status”.

... na realidade a gente ainda não sabe por que muitos agricultores continuam com o Vianeí... não sabemos se porque o Vianeí oferece uma alternativa diferente ou por fidelidades passadas...

O certo é que, devido a este tipo de problemas, existem lugares nos quais o Vianeí, até ao dia de hoje, não pode entrar para trabalhar. E isto deve-se a que não encontra consenso entre os agricultores, que, em muitos casos, esperam reconstruir os laços anteriores com o Vianeí, assumindo este um carácter assistencial. Isto é explicitamente evitado, atualmente, pelo Vianeí. Inclusive, ainda que se pretendesse levar adiante tal proposta, não existiria fundos suficientes que no passado serviram para que a organização levasse a cabo ações que não conduziram senão à dependência e à impossibilidade de construir uma alternativa tecnológica diferente.

Vinculando o acima analisado com a descrição de Altieri, mencionada no segundo capítulo, sobre os postulados da agroecologia notamos que, no caso do Vianeí, a organização se defronta com problemas para relacionar seus pressupostos teóricos com a prática. O observado indica um trabalho com práticas alternativas de produção que não se enquadram precisamente dentro dos parâmetros da agroecologia. Inclusive, cremos que os trabalhos na área social, como articulação, formação de líderes e educação, tarefas anteriormente citadas de uma análise de Weid (ver capítulo 2) como prioritárias para ONGs que trabalham na linha do Vianeí, no caso desta organização perderam consistência. Neste último ponto, recordemos que a agroecologia enfatiza o fator social como fundamental para levar a cabo as experiências de produção – e hoje, neste ponto, o trabalho do Vianeí é difuso, porque praticamente não há pessoal nesta área.

Contudo e apesar destas limitações, cremos que o Vianeí optou pelo caminho mais difícil em termos de rentabilidade política imediata mas com pretensões de levar adiante um projeto não assistencial, mais autônomo e que contemple as expectativas dos agricultores da região. Um ex-técnico que passou pelo Vianeí nos dizia a respeito,

O Vianeí nos últimos dois anos deu um salto de qualidade nos projetos ... o trabalho feito em parceria com outras entidades deu mais referência, houve projetos mais concretos, principalmente o trabalho desenvolvido com as cooperativas de crédito.

Nossas apreciações sobre as possibilidades de conseguir uma maior autonomia se referem à relação com a Igreja Católica. Neste caso, cremos que a Igreja está tentando reformular sua política com respeito ao Vianeí, mantendo-se à margem dos seus problemas econômicos. Estas afirmações baseiam-se em uma retirada estratégica por parte da Igreja, não só em Lages, mas a nível nacional, e em uma modificação substancial na ajuda para os setores mais desprotegidos. Para o Vianeí equivaleria, por um lado, a romper com certa dependência e, por outro, a ficar órfão de recursos para continuar com os programas empreendidos e correr o risco de se distanciar de alguns movimentos e organizações regionais onde a Igreja tem certa influência, especialmente pelo trabalho desenvolvido pela Pastoral da Terra.

Para terminar, consideramos que o Vianeí está em um momento de transição e de reformulação de idéias para sobreviver. Um dos dilemas que enfrenta é o de como integrar efetivamente o discurso com suas práticas. Dentro disto, se coloca a questão de como conseguir os recursos necessários para manter seus quadros técnicos. Os quadros, por sua vez, com o fim de manter certo nível de eficiência e continuar com as atividades empreendidas, deveriam passar por uma maior profissionalização, dentro de uma perspectiva interdisciplinar que integrasse a sensibilidade política que tem caracterizado o trabalho do Vianeí até ao presente.

Conclusão

O Centro Vianei de Educação Popular foi formado em 1983 com a intenção de implementar programas de educação popular nas regiões rurais do Planalto Catarinense. Desde seu início até aproximadamente 1990 e 1991, teve um importante papel como articulador de diferentes movimentos sociais e sindicatos rurais na região serrana catarinense. A importância destas ações converteu-o em um destacado ator político, em um contexto no qual os citados movimentos tinham até então uma presença quase inexistente na região. Um fator fundamental nesta projeção foi o apoio que a Igreja Católica ofereceu ao Vianei, desde seu início, pelo aspecto material (cedendo o edifício onde até hoje funciona), por servir de nexos com a principal agência financiadora da instituição, Misericórdia, e, finalmente, por colocar alguns de seus quadros, vinculados também a distintas organizações como os Atingidos pelas Barragens (CRAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ou o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA).

Com o retorno da democracia no âmbito nacional e a mudança na conjuntura internacional, somados a graves divergências internas e a novas demandas de seus agentes financiadores, o Vianei tentou redefinir suas ações, atendendo assim demandas difusas de seu principal público, os agricultores, mais motivados para garantir meios de subsistência no meio rural que a ações de caráter eminentemente político. Como consequência disto, a organização começou a priorizar a assessoria técnica no campo da produção rural que, até esta altura, ocupava um papel menor dentro daquela. Sem deixar de lado a articulação política e a educação popular, atividades principais desde seu início, a assessoria técnica vai ganhando terreno dentro da instituição, escolhendo como modelo de produção agrícola o que oferece a proposta agroecológica.

A agroecologia foi adotada pelo Vianei como consequência de suas relações com outras organizações, por exemplo aquelas ligadas à Rede TA Sul (Rede de Tecnologias Alternativas da Região Sul), que já trabalhavam com este tipo de tecnologia. Com esta redefinição, a organização abre suas portas para a entrada de engenheiros agrônomos que procuram implementar um trabalho de caráter mais profissionalizado e pragmático na área rural, secundarizando as ações propriamente

políticas. Fazemos notar que as práticas agroecológicas não foram um *aggiornamento* arbitrário e mecânico mas que o Vianeí tentou processar a potencialidade do discurso da agroecologia para cristalizar um projeto político de desenvolvimento local que sempre esteve presente desde a sua fundação.

As práticas agroecológicas se foram instrumentando de maneira mais racional e organizada, e não de forma dispersa como as anteriores experiências agrícolas desenvolvidas pela organização. Prova disto é a focalização do trabalho sistemático em três áreas específicas, seguindo as recomendações da rede TA Sul, mais precisamente em três comunidades de características sócio-econômicas diferentes, apesar de estarem na mesma região geográfica. As diferenças aludidas se devem principalmente, ao grau de organização social e ao tipo de exploração agrícola desenvolvida nas comunidades.

No entanto, apesar de ser uma resposta à necessidade de ter um marco referencial alternativo, a agroecologia, assumida pelo Vianeí como orientadora de seu trabalho com os agricultores, colocou novos problemas. Trata-se de uma proposta ambiciosa no sentido de que pretende constituir-se em um novo paradigma científico-técnico para a agricultura. Um de seus pilares é a recuperação do conhecimento tradicional dos agricultores, que deve ser integrado de forma não reducionista, por técnicos e cientistas agrícolas, de forma interdisciplinar. Esta proposta apresenta dificuldades para ser implementada, que não são exclusivamente as que resultam do desafio de definir localmente o que se entende por sustentabilidade. Quer dizer, a agroecologia é ainda uma formulação pouco estruturada enquanto tal, o que não tem que ver necessariamente com o caráter local da definição de sustentabilidade. As práticas levadas a cabo pelo Vianeí reproduzem o mesmo caráter de imprecisão da agroecologia. Por um lado, o Vianeí não conta com os recursos necessários para levar a cabo tal tipo de proposta, que implicaria em envolver diferentes áreas de conhecimento científico. Desta maneira, os técnicos enfrentam dificuldades para traduzir na prática os ambiciosos princípios da agroecologia. Estes problemas se potencializam com os conflitos internos do Vianeí.

Desta situação complexa, emergem, como resultado, práticas difusas, que são difíceis de precisar para os próprios agricultores, o que acaba diluindo o perfil da organização frente a eles. Isto compromete significativamente o objetivo do Vianeí de criar uma consciência de produção agroecológica entre os agricultores. Isto também se deve a que estes últimos tendem a estar mais preocupados em garantir a subsistência

no meio rural. Contudo, isto não invalida que o Vianeí não tenha tido ganhos significativos, em termos de conscientização, quanto ao uso de agrotóxicos e os prejuízos que acarretam para a saúde do agricultor e de sua família. Também é de se ressaltar o alto grau de aceitação de que gozam os programas de produção agroecológicos implementados pela organização, e a demanda por mais assessoria neste tipo de técnicas. Deve aclarar-se, entretanto, que esta aceitação pode ter que ver mais com outros fatores do que com aqueles a que intencionalmente se propõe o Vianeí. Por um lado, os agricultores valorizam a qualidade do trabalho dos técnicos do Vianeí enquanto tais. Os agricultores entrevistados manifestaram estar abertos a uma assessoria que os consulte e oriente de forma mais participativa. Por outro lado, também é verdade que os agricultores, de acordo com seus testemunhos, aceitam de bom grado tudo aquilo que lhes permita continuar com seu meio de vida principal: a agricultura. Quer dizer, as práticas difundidas pelo Vianeí são adotadas mais por serem uma alternativa a curto prazo para o êxodo rural do que por constituírem um objetivo em si mesmas, em termos de sustentabilidade. Desta maneira, as práticas agroecológicas são adotadas como qualquer outro padrão tecnológico de produção.

O Vianeí, como a maioria das ONGs brasileiras, está passando por uma série de dificuldades, especialmente de caráter orçamentário, devido ao corte de recursos por parte das agências financiadoras. Isto coloca o Vianeí frente ao sério risco de desaparecer, dado que limita a implementação de seus programas, entre outros fatores, porque leva a reduzir os quadros técnicos, sobrecarregando o pessoal existente. No caso do Vianeí, soma-se a isto outro importante problema, que compromete as suas atividades. Trata-se de um processo de distanciamento com a Igreja Católica, que poderia afetar as relações com algumas entidades ou movimentos regionais, junto aos quais a Igreja goza de grande estima, e também que pode afetar de forma mais definitiva os seus vínculos com Misericórdia. Por último, os programas agroecológicos, em alguns casos, se vêem entorpecidos por ressaibos de práticas anteriores do Vianeí, onde a assessoria se confundiu com assistencialismo. Isto ainda afeta a relação da organização com os agricultores, sobretudo pelas expectativas já geradas entre eles. Queremos deixar claro que estas práticas assistenciais se levaram a cabo, na maioria das vezes, porque o Vianeí tentou suprir necessidades dos agricultores que excediam as suas possibilidades, passando a ocupar o lugar do Estado, cuja presença, até hoje, é quase inexistente na região.

Para finalizar, o trabalho do Vianeí pode ser avaliado em dois níveis. Por um lado, estão as apontadas contradições internas e os limites do seu trabalho entre os agricultores. Por outro lado, deve reconhecer-se que o Vianeí está estimulando a capacidade de organização dos que produzem agroecologicamente, através da formação de uma rede de intercâmbio de informações no Estado de Santa Catarina. Este é um ponto relativamente ao qual o Vianeí está empenhado, e, por isto, também contribui com processos sociais que escapam ao seu controle, e que a cada dia estão adquirindo maior relevância no contexto brasileiro. Estamos-nos referindo à crescente preocupação, entre diversos setores da sociedade, por um lado, com o consumo de alimentos de qualidade, produzidos em condições que não causem impacto negativo no meio ambiente, e por outro, com a necessidade de manter a produção familiar diversificada no meio rural.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo: Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. Editora HUCITEC, ANPOCS e UNICAMP. São Paulo, 1992.

ALMEIDA, Jalcione: "Ações e atores contestatórios na agricultura do sul do Brasil: disputas, aspirações e futuro". In: Revista Perspectiva, vol. 8, nº 3, pp. 86-92. São Paulo, 1994.

ALMEIDA, Silvio Gomes de: "A ECO '92 mudou os rumos da agricultura?". In: Alternativas-Cadernos de Agroecologia, pp.3-7, AS-PTA, 1990.

ALTIERI, Miguel A. *et alii*: Agroecologia: As Bases Científicas da Agricultura Alternativa. PTA/FASE. Rio de Janeiro, 1989.

_____ : "Entrevista" . In: Agricultura Sustentável, pp. 8-11, jul/dez., 1995.

ALTIERI, Miguel A. e YURJEVIC, Andrés: "La agroecologia y el desarrollo rural sostenible en América Latina". In: AMBIEN-TICO Nº 22, pp. 2-12. Costa Rica, set. 1994.

ANDRADE, Edinara Terezinha de: "A experiência de participação popular no Município de Lages (Gestão 1977-82): transição a um clientelismo de massas". Dissertação de Mestrado em Sociologia - Política, UFSC. Florianópolis, 1994.

BOSCO, João: "Médias ONGs e Cooperação Internacional: Questões Atuais". Seminário: Médias ONGs e a Cooperação Internacional. Rio de Janeiro, 28 a 30 de Outubro de 1993.

BOTTOMORE, Tom *et alii*: Dicionário do Pensamento Marxista. 2da. Edição. Zahar editor. Rio de Janeiro, 1988.

BOURDIEU, Pierre: Un art Moyen. Ed. de Minuit. Paris, 1970.

BROOKS, David: "Atenção para as frases de efeito: o que significa realmente desenvolvimento sustentável?". In: A.A. Atualização em agroecologia. AS-PTA., nº 22, pp. 14-20. Rio de Janeiro, novembro/ 92.

CARNASCIALI, Carlos H. *et alii*: "Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná". In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo C.: Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola da Modernização Agrícola. Editora Caetés. São Paulo, 1987.

CENTRO VIANEI DE EDUCAÇÃO POPULAR: "Carta de Princípios". Lages, julho de 1991.

_____ : "História da Região Serrana". Texto-Base. Curso de Educação Popular. Lages, 1994.

_____ : Folder. Lages, janeiro de 1996, a.

_____ : Diagnóstico Rápido Participativo - DRP. Comunidade de Santo Antônio dos Pinhos - São José do Cerrito - SC. 28 e 29/03/1996, b.

_____ : Documento de Trabalho. Lages, maio de 1996, c.

CHAMBERS, Robert: "A pesquisa agrícola para pequenos produtores: o modelo do agricultor em primeiro lugar". In: Agroecologia e Desenvolvimento, número 1, Ano I, pp. 49-67. CLADES - AS-PTA. Rio de Janeiro, agosto de 1993.

CHAYANOV, Alexander V.: "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas". In: GRAZIANO da SILVA, José e STOLCKE, Verena (Org.): A Questão Agrária. Brasiliense. São Paulo, 1981.

CHONCHOL, Jacques: Sistemas Agrarios en América Latina: de la etapa prehispánica a la modernización conservadora. FCE. Santiago, 1994.

COMBLIN, José: "Novo modelo de política". In: *Vida Pastoral*, pp.17-23, março-abril de 1996.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO: Nosso Futuro Comun. Editora da Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 1988.

DOIMO, Ana Maria: A Vez e a Voz do Popular. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Relume - Dumará, ANPOCS. Rio de Janeiro, 1995.

EHLERS, Eduardo: "Possíveis veredas da transição à agricultura sustentável". In: *Agricultura Sustentável*, pp. 12-25, jul./dez., 1995.

_____ : Agricultura Sustentável. Origens e perspectivas de um novo paradigma. Livros da Terra. São Paulo, 1996.

EMBRAPA: "Programa: Sistemas de Produção da Agricultura Familiar". Mimeo. s/d.

FAO: "Agricultura y desarrollo rural sostenibles. Retos mundiales: una perspectiva de la FAO". In: DEEP, Intercambio, educación y desarrollo, pp. 2-8. Julio de 1994.

FAO/INCRA: "Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável". Versão Final Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, Novembro de 1994.

FARIAS da SILVA, Elizabeth: "O MDB/PMDB em Lages: Análise de um partido de oposição no governo (1972-1982)". Dissertação de mestrado, UFSC. Florianópolis, 1985.

FARRINGTON, John *et alii*: *Reluctant Partners?. Non-Governmental Organizations, The State and Sustainable Agricultural Development*. Routledge. London and New York, 1993.

FERNANDES, César Rubem: Privado aunque Público. El Tercer Sector en América Latina. CIVICUS. Rio de Janeiro, 1994.

FERNANDES, César R. e PIQUET CARNEIRO, L.: "Las ONG de Brasil en los años noventa: Una perspectiva". In: REILLY Charles A. (Comp.): Nuevas Políticas Urbanas. Las ONG y los gobiernos municipales en la democratización latinoamericana. Fundación Interamericana. Arlington, 1994.

FLORIT, Luciano: "Visiones de la Naturaleza: Consensos y Conflictos para el Desarrollo Rural Sustentable". In: ECOCONCIENCIA nº 28, Año 3, pp. 8-11. Buenos Aires, agosto de 1996.

FOLHA DE SÃO PAULO: "ONGs vivem fenômeno 'chapa branca' ". Domingo, 9 de junho de 1996.

GAIGER, Luiz I. : "Disposições culturais, dinâmica afetiva e mudança de sentido: uma análise sociológica da pedagogia da Pastoral da Terra no Brasil". In: Estudos Leopoldenses, Vol. 29, nº 133, pp. 85-104, julho/agosto 1993.

GIARRACA, Norma e APARICIO, Susana: Los Campesinos Cañeros: multiocupación y Organización. Cuadernos, Instituto de Investigaciones-Facultad de Ciencias Sociales (UBA). Buenos Aires, 1991.

GIDDENS, Anthony: As Conseqüências da Modernidade. Editora da UNESP. São Paulo, 1991.

GOHN, Maria da Glória: Movimentos Sociais e Educação. Cortez Editora. São Paulo, 1992.

GOODE, William J. e HATT Paul K.: Métodos em Pesquisa Social. Companhia Editora Nacional. São Paulo, 1973.

GOODMAN, David *et alii*: Da Lavoura as Biotecnologias. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1990.

GRAZIANO da SILVA, José: "Uma agricultura alternativa ou um capitalismo verde?". In: Ciência & Ambiente nº 6, Ano IV, pp. 7-20, jan./jun. 1993.

GRAZIANO NETO, Francisco: Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura. Brasiliense. São Paulo, 1985.

GRUPO DE TRABALHO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS PREPARATÓRIO PARA ECO 92: "Meio ambiente e o desenvolvimento da agricultura". In: Reforma Agraria, vol.23, jan-abr. 1993.

GUIVANT, Julia: "O uso de agrotóxicos e os problemas de sua legitimação. Um estudo de sociologia ambiental no município de Santo Amaro da Imperatriz, SC". Tese de doutorado, UNICAMP. Campinas, 1992.

_____ : "A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais". In: GUIVANT, Julia *et alli* : Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. Cortez Editora - Editora da UFSC. São Paulo e Florianópolis, 1995.

GUTIERREZ, Alicia B.: Pierre Bourdieu: las prácticas sociales. CEAL. Buenos Aires, 1994.

HAGUETTE, Teresa M. Frota: Metodologias Qualitativas na Sociologia. Vozes. Petrópolis, 1987.

HECHT, Susanna: "A evolução do pensamento agroecológico". In: Agroecologia e Desenvolvimento. Ano I, número 1, pp. 4-20. CLADES - AS-PTA. Rio de Janeiro. agosto de 1993.

HINTZE, Susana: "Informalidad y condiciones de vida en los sectores populares". In: HINTZE, Susana *et alii*: Trabajos y condiciones de vida en sectores populares urbanos. CEAL. Buenos Aires, 1991.

JACOLIN, Pierre: "Desenvolvimento e pesquisa camponesa". In: Tecnologias Alternativas, Periódicos 21, pp 3-4. Rio de Janeiro, jul/dez '91.

KAISER, Wolfgang: "Agências de Cooperação: Diversidade, Contradições e Visibilidade". Seminário: Mídias ONGs e a Cooperação Internacional. Rio de Janeiro, 28 a 30 de Outubro de 1993.

KAUTSKY, Karl: La Cuestión Agraria. Siglo XXI. México, 1989.

KRISCHKE, Paulo J.: "Actores sociales y consolidación democrática en América Latina: estrategias identidades y cultura cívica". In: FERMETUM, Revista Venezolana de Sociología y Antropología, nº especial 6 y 7. Mérida, 1993.

LANDIM, Leilah: Sem Fins Lucrativos: As Organizações não Governamentais no Brasil. ISEER. Rio de Janeiro, 1988.

LARANGEIRA, Sônia (Org.): Classes e Movimentos Sociais na América Latina. Ed. HUCITEC. São Paulo, 1990.

LENIN, V. I.: "O capitalismo na agricultura (O livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov)". In: GRAZIANO DA SILVA, J. e STOLCKE, V. A Questão Agrária. Brasiliense. São Paulo, 1981.

LEROY, Jean Pierre *et alii*: Brasil Século XXI: Os caminhos da sustentabilidade. Cinco anos depois da Rio-92. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. FASE. Rio de Janeiro, 1997.

LOCKS, Geraldo: Entrevista. In: Pixurum nº 43, Ano 6, p. 4. Lages, junho/julho de 1994.

LONG, Norman: "From paradigm lost to paradigm regained?. The case for an actororiented sociology of development". In: LONG, Norman and LONG Ann (Ed.): Battlefields of Knowledge. The interlocking of theory and practice in social research and development. Routledge. London and New York, 1992.

MARTENDAL, José Ari C.: "Processos produtivos e trabalho - educação". Dissertação de mestrado, FGV. Rio de Janeiro 1980 (a).

_____ : "Processos produtivos e trabalho educação. A incorporação do caboclo catarinense na indústria madeireira". Fundação Getulio Vargas. Instituto de Estudos Avançados em Educação. Departamento de Administração de Sistemas Educacionais. Rio de Janeiro, 1980 (b). Mimeo.

MARTINE, George: "Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil". In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo C.: Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. Editora Caetés. São Paulo, 1987.

_____ : "Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola". In: MARTINE, George e GARCIA, Ronaldo C.: Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola. Editora Caetés. São Paulo, 1987.

_____ : "A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?". In: Questão Agrária, Hoje & Democracia e Sistema Global. Lua Nova nº 23, pp. 7-37, março '91.

MELO, Maria Emilia de: "Ações governamentais e não governamentais no desenvolvimento rural brasileiro - Autonomia, conflito ou complementaridade?". Dissertação de mestrado, UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.

MOURA, Suzana e GOMES DE PINHO, José A.: "Governos locais em contexto de democratização e crise: mudança e inovação". In: FISCHER, Tânia (Org.): Poder Local, Governo e Cidadania. Editora da Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 1993.

MUNARIM, Antônio: "A práxis dos movimentos sociais na região de Lages". Dissertação de mestrado, UFSC. Florianópolis, 1990.

_____ : "Poder local na Serra Catarinense: uma abordagem político-educacional". Projeto de Tese - PUC. São Paulo, 1995.

NORGAARD, Richard B.: "A base epistemológica da Agroecologia". In: ALTIERI, Miguel A. *et alii*: Agroecologia: As bases científicas da Agricultura Alternativa. PTA/FASE. Rio de Janeiro, 1989.

ORTEGA CARPIO, Maria L.: Las ONGD y la Crisis del Desarrollo. Un análisis de la cooperación con Centroamérica. IEPALA Editorial - Publicaciones ETEA. Madrid, 1994.

PADUA, José Augusto (Org.): Ecologia e Política no Brasil. IUPERJ. Rio de Janeiro, 1992.

PASCHOAL, Adilson: "O que é a agricultura orgânica". In: Manual de Agricultura Orgânica. Guia Rural, pp. 6-9. Editora Abril. São Paulo, 1991.

PELUSO Junior, V. A.: "Lages, A Rainha da Serra", cap. I (A Ilha Humana). In: Estudos de Geografia Urbana de Santa Catarina. Editora da UFSC. Florianópolis, 1991.

PETRAS, James: "Os Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas". In: PLURAL, vol. 5, no 8, pp. 32-52, jul/dez., 1996.

PINHEIRO MACHADO, Luiz C.: "Caminhos para o movimento de Agricultura Alternativa". In: Agricultura Alternativa. Anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Cuiabá, 1987.

PIXURUM nº 16: "Editorial", ano II, pp. s/n. Lages, novembro de 1990.

_____ nº 36: ano 05, p. 3. Lages, agosto de 1993.

_____ nº 39: "Especial", ano 05, pp. 3- 8. Lages, dezembro de 1993.

_____ nº 41: ano 06, p. 8. Lages, abril de 1994.

_____ nº 44: ano 06, p. 6. Lages, agosto/setembro de 1994.

PNUD: "Informe sobre desarrollo humano 1993". CIDEAL. Madrid, 1993.

PRETTY, Jules N.: Regenerating Agriculture: Policies and Practice For Sustainability and Self-Reliance. Earthscan Publications. London, 1995.

RAITZ, Tânia: "Sujeitos Plurais Assessorando um Movimento Popular em Florianópolis: estudo de caso de uma organização não governamental". In: Revista de Ciências Humanas (Centro de Filosofia e Ciências Humanas), Vol.10, nº 14, pp. 42-53. Editora da UFSC. Florianópolis, 1993.

REIJNTJES, C. *et alii*: Agricultura para o Futuro: uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. AS-PTA. Rio de Janeiro, 1994.

REILLY, Charles A. (Comp.): Nuevas Políticas Urbanas. Las ONG y los gobiernos municipales en la democratización latinoamericana. Fundación Interamericana. Arlington, 1994.

RELATÓRIO DO FÓRUM DE ONGs BRASILEIRAS, preparatório para a Conferência da Sociedade Civil sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Uma Visão das ONGs e dos Movimentos Sociais Brasileiros. Fórum de ONGs Brasileiras. Rio de Janeiro, 1992.

ROVER, Oscar J.: "Os sistemas agroecológicos de produção e o desenvolvimento local". In: Agroecologia em Santa Catarina nº 1, pp. 48-50, outubro de 1996.

SALAMON, Lester e ANHEIER, Helmut: "In search of non-profit sector. I: The question of definitions". In: VOLUNTAS, pp. 125-151. 1992.

SARTORI, Sergio: "Entrevista". In: PIXURUM nº 39, ano 5, pp. 4-5. Lages, dezembro de 1993.

SASSON, Albert: "Alimentando o mundo de amanhã". In: Edições UNESCO, pp. 203-230. Rio de Janeiro, 1993.

SCHERER-WARREN, Ilse: Movimentos Sociais. Editora da UFSC. Florianópolis, 1989.
 _____: Redes de Movimentos Sociais. Ed. Loyola. São Paulo, 1993.

_____ : "Organizações Não-Governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil". Trabalho apresentado na Conferência Inaugural da "International Society for Third-Sector Research". Hungria, julho de 1994.

_____ : Organizações Voluntárias de Florianópolis. Editora Insular. Florianópolis, 1996.

SCHERER-WARREN *et alii* : “ONGs na América Latina: trajetória e perfil”. In: _____ : Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais. Cortez Editora - Editora da UFSC. São Paulo e Florianópolis, 1995.

SCHIAVONI, Gabriela: Colonos y Ocupantes. Parentesco, reciprocidad y diferenciación social en la frontera agrária de Misiones. Editorial Universitaria. Posadas, 1995.

SIFFERT, Raquel Q.: “Extensão Rural em Santa Catarina: Impasses político-pedagógicos (1956-1985)”. Dissertação de Mestrado, UFSC. Florianópolis, 1990.

SILVA, Benedicto *et alii*: Dicionário de Ciências Sociais. Editora da Fundação Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 1986.

SORJ, Bernardo: Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.

SOUZA, Herbert de: “O papel das ONGs e da sociedade civil em relação ao meio ambiente”. In: Planejamento e Políticas Públicas nº 7, pp. 39-56, junho de 1992.

TRAGTENBERG, Maurício: prefácio. In: MOREIRA ALVES, Márcio: A Força do Povo: democracia participativa em Lages. Brasiliense. São Paulo, 1980.

TRAMONTE, Cristina: “Democracia, o espírito e a matéria”. In: PIXURUM edição nº 19, ano II, pp. 10 e 11. Lages, março de 1991.

VEIGA, José Eli: “Fundamentos do Agro-Reformismo”. In: Lua Nova nº 23, pp. 39-65, março 91.

WEID, Jean Marc von der: “As entidades de desenvolvimento e a ecologia”. In: Alternativas-Cadernos de Agroecologia, AS-PTA, pp. 1-2, 1990a.

_____ : "AS-PTA: transformação ou continuidade do PTA-FASE". In: Alternativas-Cadernos de Agroecologia, AS-PTA, pp. 5-6, 1990b.

_____ : "Da Agroquímica para a Agroecologia". Seminário Nacional sobre políticas públicas e agricultura sustentável. AS-PTA. Rio de Janeiro, 1994.

WILKINSON, John: "Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil". In: Políticas Agrícolas, Revista de la Red de Instituciones Vinculadas a la Capacitación en Economía y Políticas Agrícolas en América Latina y El Caribe (REDCAPA), Año II, Vol II, Núm. 1, pp. 101-135. México, 1996.

YURJEVIC, Andrés: "Estrategias locales y medio ambiente nacional". In: DEEP, Intercambio, educación y desarrollo, pp. 9-11. Julio de 1994.